

733



733

alguns
elementos
sobre a
CULTURA
portuguesa

733

BIBLIOTECA

alguns
elementos
sobre a
CULTURA
portuguesa



Secretariado Nacional de Informação

1957

alguns
elementos
sobre a
CULTURA
portuguesa



Secretariado Nacional da Informação

1967

800

INCORPORAÇÃO

5/5
T. N. S.

alguns
elementos
sobre a
CULTURA
portuguesa



Secretariado Nacional de Informação

1967



◀ Almada Negreiros (1893) — «A Nau Catrineta», fresco
de inspirada composição e belo colorido — Lisboa

PREFÁCIO

Povo de longa tradição, há mais de oito séculos diferenciado como Estado, o português possui uma cultura própria, que se afirma como expressão peculiar de um grupo étnico que soube criar a sua idiossincrasia colectiva, distinta da dos outros povos do mesmo ramo comum. A cultura portuguesa não é, porém, inteiramente original nos seus elementos. Lança profundas raízes nas instituições e língua do Lácio, tendo recebido, através dos séculos, marcadas influências dos povos de maior contacto, como os Visigodos e os Árabes, nos tempos antigos; os Espanhóis e os Franceses, os Italianos, os Anglo-saxões, na Europa, da mesma forma que dos povos afro-asiáticos e americanos, nos restantes continentes.

Dos Romanos ficaram traços indeléveis, sobretudo na língua, no Direito e na organização administrativa. Os Árabes deixaram rastros na Arte, na língua e em certos costumes. Herdeiros da mensagem cristã, ainda antes de fundada a nacionalidade, os Lusitanos, como os Suevos e os Visigodos estabelecidos no Norte, começaram a beneficiar da civilização cristã que, a pouco e pouco, ia alastrando por toda a Península Ibérica. É justo relevar, entre todos, o nome do letrado S. Martinho de Dume, apóstolo dos Suevos (556), que foi bispo de Dume, Braga. Dominava, pois, a formação humanística da Religião, e, por isso, o ambiente em que se iniciou o novo reino de Portugal era abertamente cristão e o primeiro rei começou por se declarar vassalo da Santa Sé, como aliás o aconselhava a política internacional de então.

A sociedade estava moldada em três classes, uma das quais, porventura a mais influente e mais culta, a do Clero, era a detentora do ensino. Ao longo da história esta permanência da Igreja fez-se notar em todas as actividades da Nação, criando uma consciência católica que se identifica, sem esforço, com o próprio espírito nacional.

Não esquecemos, porém, que também em Portugal há que assinalar movimentos heterodoxos, em geral de fraca projecção. Sem falar na propaganda dos Suevos arianos (séc. VI), lembre-se, de passagem, um mal

conhecido Tomás Escoto, de tendências averroístas e arianas, na Universidade de Lisboa, nos recuados tempos da Idade Média. Também se sentiram infiltrações de erasmismo na Corte portuguesa e em intelectuais portugueses de relevo (séc. XVI), como D. Martinho de Portugal, André de Resende, Damião de Góis, entre outros. De judaísmo estão pejados os arquivos da Inquisição e alguns livros de ataque, até mesmo no séc. XVIII. O protestantismo, apesar da pouca retumbância que provocou por cá, não deixou de se fazer sentir, por exemplo, no Cavaleiro de Oliveira (séc. XVIII).

O jusnaturalismo, o galicanismo e o regalismo instalaram-se no poder e no ensino, uns mais que outros, mas todos de forma bem saliente e por mais tempo do que era para desejar. Do enciclopedismo e espírito iconoclasta do séc. XVIII encontram-se sulcos da própria intervenção de Voltaire e através dos diplomatas portugueses, residentes em Paris e na Haia. Na espiritualidade devota encontramos, durante séculos, rastros de jansenismo, mais na prática do que nos tratados ascéticos. Enfim, o liberalismo, fortemente assoprado pelo racionalismo, ao mesmo tempo que implantava a liberdade de pensamento a par de instituições políticas bem conhecidas em toda a Europa, invadiu as classes responsáveis da Nobreza e do Clero e chegou alfin a algumas camadas do povo, vindo a culminar na República demagógica e positivista.

Todos estes acenos de infiltrações, incompatíveis com a referida consciência ética, trouxeram aportações benéficas, que, nalguma escala, foram aglutinadas. Efectivamente a Nação nunca viveu alheia a correntes de civilizações contrárias, mas esteve sempre persuadida de que possuía uma cultura própria que tinha por obrigação transmitir aos povos menos evoluídos ou de ideias distantes. Os dois fenómenos de recepção e transmissão operaram-se, porém, em tempo simultâneo. E por isso é que, levando ao Oriente, à África e à América um tipo de civilização diferente das que predominavam nessas regiões, Portugal soube aproveitar esses contactos para assimilar ideias, adaptar-se a usos e costumes, dos povos negros e amarelos, da mesma forma que recebia as grandes revoluções ideológicas dos principais países da Europa.

Temos, assim, que a cultura portuguesa, estruturalmente cristã (e, talvez por isso mesmo), se caracteriza ainda pelo seu ecumenismo, nos dois sentidos de osmose e endosmose. É uma cultura católica, mas tocada por doutrinas e sentimentos heterodoxos e naturalistas. É uma cultura europeia, mas com vincados laivos de africanismo, orientalismo e latino-americanismo. É uma cultura tipicamente nacional, mas com vocação transoceânica, de doação para bem-fazer.

Advirta-se, porém, que a constante da cultura portuguesa não se pode surpreender somente nas laudas dos livros impressos, porque é do génio nacional uma tendência manifesta para a acção eficiente. Por esse motivo se tem de apreciar o comportamento do Português nas paragens por onde

andou. E não há dúvida que é na África, no Oriente e na América que esse tom resalta com mais evidência, podendo-se facilmente verificar o lusotropicalismo que Gilberto Freire assinala, com a sua autoridade incontestável. Trata-se, evidentemente, de um processo de contactar com os povos que iam descobrindo. Mas de um processo, não apenas social, de relação de senhor e escravo, mas fundamentalmente cultural, transmissor de cultura. E tão notável foi que, como reconhecem hoje os sociólogos, perdurou, nomeadamente no Brasil, até ao século XIX, e ainda perdura e prossegue em grande parte da África e no Oriente.

Se o pretendêssemos caracterizar em poucas palavras diríamos que esse método português, começando no regime de trabalho escravo, de feitiço patriarcal, «adoçado por uma inspiração cristã vinda do Infante», se continuou, pelo nosso respeito das autoridades e instituições nativas, que nunca destruímos, a par da catequização cristã e elevação cultural segundo o sistema europeu, deixando livres os meios de expressão próprios e criando uma literatura apropriada às circunstâncias e uma arte bem típica.

Acentuadas, se bem que ao de leve, as raízes da cultura portuguesa e abertas ligeiramente as janelas para o campo das características ideológicas dessa cultura, importa ainda relevar, concretamente, nuns quantos nomes, uma das duas linhas geradoras. Se a cultura é o somatório de todas as manifestações do espírito, quer por via escrita, quer por via oral, não restam dúvidas de que na base borbulham, com capacidade absorvente e norteadora, apenas duas forças vitalizantes: — a religião e a filosofia. Não há literatura nem expressão artística que as não denunciem no seu todo. É que, na verdade, elas constituem as raízes de qualquer antropologia cultural.

Por isso, definido o aspecto religioso, frisaremos agora que, em Filosofia, a cultura portuguesa se não apresenta génios criadores de novos sistemas, salienta-se, no entanto, uma pléiade de pensadores que, quando comentam Aristóteles ou S. Tomás, patenteiam a inclinação metafísica, produzindo trabalhos sérios que ainda hoje são de consulta obrigatória. Recordem-se apenas os nomes de Pedro da Fonseca e João de S. Tomás. Não constitui, porém, episódio isolado de simples comentário, a actividade filosófica portuguesa. Lembremos, por um lado, a repercussão europeia dos compêndios de Pedro Hispano e Conimbricenses e, por outro, as obras de António Gouveia (*Defesa de Aristóteles, contra Pierre de la Ramée*), de Francisco Sanches (*Quod nihil scitur*) e Leão Hebreu (*os platónicos Diálogos de amor*).

Foi esta Filosofia, de matizes diversos, mas estruturalmente aristotélico-tomista, que informou a intelectualidade portuguesa durante séculos e ainda hoje influi em diversos centros de cultura.

Nos tempos modernos, a Filosofia em Portugal, depois de passar pelo positivismo de Teófilo Braga e pelo espiritualismo de um Sampaio Bruno, tomou novos rumos, bem mais variados, que, no entanto, não são de con-

siderar aqui, porque não chegam a afectar, por enquanto, salvo talvez algumas obras de Leonardo Coimbra, a linha geral do pensamento colectivo.

A sedimentação de uma cultura, neste caso, a portuguesa, operando-se através dos tempos, continua sujeita a beneficiações que, se não lhe alteram a estrutura, contudo a enriquecem e dignificam. Este trabalho recolhe-se através das camadas sociais, enquanto se instruem e educam, nas escolas como em leituras privadas, e fomenta-se por meio das iniciativas culturais, em cuja base estão, além da família, as instituições de ensino, os laboratórios, os institutos e os centros de estudo, os ateliers dos artistas, as bibliotecas, os arquivos, a literatura, os desportos.

Por esse motivo, o Governo tem prestado a melhor atenção a todos estes focos de cultura, dentro das tradições portuguesas e tomando em conta a evolução das artes, das letras e das ciências, nos centros mais desenvolvidos. É o que se pode apreciar nas páginas sucintas que seguem. Pretende-se, com elas, proporcionar ao leitor uma visão breve do panorama cultural português contemporâneo, com as suas ligações naturais ao passado, representadas por gráfico de linha sinuosa que marca a orientação como os desvios, as características e as próprias excrescências, apresentando números e evocando nomes, dentro das correntes literárias e estéticas que representam.

O ENSINO, A EDUCAÇÃO E A CULTURA

O ensino, a educação e a cultura, analisados do ponto de vista constitucional, põem em evidência os seguintes princípios:

Segundo o artigo 14.º, n.º 4, da Constituição Política Portuguesa pertence ao Estado e autarquias locais «facilitar aos pais o cumprimento do dever de instruir e educar os filhos, cooperando com eles por meio de estabelecimentos oficiais de ensino e correcção, ou favorecendo instituições particulares que se destinem ao mesmo fim.» O artigo 42.º estabelece que «a educação e instrução são obrigatórias e pertencem à família e aos estabelecimentos oficiais ou particulares em cooperação com ela». O artigo 43.º e seus parágrafos determinam que «o Estado manterá oficialmente escolas primárias, complementares, médias e superiores e institutos de alta cultura». «O ensino primário elementar é obrigatório, podendo fazer-se no lar doméstico, em escolas particulares ou em escolas oficiais».

«As artes e as ciências serão fomentadas e protegidas no seu desenvolvimento, ensino e propaganda, desde que sejam respeitadas a Constituição, a hierarquia e a acção coordenadora do Estado.»

«O ensino ministrado pelo Estado visa, além do revigoração físico e do aperfeiçoamento das faculdades intelectuais, à formação do carácter, do valor profissional e de todas as virtudes morais e cívicas, orientadas aquelas pelos princípios da doutrina e moral cristãs, tradicionais do País.»

«Não depende de autorização o ensino religioso nas escolas particulares.»

De acordo com o artigo 44.º «É livre o estabelecimento de escolas particulares paralelas às do Estado, ficando sujeitas à fiscalização deste e podendo ser por ele subsidiadas, ou oficializadas para o efeito de concederem diplomas quando os seus programas e categoria do respectivo pessoal docente não forem inferiores aos dos estabelecimentos oficiais similares.»

A liberdade de consciência e o livre exercício dos diversos cultos praticados dentro do território português são garantidos pelos artigos 46.º e 139.º da Constituição, com as restrições exigidas pelos direitos e interesses da soberania de Portugal e a vida e integridade moral e física da pessoa humana.

De acordo com estes princípios, não é ministrado o ensino da religião católica nas escolas aos alunos cujos pais assim o desejem, o que assegura o respeito pelas crenças religiosas de todos os indivíduos tanto na metrópole como nas províncias de África e do Oriente.

Dada a secular importância que as missões católicas têm tido na evangelização e civilização dos povos das províncias ultramarinas portuguesas, o artigo 140.º da Constituição estabelece que «as missões católicas portuguesas do ultramar e os estabelecimentos de formação do pessoal para os serviços delas e do Padroado terão personalidade jurídica e serão protegidos e auxiliados pelo Estado, como instituições de ensino e assistência e instrumentos de civilização, nos termos das concordatas e mais acordos celebrados com a Santa Sé».

Dentro destes princípios e do espírito de unidade nacional em que se integram todas as parcelas do território português, os planos de ensino obedecem aos mesmos padrões na Metrópole e nas Províncias do Ultramar. As diferenças geográficas, de raça e de religião surgem como factores de enriquecimento do ensino pela projecção, nas actividades escolares de todo o País, dos valores humanos e regionais de cada uma das suas províncias.

Os tipos de escolas, os graus e os ramos de ensino são comuns a todo o território português, encontrando-se assegurados em todos os distritos e províncias os ensinos primário e secundário. O ensino médio e o ensino superior existem na metrópole e nas províncias de Angola e Moçambique; no Estado Português da Índia funcionava desde a primeira metade do século XIX a Escola Médico-Cirúrgica de Goa.

O ENSINO

NA METRÓPOLE

Porque no nível de desenvolvimento cultural e técnico da população assenta, em larga escala, o progresso do País, incumbe ao Ministério da Educação uma ampla tarefa que se projecta no futuro da Nação Portuguesa.

O Ministério da Educação Nacional superintende na organização geral e no funcionamento do ensino, à excepção de alguns estabelecimentos especiais que pela sua natureza dependem de outros departamentos do Estado. O Ministro é coadjuvado por dois Subsecretários de Estado, um para os assuntos da Administração Escolar e outro para os da Juventude e Desportos. Existem no Ministério três órgãos superiores de carácter técnico e consultivo, na dependência directa do Ministro, para o estudo e fomento da política educativa do País: a Junta Nacional da Educação, para os problemas relativos ao ensino e

à educação, o Instituto de Alta Cultura, para o fomento da investigação científica e da alta cultura, e o Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa, para o estudo de forma permanente dos problemas relacionados com a educação segundo a evolução das necessidades do País.

Os órgãos administrativos do Ministério são a Secretaria-Geral e as Direcções-Gerais do Ensino Superior e das Belas-Artes, do Ensino Liceal, do Ensino Técnico Profissional, do Ensino Primário e da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar; existem além disso inspecções superiores de Bibliotecas e Arquivos, Belas-Artes, Ensino Liceal, Ensino Técnico, Ensino Primário e Ensino Particular.

A Junta Nacional da Educação tem um órgão central, o Conselho Permanente da Acção Educativa, a que compete assegurar a unidade e a continuidade da acção do Ministério. A Junta é ainda constituída por oito secções especializadas onde se encontram representados, não só os técnicos de ensino como os directores, professores e inspectores de ensino, tanto oficial como particular, como os pais, as autoridades religiosas, as autarquias locais, as organizações de protecção à infância, as organizações de juventude, os serviços de saúde escolar, a defesa nacional, os serviços de informação, as organizações corporativas, as actividades económicas, e ainda pessoas que no País se tenham distinguido nos problemas do ensino ou da cultura.

A Junta Nacional da Educação foi reorganizada em Maio de 1965. Da mesma forma foi reorganizado em Novembro de 1964 o Instituto de Alta Cultura a cuja direcção foram alargados os poderes de iniciativa e o âmbito de acção no sentido de impulsionar não só o fomento da cultura portuguesa no País mas ainda a sua expansão no estrangeiro. O Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa, criado em Janeiro de 1965, dispõe de uma direcção assistida de um conselho consultivo constituído por especialistas em questões relacionadas com a educação; é um órgão de apoio no plano do estudo e da investigação à acção ministerial e o seu trabalho exerce-se por meio de grupos de estudo especializados. Entre os trabalhos do Gabinete são de referir os relativos ao levantamento da carta escolar do País e os estudos de planeamento para o projecto de Estatuto da Educação Nacional apresentado ao País pelo Ministro da Educação Nacional em Dezembro de 1966.

Como órgãos superiores de cultura existem a Academia das Ciências de Lisboa, Academia Portuguesa de História, Academia Nacional de Belas-Artes e a Academia Internacional de Cultura Portuguesa.

Com a função de impulsionar as actividades circum-escolares e de estimular os ideais educativos, espirituais e patrióticos da juventude existe a Organização Nacional da Mocidade Portuguesa. A Obra das Mães pela Educação Nacional compete estimular e facilitar a acção educativa da família. Funciona ainda no Ministério o Instituto de Meios Audio-visuais de Ensino com o fim de promover a utilização e o aperfeiçoamento das técnicas áudio-visuais como meios auxiliares do ensino e de elevação do nível cultural da população; a este Instituto compete manter a Telescola.

Do Ministério da Educação Nacional dependem também outros organismos culturais e de investigação como o Instituto de Orientação Profissional, o Instituto Português de Oncologia, o Observatório Astronómico de Lisboa, os Museus Nacionais, as Bibliotecas e Arquivos, etc.

Ensino pré-primário

O ensino pré-primário abrange as crianças a partir dos 3 anos até à entrada na escola primária e é ministrado em estabelecimentos com várias designações como jardins-infantis, jardins-escolas, escolas maternais, escolas infantis, lares infantis, infantários, casas da criança. Este ensino é exclusivamente privado, mas o Estado auxilia-o e promove o seu desenvolvimento através de subsídios. Muitos estabelecimentos são mantidos pelas autarquias locais e por instituições oficiais dependentes dos Ministérios da Saúde e Assistência, das Corporações e Previdência Social, assim como pelos Serviços Sociais de vários Ministérios. Também as grandes empresas comerciais e industriais mantêm classes de educação infantil para os filhos do seu pessoal.

De entre as instituições privadas que, com subsídio do Estado, se dedicam ao desenvolvimento do ensino pré-primário, mantendo escolas próprias em diversas localidades do País, devem referir-se: a Associação dos Jardins-Escolas João de Deus, a Associação de Pedagogia Infantil, a Associação de Educação Infantil e a Associação Nacional dos Parques Infantis.

O Estado não impõe programas, métodos ou sistemas de organização deste ensino, limitando-se a fiscalizar a idoneidade moral e pedagógica do pessoal docente e as condições de higiene e salubridade das instalações.

Ensino primário

O ensino primário é obrigatório e gratuito para todas as crianças a partir dos 7 anos e é ministrado em dois ciclos, um ciclo elementar, de quatro classes, e um ciclo complementar, de duas classes. A obrigatoriedade escolar vai até aos 14 anos.

Os programas dão relevo ao canto coral e aos trabalhos manuais como factores educativos e o ensino da religião e moral católicas — por corresponderem aos princípios tradicionais do País — passou a ser obrigatório a partir de 1936, salvo para os alunos cujos pais façam declaração em contrário.

Os alunos que desejem prosseguir estudos no ensino secundário podem substituir a frequência do ciclo complementar do ensino primário pela do ciclo preparatório do ensino secundário.

Nas escolas, o ensino é separado segundo os sexos, salvo nas localidades de população escolar mais reduzida. Aos alunos do sexo feminino é dado o devido desenvolvimento à educação doméstica.

Encontra-se assegurado o acesso a este ensino em todo o País e o Estado tem procurado melhorar a sua eficiência tanto no aspecto administrativo como no pedagógico. Além da melhoria das condições de recrutamento, preparação, aperfeiçoamento e remuneração dos professores e da construção de muitos edifícios novos para as escolas primárias, outras medidas foram tomadas, cumprindo referir as constantes do Decreto n.º 38 969, de Outubro de 1952, no sentido de combater o analfabetismo e tornar a instrução primária extensiva a toda a população. Este decreto visou assegurar a efectivação da escolaridade obrigatória, reforçando nesse sentido a assistência escolar, e instituiu ao mesmo tempo uma Campanha Nacional de Educação de Adultos com o duplo objectivo de reduzir substancialmente o analfabetismo e difundir e ampliar a cultura popular. Dela resultou não só a frequência deste ensino por toda a população em idade escolar mas também a de avultado número de adolescentes e adultos que não haviam alcançado a respectiva habilitação na idade própria, e para os quais foram criados numerosos cursos especiais e intensivos em todo o País. Como resultado desta medida deu-se uma nítida regressão na taxa de analfabetismo. Os dados estatísticos seguintes evidenciam estes resultados:

Anos	Total	Menores em idade escolar	Adolescentes e adultos
1950-1951	664 750	632 883	31 867
1952-1953	931 946	759 180	172 766
1955-1956	1 086 673	829 469	257 204
1960-1961	975 621	887 235	88 386
1962-1963	954 837	886 519	68 318
1964-1965	955 331	894 195	61 136

No intuito de poder corresponder às necessidades crescentes da frequência escolar e de assegurar a instalação conveniente de todas as escolas foi decretada, em 1940, a criação de um plano geral de construções para o ensino primário. A esse primeiro plano, designado Plano dos Centenários, seguiu-se outro que está presentemente em execução.

Assegurando a escolaridade aos meios rurais mais populosos, existem escolas oficiais que servem áreas de cerca de 2 km de raio; nas regiões de fraca densidade populacional, onde é pequeno o número de crianças, funcionam postos de ensino confiados normalmente a pessoas da localidade que possuam idoneidade moral e cultural para o desempenho do cargo, sendo-lhes dada a categoria de regentes escolares.

Elevado número de escolas possui actualmente refeitório onde são distribuídas refeições às crianças de mais débeis condições económicas, através de um serviço de assistência escolar dirigido pela Obra das Mães pela Educação Nacional. A assistência escolar compreende também distribuição de livros, material escolar e agasalhos.

Junto das escolas primárias funcionam pequenas bibliotecas constituídas por obras da Biblioteca Educativa, editada pelo Ministério da Educação, e por outras obras adquiridas, devidamente seleccionadas.

O ensino de crianças com deficiências mentais, sensoriais ou outras é feito em estabelecimentos especializados; para as crianças com atraso mental o ensino é ministrado em grande parte em classes especiais que funcionam junto de diversas escolas ordinárias.

A inspecção e orientação das classes especiais está a cargo do Instituto António Aurélio da Costa Ferreira que é um importante centro médico-pedagógico.

O Ministério da Saúde e Assistência possui também institutos próprios para a educação de crianças deficientes.

O ensino, tanto de crianças cegas como de crianças surdas, tem sido ultimamente objecto de atenção particular através de reformas levadas a efeito nos métodos de ensino e nas próprias concepções sobre a educação dessas crianças; em particular, o ensino de crianças surdas atingiu um nível muito apreciável estando a ser ministrado dentro das orientações técnicas mais adelantadas.

Com o objectivo de proporcionar a elevação do nível cultural das populações que não tiveram oportunidade ou possibilidade de prosseguir os estudos para além do ensino primário, foi organizada a difusão da cultura popular mediante a criação de bibliotecas educativas, algumas delas itinerantes, e o recurso à rádio, à televisão educativa, à telescola, à projecção fixa e animada, às missões culturais e a outras medidas que têm sido acolhidas com o maior interesse pelas camadas populacionais a que se destinam.

Ensino secundário

As necessidades crescentes de maior preparação cultural e técnica, exigidas por uma evolução social mais rápida e pelas condições tecnológicas actuais, determinaram um acentuado desenvolvimento deste nível de ensino o que se reflectiu não só no aumento da frequência escolar mas também na actualização dos programas e no aperfeiçoamento didáctico.

Para corresponder ao surto de frequência registado nos dois grandes sectores da instrução secundária — o liceal e o técnico — impôs-se a necessidade de construir por todo o País um número crescente de escolas. A tarefa a que o Estado se lançou foi secundada por muitas entidades particulares e desse esforço conjunto resultou a construção de diversos estabelecimentos

de ensino, prosseguindo a iniciativa por forma a poderem satisfazer-se as aspirações dos centros populacionais em ascensão.

No aspecto de actualização do ensino os programas têm beneficiado de reformas tendentes a elevarem o seu nível e eficiência, sendo particularmente importante a que em 1948 foi feita no ensino técnico e que tem vindo a ser executada com progressivo aumento de meios e a medida, recentemente decretada, que unificou os ciclos iniciais dos liceus e das escolas técnicas, criando em sua substituição o ciclo preparatório do ensino secundário.

Ao nível do ensino secundário funcionam ainda entre outros os estabelecimentos da Igreja Católica que ministram os cursos de preparatórios para a formação de sacerdotes e religiosos e ainda os estabelecimentos secundários de ensino artístico.

a) Ciclo preparatório do ensino secundário

O ensino secundário é uniforme nos dois primeiros anos, os quais constituem o ciclo preparatório do ensino secundário. Só após a frequência deste ciclo os alunos fazem a escolha do ramo do ensino secundário em que desejam prosseguir os estudos.

A entrada no ciclo preparatório do ensino secundário é feita após a aprovação no exame do ciclo elementar do ensino primário, aos 11 anos. Depois de frequentarem com aproveitamento o ciclo preparatório do ensino secundário os alunos ingressam no ensino liceal ou no ensino técnico ou em qualquer dos outros ramos do ensino secundário mediante exame de aptidão. A este exame podem igualmente apresentar-se os alunos habilitados com o ciclo complementar do ensino primário.

O plano de estudos do ciclo preparatório do ensino secundário abrange matérias das disciplinas de Língua Pátria, História e Geografia de Portugal, Moral e Religião, Língua viva estrangeira, Matemática, Ciências Naturais, Desenho, Trabalhos Manuais, Educação Musical e Educação Física, reunidas em conjuntos lectivos organizados segundo o seu carácter formativo e de forma a corresponderem às tendências mais frequentes dos alunos e às modalidades fundamentais dos estudos subsequentes. O ensino neste ciclo de estudos tem o objectivo de fornecer uma preparação geral adequada ao prosseguimento dos estudos em qualquer ramo do ensino secundário e de orientar os alunos na escolha dos mesmos estudos a partir da observação das suas tendências e aptidões.

Na estrutura administrativa e pedagógica deste ciclo é dado um lugar de especial relevo aos problemas da orientação escolar. Com a iniciativa desta reforma no plano de estudos a opção pelos ensinos liceal e técnico que era feita aos 11 anos após o ciclo elementar do ensino primário, foi transferida para os 13 anos após dois anos de estudos em que se procuram esclarecer melhor as tendências de cada criança.

b) Ensino liceal

O ensino liceal tem carácter humanista, educativo e de preparação para a vida e é ministrado em dois ciclos de estudos, o curso geral constituído pelos três primeiros anos, e o curso complementar abrangendo os dois anos seguintes. O curso geral é ministrado em regime de classe e tem por objectivo preparar para a sequência de estudos e habilitar com a cultura mais conveniente para a satisfação das necessidades comuns da vida social, a par dos fins de revigoramento físico, de aperfeiçoamento das faculdades intelectuais, de formação do carácter, do valor profissional e do fortalecimento das virtudes morais e cívicas.

O curso complementar é especialmente destinado a preparar os alunos para o ingresso no ensino superior. O ensino é ministrado em regime de disciplinas independentes agrupadas em oito secções conforme os cursos superiores a que os alunos se destinam.

O plano de estudos abrange no curso geral as disciplinas de Português, Francês, Inglês, História, Geografia, Ciências Naturais, Ciências Físico-Químicas, Matemática e Desenho; no curso complementar além dessas disciplinas ministra-se também o ensino de Grego, Latim, Alemão, Filosofia e Organização Política e Administrativa da Nação. O plano de estudos inclui ainda nos dois cursos o ensino de Religião e Moral, Canto Coral e Educação Física, devendo acrescentar-se Lances para os alunos do sexo feminino.

Cada ciclo termina por um exame cuja aprovação é necessária para o prosseguimento dos estudos. A estes exames são admitidos em igualdade de circunstâncias os alunos do ensino oficial e do ensino particular e dos júris de exames fazem parte professores dos dois ensinos; os alunos do ensino particular podem prestar provas de exame nos próprios estabelecimentos que frequentam, mas os júris são os mesmos dos estabelecimentos oficiais.

O acréscimo de frequência do ensino liceal é evidenciado pelos números constantes do respectivo gráfico.

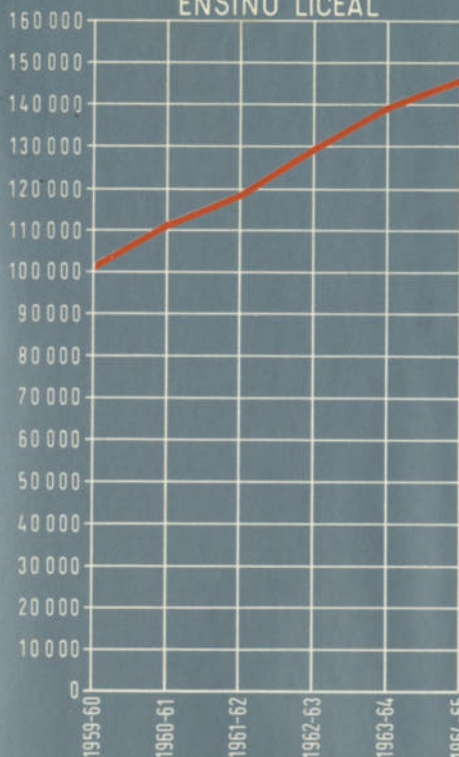
c) Ensino técnico

O ensino técnico profissional, industrial, comercial e agrícola abrange dois níveis — o profissional e o médio.

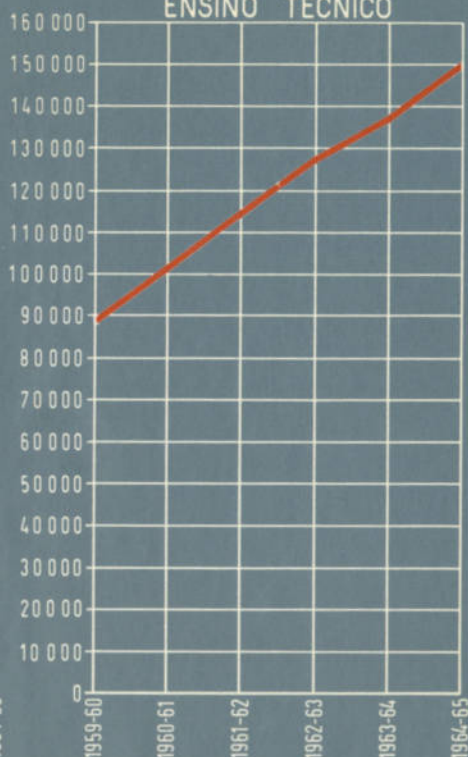
O ensino técnico profissional é ministrado em escolas comerciais, industriais, de artes decorativas e agrícolas. Em cada uma destas escolas são ministrados vários tipos de cursos: cursos de formação profissional, cursos complementares de aprendizagem, cursos de aperfeiçoamento, cursos de mestrança e cursos de habilitação para o ingresso nos cursos técnicos médios ou artísticos superiores.

Os cursos de formação profissional, frequentados pelos alunos que possuem o ciclo preparatório, facultam a educação geral e técnica necessária

ENSINO LICEAL



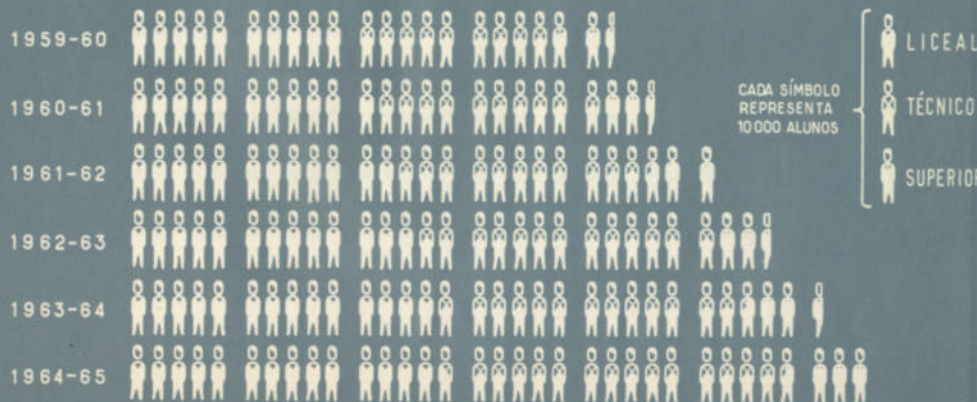
ENSINO TÉCNICO



ENSINO SUPERIOR



FREQUÊNCIA DOS ENSINOS SECUNDÁRIO E SUPERIOR



para o ingresso nas carreiras da indústria, do comércio, da agricultura e análogas. Alguns cursos de formação são completados por cursos de especialização.

Os cursos complementares de aprendizagem são ministrados paralelamente com a iniciação profissional realizada em escritórios, oficinas ou outros locais de trabalho, e procuram dar aos aprendizes e praticantes uma educação geral e técnica de nível secundário que, associada à prática obtida fora da escola, lhes confira a conveniente aptidão profissional. Os cursos complementares de aprendizagem agrícola destinam-se aos meios rurais e têm a duração de quatro anos; estes cursos visam a ministrar aos indivíduos habilitados com o ciclo elementar do ensino primário a ampliação do seu nível cultural e a aprendizagem de uma técnica agrícola mais progressiva.

Os cursos de aperfeiçoamento e de mestrança (nocturnos) destinam-se a candidatos já com ocupação profissional e têm por objectivo melhorar a sua educação geral e técnica.

As escolas de artes decorativas habilitam para as profissões ligadas às artes decorativas e gráficas e facultam aos alunos de maiores aptidões artísticas as condições necessárias para o prosseguimento de estudos de pintura e escultura nas escolas superiores de belas-artes.

As escolas de pesca e de marinha mercante preparam para as profissões marítimas.

As disciplinas de cada curso, a sua distribuição por anos, o regime de ensino e de exames variam com os cursos e as especializações profissionais.

O rápido aumento de frequência do ensino técnico é evidenciado pelo gráfico respectivo.

Ensino médio

O ensino médio inclui-se no ensino técnico e é ministrado em institutos comerciais, industriais e em escolas de regentes agrícolas e ainda na escola náutica.

O ingresso nesses estabelecimentos é feito mediante exame de admissão, devendo os candidatos em regra possuir a habilitação mínima do curso geral dos liceus ou a secção preparatória para esse ensino ministrada nas escolas de ensino técnico profissional; podem ainda ser admitidos candidatos com outras habilitações mediante um exame de admissão especial.

A duração dos cursos deste nível de ensino varia. Os cursos dos institutos comerciais têm a duração de 3 anos e destinam-se a preparar contabilistas, correspondentes, auxiliares de administração e peritos alfandegários. Os cursos dos institutos industriais, constituídos por 4 anos, preparam agentes técnicos de engenharia e chefes de indústria, abrangendo as secções de construção civil e minas, máquinas e electrotecnic e química industrial.

Ao fim do 2.º ano, os alunos dos institutos comerciais e industriais podem prosseguir os estudos nos mesmos estabelecimentos ou ingressar nas

Faculdades e Escolas Superiores de Economia e Finanças os primeiros, e de Engenharia os segundos, desde que satisfaçam às respectivas provas de admissão.

As escolas de regentes agrícolas habilitam técnicos para as explorações agrícolas de maior nível, tendo o curso a duração de 5 anos; um curso complementar de 1 ano permite o ingresso no ensino superior de Agronomia e de Medicina Veterinária.

São do mesmo grau, exigindo para o seu ingresso as mesmas habilitações, certos cursos ministrados em escolas e institutos próprios, como os que preparam correspondentes, tradutores e auxiliares de administração e bem assim os destinados a formar técnicos de serviços sociais, de enfermagem e outras funções auxiliares de medicina.

Ensino superior

Correspondendo às necessidades culturais do País, o Governo tem procedido, desde 1950, a extensas reformas no ensino superior, sendo de assinalar as que, de acordo com as modernas tendências na orientação do ensino universitário e a necessidade de fazer o mesmo ensino acompanhar as exigências da vida e progresso do País foram levadas a efeito nos planos e regimes de estudos de diversas Faculdades e Escolas Superiores, particularmente em Letras, Ciências, Engenharia, Medicina, Agronomia, Medicina Veterinária, Belas-Artes e Estudos Sociais, com as quais se procurou estabelecer o equilíbrio entre o espírito de renovação e a tradição da nossa vida cultural.

Também no que respeita à construção de edifícios para o ensino superior têm sido efectuadas importantes obras de que sobressaem os novos edifícios das Cidades Universitárias de Lisboa e de Coimbra, nos quais se procurou atender ao crescimento da frequência e às modernas exigências do ensino.

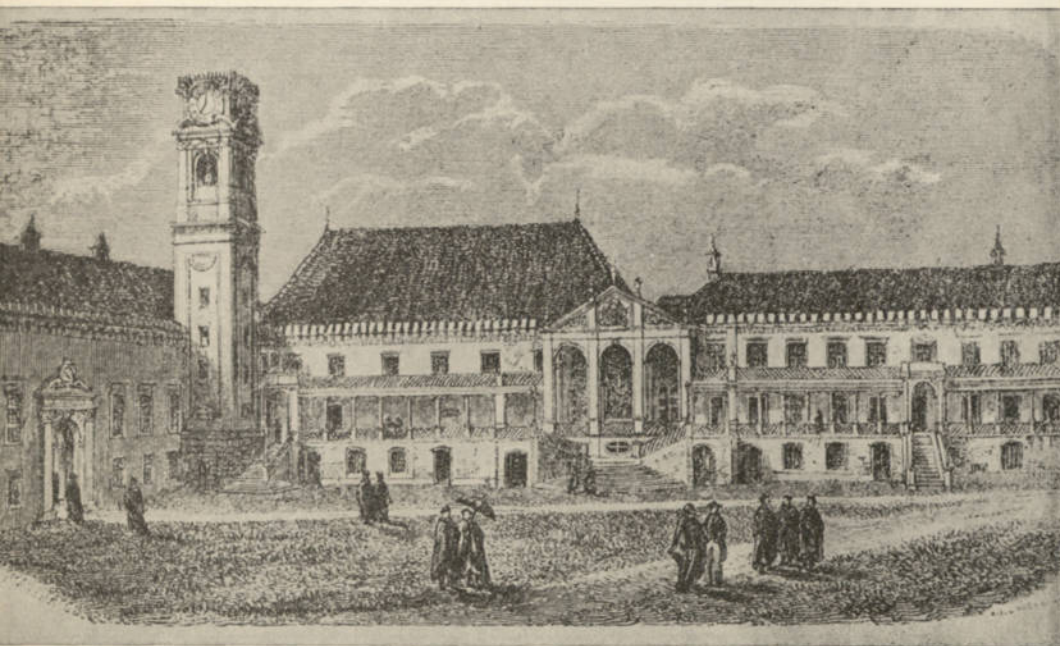
A entrada nas Universidades é feita mediante exame de aptidão, devendo os candidatos ter a habilitação do curso complementar dos liceus ou a aprovação na parte correspondente dos cursos dos estabelecimentos de ensino técnico médio; é concedida dispensa do exame de aptidão aos candidatos que naquelas habilitações tenham classificação final de bom e satisfaçam a iguais condições nas disciplinas específicas da Faculdade ou Escola Superior em que pretendam ingressar.

O ensino superior é ministrado nas quatro Universidades do País e em escolas superiores. As Universidades são: a Universidade de Coimbra, a Universidade Clássica de Lisboa, a Universidade Técnica de Lisboa e a Universidade do Porto.

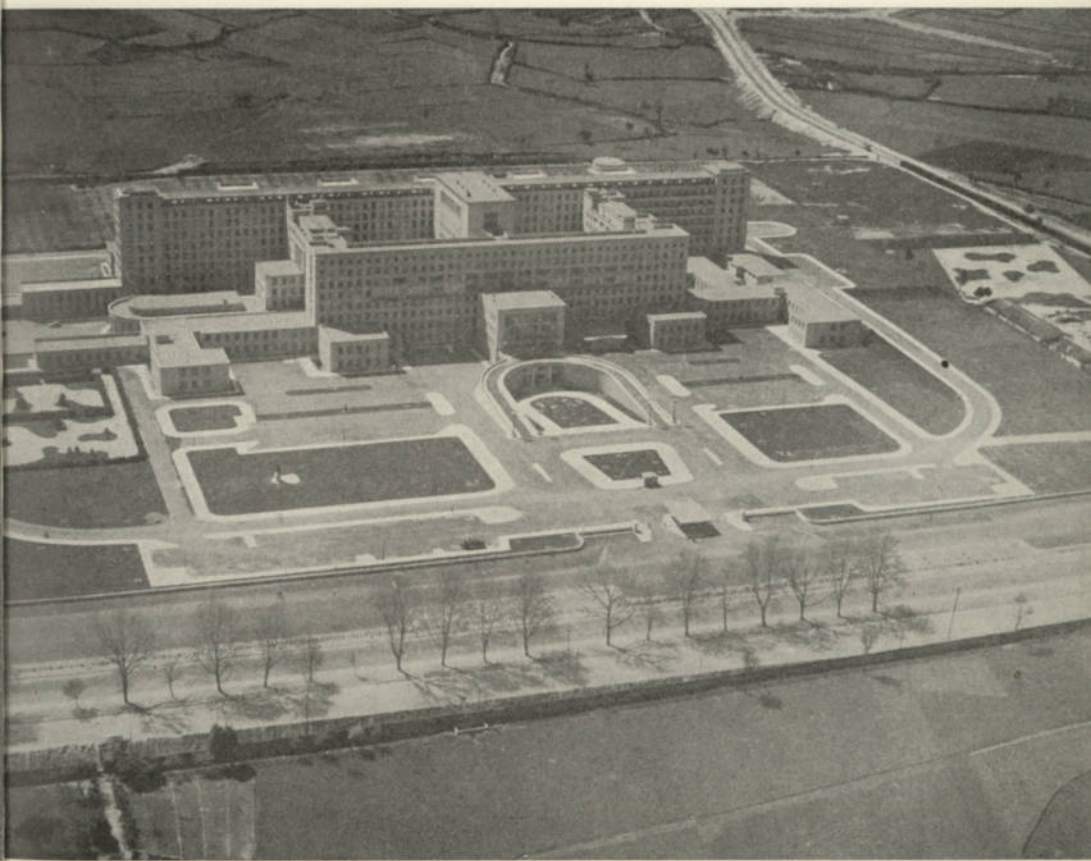
A Universidade de Coimbra e a Universidade Clássica de Lisboa englobam as Faculdades de Letras, Direito, Medicina, Ciências e as Escolas de Farmácia. A Universidade do Porto compreende as Faculdades de Letras, Medicina, Ciências, Farmácia, Engenharia e Economia. A Universidade Técnica de Lisboa



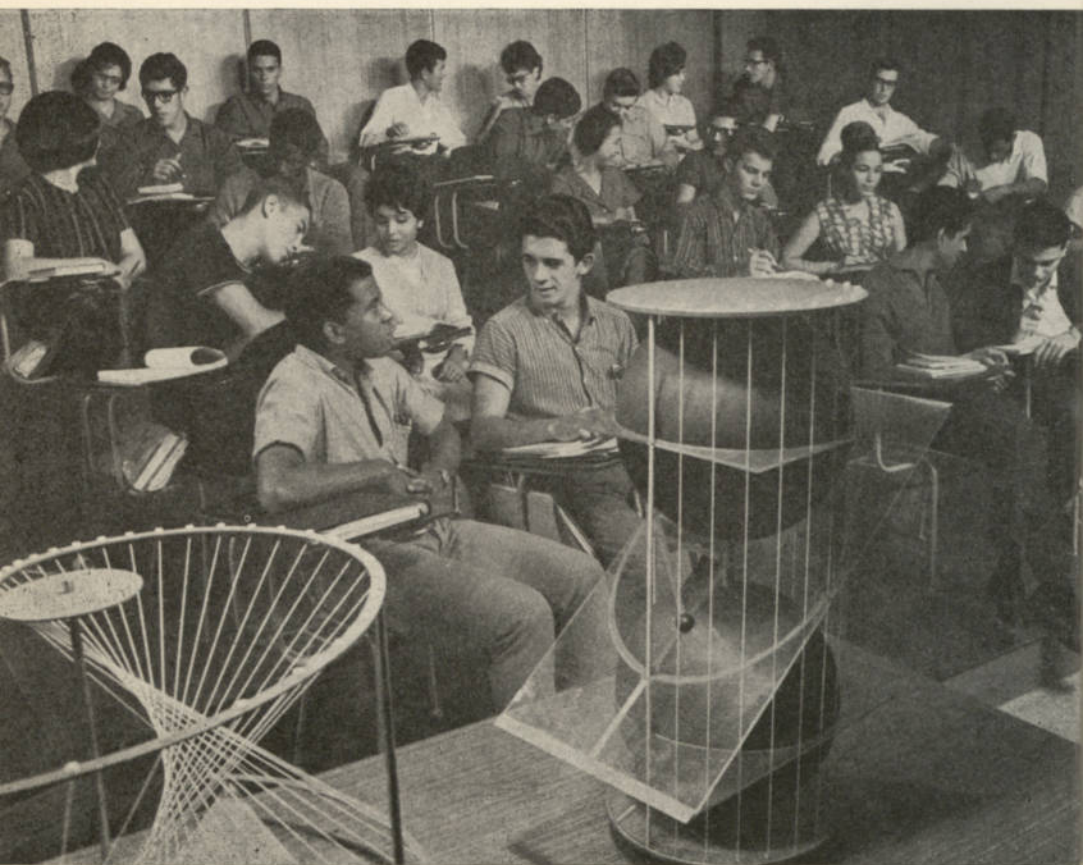
Lisboa — Cidade Universitária: um sonho que começou a ser realidade. A técnica ao serviço do ensino transplantou para ambiente moderno centros de cultura bem radicados na vida portuguesa, e criou núcleos de recreio: foram já construídas as Faculdades de Letras, Direito, Medicina com o respectivo Hospital Escolar, a Biblioteca Nacional, o Estádio Universitário, não faltando a cantina, salas de convívio e os lares. Outros estabelecimentos de ensino estão previstos neste aglomerado universitário



Coimbra — Universidade. Face a face o passado e o presente. A Universidade de Coimbra ganhou tradição ao longo dos séculos cumprindo com brilho a sua missão cultural. Recentemente construíram-se novos edifícios para receber uma população escolar em aumento, mas quer nestes quer naqueles domina o espírito da ciência em marcha e o amor da praxis que reverencia o passado



A Faculdade de Medicina e o Hospital de S. João constituem, com as suas modernas instalações, como que o núcleo da futura cidade universitária do Porto



Moçambique — Nos Estudos Gerais o ensino superior
acompanha as modernas técnicas pedagógicas

engloba o Instituto Superior Técnico, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, o Instituto Superior de Agronomia, a Escola Superior de Medicina Veterinária e o Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina.

Nestas Faculdades e Escolas Superiores são ministrados os seguintes cursos:

Faculdade de Direito — licenciatura em Direito e Cursos Complementares de Ciências Político-Económicas e Ciências Jurídicas.

Faculdade de Letras — licenciaturas em Filologia Clássica, Filologia Românica, Filologia Germânica, Geografia, História e Filosofia e ainda os Cursos de Bibliotecário-Arquivista e de Ciências Pedagógicas.

Faculdade de Ciências — licenciaturas em Matemática Pura, Matemática Aplicada, Engenharia Geográfica, Física, Química, Geologia, Biologia e cursos preparatórios de engenharia.

Faculdade de Medicina — licenciaturas em Medicina e Cirurgia.

Faculdade e Escolas de Farmácia — licenciatura em Farmácia e Curso profissional de Farmácia.

Faculdade de Engenharia e Instituto Superior Técnico — licenciaturas em Engenharia Civil, de Minas, Mecânica, Electrotécnica e Química Industrial, às quais corresponde o título profissional de engenheiro.

Faculdade de Economia e Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras — licenciaturas em Finanças e em Economia.

Instituto Superior de Agronomia — licenciaturas em Agronomia e em Silvicultura, Cursos de Agronomia e Silvicultura Tropical.

Escola Superior de Medicina Veterinária — licenciaturas em Medicina Veterinária e em Medicina Veterinária Tropical.

Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina — Curso de Administração Ultramarina, Curso Complementar de Estudos Ultramarinos e de Serviço social.

Englobados no ensino superior, funcionam ainda as Escolas Superiores de Belas-Artes de Lisboa e Porto, a Faculdade Pontifícia de Filosofia de Braga, os Institutos de Serviço Social de Lisboa, Porto e Coimbra, a Academia Militar, a Escola Naval, a Escola Náutica, o Instituto Superior de Estudos Económicos e Sociais de Évora, o Instituto de Cultura Superior Católica, o Instituto Superior de Ciências Psicopedagógicas, o Instituto Superior de Línguas e Administração e os Cursos Superiores de Teologia dos Seminários Diocesanos. Alguns destes estabelecimentos são particulares e parte deles é subsidiada pelo Estado.

A Escola Nacional de Saúde Pública e de Medicina Tropical é um estabelecimento de ensino e de investigação que ministra cursos de pós-graduados para habilitação nas funções de saúde na metrópole e no ultramar.

Nas Escolas Superiores de Belas-Artes são ministrados o Curso de Arquitectura e Cursos Gerais e Superiores de Pintura e Escultura.

O ensino superior regista um nitido acréscimo de frequência indispensável às necessidades do País, lançado activamente na via da industrialização.

Devem mencionar-se ainda os cursos de ensino artístico — Música e Teatro — sob a orientação do Ministério da Educação Nacional, os cursos do Instituto de Formação Social e Corporativa do Ministério das Corporações e o de Ciências Criminais do Ministério da Justiça, etc., que dão um valioso contributo para a habilitação de pessoal destinado a vários sectores de actividade.

Ensino normal

O ensino normal tem por objectivo a preparação de professores para o ensino infantil, primário, liceal, técnico e de educação física.

Para a formação de professoras e educadoras infantis existem quatro estabelecimentos mantidos pela Associação dos Jardins-Escolas João de Deus, pela Associação de Educação Infantil e pela Associação de Pedagogia Infantil, em Lisboa, e pelo Instituto Ancilla Domini, em Coimbra.

A preparação dos professores de ensino primário é feita nas Escolas do Magistério Primário existentes em todos os distritos do País. A entrada nestas escolas faz-se mediante um exame de admissão, sendo exigida ao candidato a habilitação do curso geral dos liceus ou dos cursos especiais de formação feminina das escolas técnicas.

O curso tem a duração de dois anos e compreende cultura e prática pedagógica. Uma vez aprovados neste curso os candidatos são submetidos a Exame de Estado, depois do que lhes é conferido o diploma para exercício do Magistério Primário.

Para o ensino de crianças deficientes há uma especialização para professores de ensino primário, sendo os cursos ministrados no Instituto António Aurélio da Costa Ferreira ou no Instituto Jacob Rodrigues Pereira, os primeiros para professoras de crianças atrasadas mentais e os últimos para professoras de crianças surdas. Últimamente têm sido ministrados cursos de especialização para educadoras infantis de crianças surdas e cegas.

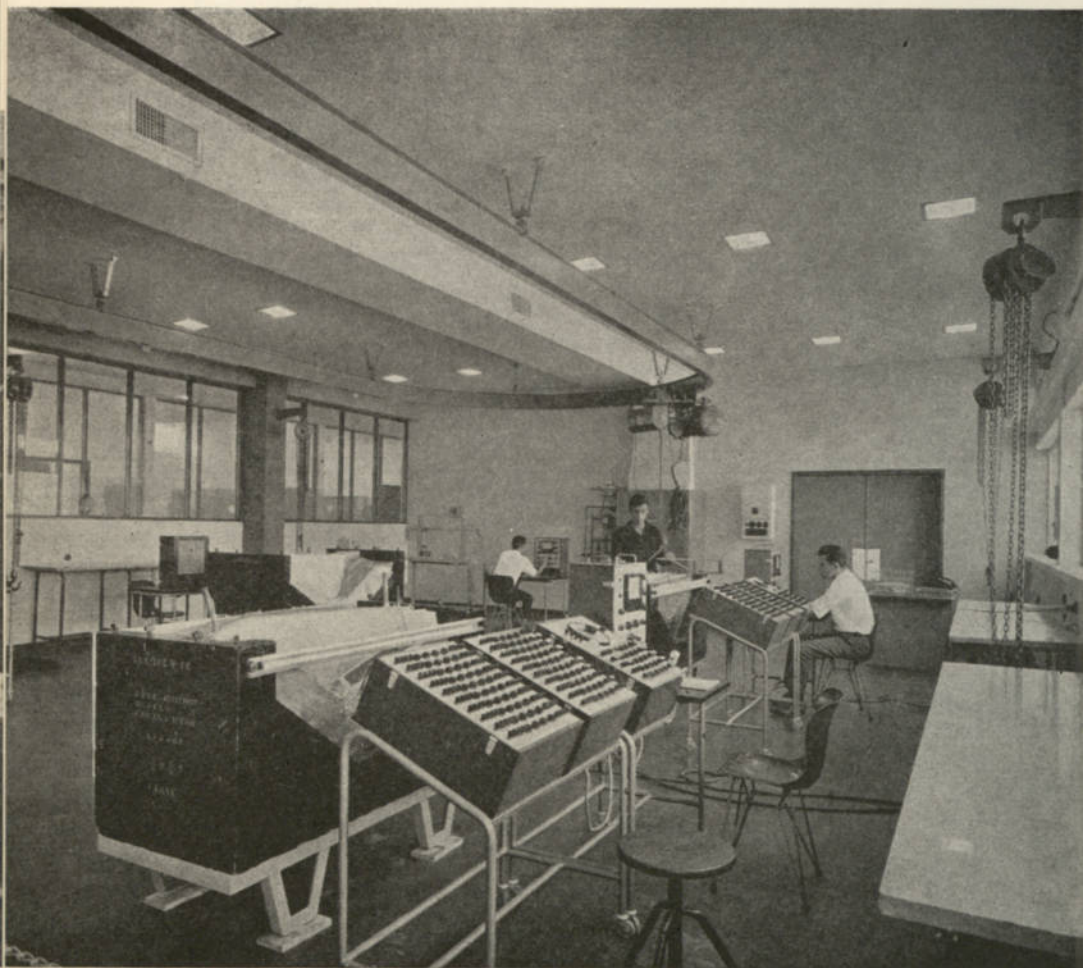
A preparação académica dos professores dos ensinos liceal e técnico é feita nas Faculdades de Letras e de Ciências; a cultura pedagógica é obtida nas secções pedagógicas das Faculdades de Letras e a prática pedagógica, que tem a duração de dois anos, é feita nos liceus normais, para os professores do ensino liceal e nas escolas técnicas adequadas a essa prática, para os professores do ensino técnico.

A formação de professores de educação física é feita no Instituto Nacional de Educação Física, num curso de três anos, sendo necessário para a admissão possuir o curso complementar do ensino liceal.

A frequência do ensino normal tem registado um aumento sensível, embora insuficiente para as necessidades do País.



Lisboa — Laboratório Nacional de Engenharia, prestigioso organismo cuja reputação ultrapassou as fronteiras



Sala de ensaio de modelos de barragens do Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Investigação científica

O Instituto de Alta Cultura constitui, no Ministério da Educação Nacional, o órgão superior destinado especialmente a assegurar a política educativa do País no domínio da alta cultura e da investigação científica. Compete-lhe estimular a formação de especialistas no campo da ciência pura e aplicada, orientar e coordenar os trabalhos de investigação científica dos centros de estudos anexos às Universidades e de outros organismos públicos ou privados e manter as relações culturais no plano nacional e internacional.

É ainda função do Instituto de Alta Cultura fomentar no estrangeiro o conhecimento da cultura portuguesa, organizar exposições de bibliografia portuguesa e patrocinar exposições de obras de arte de artistas e de museus e colecções portuguesas. Pertence ainda ao Instituto organizar congressos nacionais e internacionais no País e preparar a participação portuguesa em congressos internacionais.

O Instituto de Alta Cultura é dirigido por um conselho superior, em que se incluem elementos das universidades, assistido por três conselhos de natureza técnica e consultiva, o conselho de investigação científica, o conselho de fomento cultural e o conselho de intercâmbio cultural.

Ao Instituto incumbe a concessão de bolsas de estudo, dentro e fora do País, destinadas a preparar futuros investigadores e cientistas; a atribuição de subsídios e bolsas para trabalhos de pesquisa e de subsídios para a publicação de revistas e trabalhos científicos; a criação de centros de estudo e investigação, independentes ou anexos às Universidades e a outros estabelecimentos de ensino ou laboratórios de investigação; criação de serviços de bibliografia e documentação científica assim como a manutenção de leitorados de português em universidades estrangeiras.

Presentemente funcionam leitorados de português nas Universidades dos seguintes países:

África do Sul — Joanesburgo.

Alemanha — Bonn, Hamburgo, Colónia, Munique, Francfort, Heidelberg, Gottingen, Marburgo, Mainz, Berlim Ocidental e Sarrebrunco.

Austria — Viena

Bélgica — Bruxelas, Antuérpia e Luvaina.

Espanha — Madrid, Barcelona, Salamanca, Santiago de Compostela e La Laguna.

Estados Unidos — Nova Iorque.

França — Paris (Instituto Católico e Sorbona), Bordéus, Toulouse, Poitiers, Montpellier, Rennes, Estrasburgo, Aix-en-Provence, Nantes e Nice.

Holanda — Amesterdão e Utrecht.

Inglaterra — Londres, Oxford, Liverpool, Cambridge, Cardiff, Leeds, Birmingham e Bristol.

Itália — Roma, Nápoles, Florença e Pisa.

Japão — Tóquio.

Suíça — Zurique e St. Gall.

O Instituto subsidia ainda a manutenção de escolas portuguesas em Casablanca, Hong-Kong, Johannesburgo e New-Bedford e forneceu bibliotecas de cultura portuguesa para as Universidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Baía, Madrid, Paris e Roma.

A investigação científica não se limita porém ao campo de actividade do Instituto de Alta Cultura. Na dependência de outros departamentos do Estado funcionam importantes organismos que, a par dos centros de investigação e estudo anexos às Faculdades, contribuem para o progresso da investigação científica do País, alcançando mesmo alguns deles renome internacional. De entre eles citamos:

Junta de Investigações do Ultramar, reestruturada em 1945, tem uma vasta actividade em vários domínios da ciência.

Laboratório Nacional de Engenharia Civil, criado em 1947, dedica-se à investigação no domínio da engenharia civil.

Junta de Energia Nuclear, criada em 1954, orienta e coordena as actividades de investigação e aplicação no domínio da energia nuclear.

Instituto Nacional de Investigação Industrial, criado em 1959, coordena e auxilia a investigação e a assistência tecnológica com vista ao progresso industrial do País.

Centro de Estudos Económicos, no Instituto Nacional de Estatística.

Estação Agronómica Nacional, com as Estações de Melhoramento de Plantas de Elvas, de Cerealicultura de Beja e do Milho, de Braga.

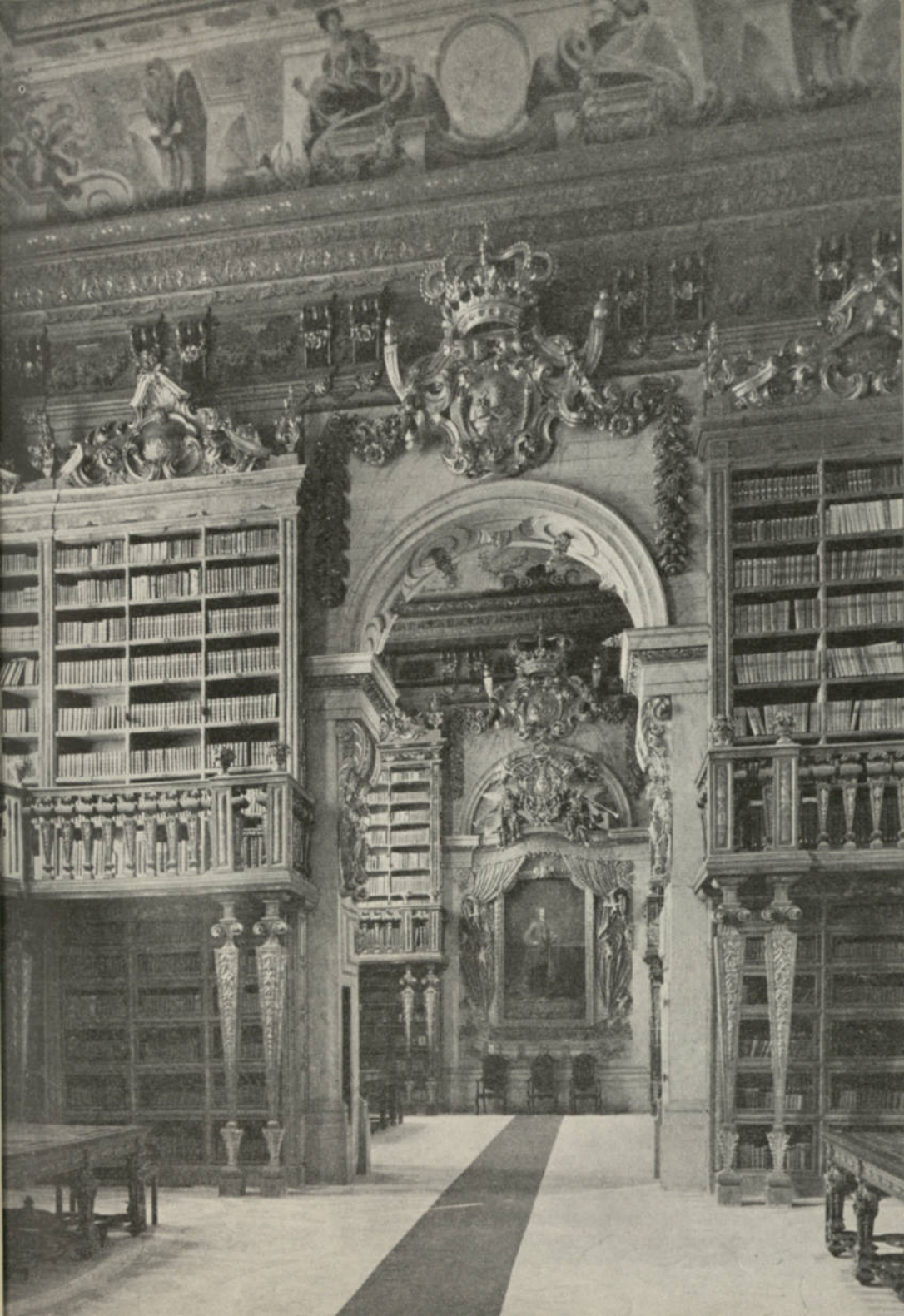
Instituto Nacional de Investigação Veterinária.

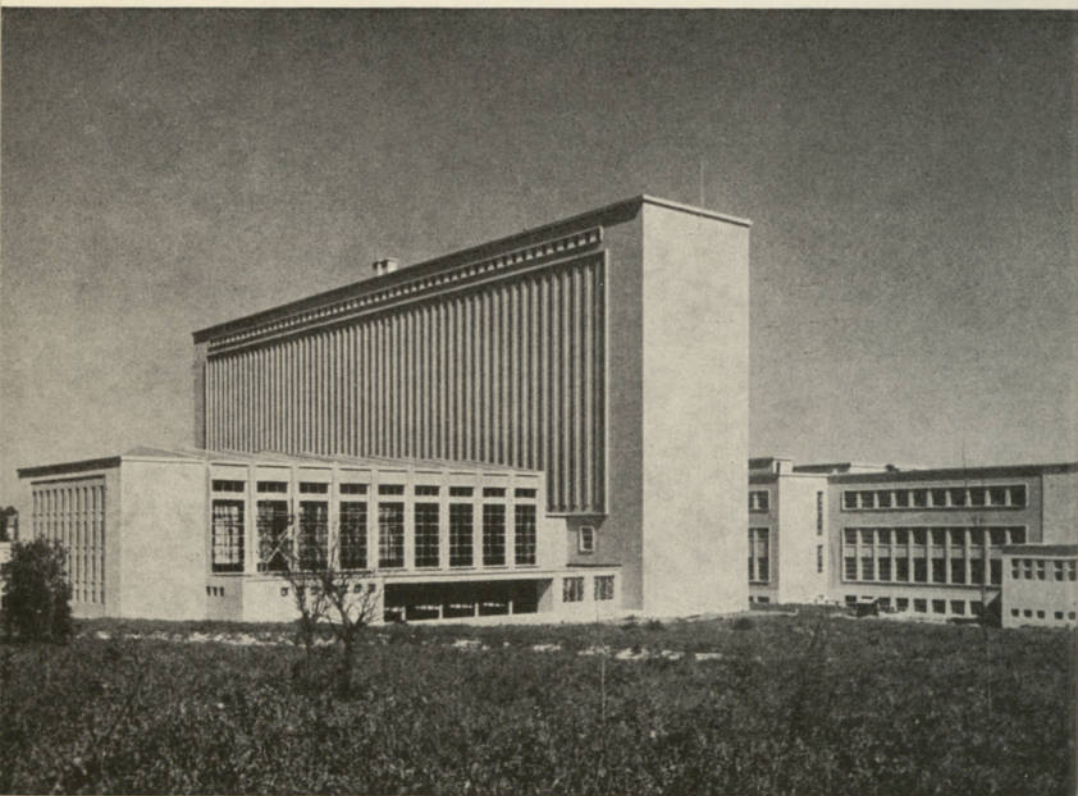
No campo da investigação histórica e arqueológica ocupam importante posição: a Academia Portuguesa de História, o Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, o Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos e o Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia.

Ao Centro de Estudos de Arte e Museologia e ao Instituto de Restauro de Obras de Arte incumbe posição dominante no sector da investigação artística.

A investigação científica tem recebido apreciável impulso da parte da Fundação Calouste Gulbenkian quer pela concessão de subsídios e bolsas de estudo para estúgios no estrangeiro, quer pela atribuição de bolsas e subsídios para estudo no País e ainda pela criação e manutenção de centros de estudo e investigação entre os quais se destacam o Centro de Estudos de Economia Agrária, o Centro de Cálculo Científico, o Centro de Estudos Pedagógicos e o Instituto Gulbenkian de Ciência.

Outros centros, academias e institutos funcionam no País desempenhando, nos seus sectores, papel de relevo na investigação científica.





Novas instalações da Biblioteca Nacional de Lisboa

Biblioteca (séc. XVIII) da Universidade de Coimbra —
◀ notável pela sumptuosidade da construção e pelo extraordinário valor cultural dos exemplares que contém

Bibliotecas e arquivos

As bibliotecas, como instrumentos de cultura, alcançaram em Portugal nitido desenvolvimento desde as últimas décadas do século XVIII. É de assinalar, sobretudo, que alguns nobres como o conde da Ericeira e os religiosos mais dados às letras como os Jesuítas, os Dominicanos, os Franciscanos, os Agostinhos e os Oratorianos tinham por hábito facultar as suas livrarias aos estudiosos. Com os seus recheios se formaram os núcleos mais antigos das actuais bibliotecas públicas de todo o País.

Os serviços das bibliotecas e arquivos, que têm registado várias reformas, foram profundamente remodelados pelo Decreto n.º 19 952, de Julho de 1931, e mais recentemente pelo Decreto n.º 46 350, de Maio de 1965. De acordo com este decreto ampliaram-se as atribuições da respectiva Inspecção que passou a ter superintendência em todas as bibliotecas e arquivos do Estado; tomaram-se disposições para se garantir eficazmente a guarda e conservação dos manuscritos e impressos de todos os arquivos e bibliotecas e promover o seu inventário e catalogação; melhoraram-se os quadros do pessoal; consideraram-se públicas, em princípio, todas as bibliotecas do Estado; criaram-se e entraram em funcionamento novos arquivos distritais e municipais e novas bibliotecas.

Várias beneficiações têm sido introduzidas nos edifícios já existentes e de entre as novas construções merecem especial relevo as instalações da Biblioteca da Universidade de Coimbra e da Biblioteca Nacional de Lisboa, amplas, modernas, funcionais em conformidade com a mais recente técnica da especialidade.

De entre os arquivos relevamos o Arquivo Nacional da Torre do Tombo que através dos séculos tem armazenado, entre outra, a documentação oficial e o Arquivo Histórico Ultramarino que guarda documentação do máximo interesse para a história do Ultramar Português.

NO ULTRAMAR

O ensino nas províncias ultramarinas assenta nas regras gerais da política de educação e ensino que se encontram consignadas na Constituição Política e, conseqüentemente, atende-se neste domínio não só ao regime unitário constitucional mas também à diferenciação cultural e religiosa do ultramar português.

A regulamentação do ensino no Ultramar compete a cada uma das províncias que dispõe de um esquema funcional próprio para a sua administração e execução; ao Ministério do Ultramar incumbe acção orientadora, exercida por intermédio de uma Direcção-Geral do Ensino que tem funções de inspecção.

Em cada uma das províncias há, segundo as necessidades, órgãos oficiais que superintendem neste sector. Assim, em Angola e Moçambique funcionam Direcções dos Serviços de Educação que têm a seu cargo, respectivamente, os Ensinos Infantil, Primário, Liceal, Técnico, Particular e a Acção Cultural e a

Educação Física. Em Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Macau e Timor existem Repartições Provinciais dos Serviços de Educação.

Nas diversas províncias funcionam também os seguintes órgãos colectivos:

Conselho de Instrução Pública — ocupa-se dos problemas locais de educação e ensino.

Conselho Técnico Pedagógico (em Angola e Moçambique) — coordena os vários graus de ensino.

Comissão de Patronato do Ensino Profissional — estabelece o equilíbrio entre este ensino e as exigências económicas e sociais.

No Estado da Índia (a) a actividade educativa do Estado e instituições locais bem como das corporações missionárias ou simplesmente religiosas e do clero secular era particularmente importante. O Padroado mantinha ali, além de outras escolas, quase três centenas de antigas escolas paroquiais de instrução primária, doutrina e música, de um tipo que se pode classificar de iniciação. Mediante a concessão de subsídios de apetrechamento o Estado procurava elevá-las a escolas de tipo comum. A Índia portuguesa era uma das províncias ultramarinas de mais densa população escolar.

Ensino primário

A organização do ensino primário é idêntica à do território europeu e tem a mesma validade legal.

Neste grau de ensino os programas são adaptados em certos aspectos formais aos condicionalismos próprios de cada província. Na execução dos programas regionais consideram-se as diferenciações quanto à matéria exemplificativa para a qual se exigem centros de interesse sócio-geográficos locais.

Para os alunos que não possuem um conhecimento perfeito da língua portuguesa o ensino primário é precedido de um ensino de **adaptação**.

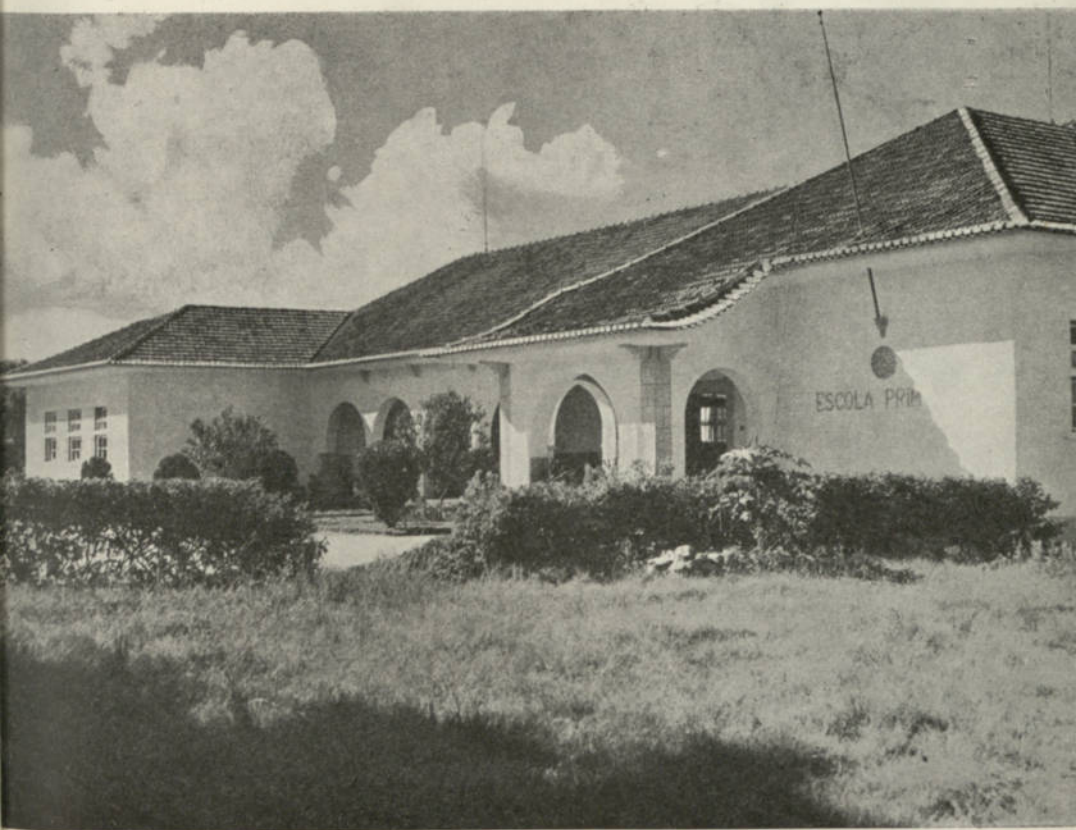
Entre o ensino de adaptação e o ensino primário comum há pois uma diferença técnica correspondente a uma exigência no plano didáctico.

Em Macau além do português faz-se o ensino luso-chinês e no Estado da Índia fazia-se o ensino bilingue do português-marata, português-guzerate, do português-urdu e do concanim, língua coloquial em Goa.

No que respeita ao ensino primário os dados estatísticos são os seguintes, referentes à evolução nos três últimos anos:

Anos	Escolas	Professores	Alunos
1963-1964 . . .	6777	11 733	640 984
1964-1965 . . .	7620	13 242	723 705
1965-1966 . . .	9066	16 001	789 498

(a) Ocupado militarmente pela União Indiana.



Angola — Novas escolas primárias proporcionam mais possibilidades de acesso ao ensino



Mozambique — A hora do repouso num jardim-escola

Ensino secundário

O ensino secundário — liceal e técnico — organizado à semelhança do da Metrópole, encontra-se em fase de plena expansão, amplamente justificada pela necessidade crescente de pessoal habilitado que possa, cada vez mais, corresponder às exigências do desenvolvimento económico e social das províncias ultramarinas.

O ensino liceal é ministrado em liceus do Estado, em colégios diocesanos das Missões Católicas e outras instituições e em estabelecimentos particulares; alguns deles são oficializados para efeitos de concessão de diplomas.

No que respeita aos programas são adoptados os oficiais, mas existem colégios particulares em que o ensino se faz segundo programas próprios, determinados por condições locais.

Os estabelecimentos de ensino que funcionam nas zonas não servidas pela rede do Estado recebem normalmente subsídios.

O ensino técnico obedece também a programas oficiais. Os estabelecimentos particulares que mantêm cursos técnicos são subvencionados pelo Estado.

No âmbito do ensino secundário tem-se procurado dotar as províncias ultramarinas com os estabelecimentos que, indo ao encontro das mais nítidas necessidades de preparação de técnicos qualificados, possam contribuir para o progresso destas terras portuguesas.

O desenvolvimento registado neste grau de ensino é documentado pelos dados estatísticos a seguir mencionados:

	1963-64	1964-65	1965-66
<i>Ensino liceal:</i>			
Estabelecimentos	108	117	127
Professores	1 361	1 482	1 546
Alunos	23 761	26 885	31 214
<i>Ensino técnico e outros ensinos secundários:</i>			
Estabelecimentos	213	238	226
Professores	1 874	2 292	2 404
Alunos	34 538	37 812	40 475
<i>Total do ensino secundário:</i>			
Estabelecimentos	321	355	353
Professores	3 235	3 774	3 950
Alunos	58 299	64 697	71 689

Ensino médio e normal

São ministrados em Angola e Moçambique os cursos do ensino técnico médio, havendo em cada uma das províncias cinco institutos comerciais, industriais e escolas de regentes agrícolas. Nas mesmas províncias e na de Macau existem escolas de magistério primário e de educadoras infantis, havendo ainda escolas de serviço social nas duas primeiras.

O desenvolvimento registado nestes ensinos nos dois últimos anos pode documentar-se pelos seguintes dados estatísticos:

	Estabelecimentos		Professores		Alunos	
	1964-65	1965-66	1964-65	1965-66	1964-65	1965-66
Institutos técnicos . . .	7	10	90	176	844	1088
Magistério primário . . .	21	24	137	155	1659	2033
Serviço Social	4	4	72	78	84	144

Ensino superior

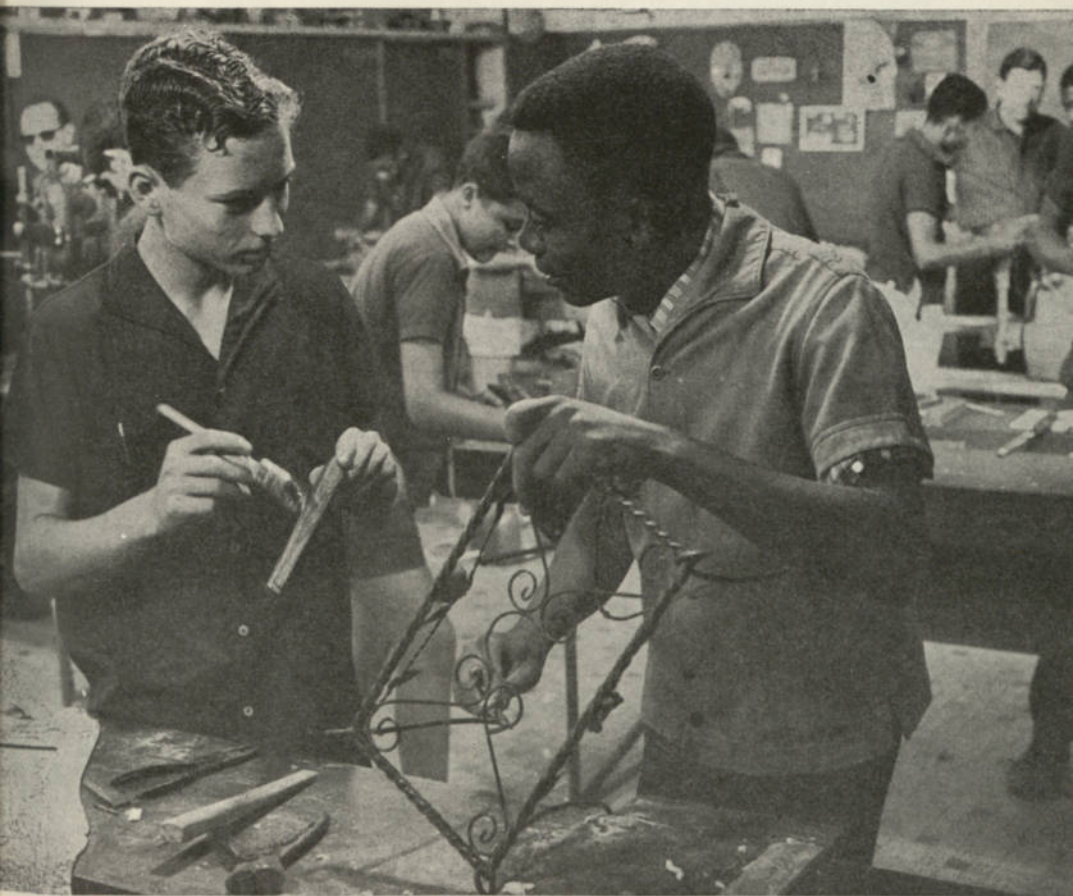
Completando a tarefa efectuada no domínio da instrução foi decretada, em Agosto de 1962, a criação dos Estudos Gerais Universitários, em Angola e Moçambique, os quais se integram na Universidade Portuguesa. Desta integração resulta que as cadeiras que constituem estes Estudos são equiparadas às correspondentes dos estabelecimentos de ensino superior da Métropole e serão válidas portanto em todo o território.

Os Estudos Gerais compreendem:

- Curso de Ciências Pedagógicas
- Curso Médico-Cirúrgico
- Curso de Engenharia (Civil, Minas, Mecânica e Electrotécnica, Química Industrial)
- Curso Superior de Agronomia e Silvicultura
- Curso de Medicina Veterinária.
- Curso de Formação de Professores para o Ensino Técnico Profissional.

Em Goa funcionava, ao nível de curso superior, a Escola Médico-Cirúrgica que ali fora criada em 1842, ministrando-se nela o ensino de medicina e de farmácia.

Nessa cidade já no século XVII existia uma aula de medicina, bem como outras de engenharia militar e de náutica, ministrando-se ainda os ensinos de



O ensino técnico nas províncias do ultramar procura ser
suporte de uma economia em evolução



Na distante província de Macau o nome do liceu local recorda a figura do Infante português que abriu o caminho marítimo para o Oriente

teologia, de direito e de filosofia; no entanto só os ensinamentos de medicina e cirurgia e de teologia se mantiveram sem interrupção até 1961. A Escola Médico-Cirúrgica foi objecto de reformas em 1865 e 1946.

Nas províncias de Cabo Verde, Angola, Moçambique e Macau é ministrado ao nível de ensino superior o ensino de teologia dos seminários católicos.

No intuito de facilitar o acesso da população estudantil ultramarina ao ensino, e atendendo a que nem todos os cursos são ministrados nos Estudos Gerais Universitários de Angola e Moçambique, foram criadas condições especiais. De entre elas referimos as seguintes:

- a) — Os exames de aptidão aos cursos que não funcionam nos Estudos Gerais — realizados na província em que vive o candidato e regulados por instruções dimanadas do Ministério da Educação — constam de provas idênticas às que se efectuam nas Universidades da Metrópole.

As provas, fornecidas pelo Ministério da Educação, são prestadas perante júris presididos em regra por professores universitários, sendo os vogais professores locais indicados pelo governador.

Os pontos são remetidos, para classificação, aos estabelecimentos de ensino superior do Continente a cuja frequência os alunos se candidatam.

- b) — A concessão de bolsas de estudo está estabelecida na Base LXXXI da Lei Orgânica do Ultramar que determina que cada província ultramarina orçamente anualmente «verbas para concessão de bolsas de estudo que facilitem a frequência, na Metrópole ou noutra província portuguesa, dos estabelecimentos de ensino que nelas não houver».

- c) — Tendo em vista fomentar o ensino nas províncias do Ultramar, foi promulgado, em 1953, um decreto que estabeleceu: o regime de passagens para estudantes do Ultramar que ali tenham concluído estudos oficiais (liceais ou técnicos) ou os preparatórios para a matrícula nos institutos médios ou ensino superior, e que pretendam prosseguir os estudos na Metrópole; atribuição de passagens gratuitas para os alunos que, cursando na Metrópole, pretendam passar as férias de fim do ano lectivo com as famílias residentes no Ultramar e para os que regressem às províncias em que residem depois de concluído o curso.

A estes alunos é, evidentemente, exigido aproveitamento escolar, requerendo-se conduta moral e social irrepreensível.

Este sistema abrange os estudantes cujas famílias não disponham de recursos económicos que lhes permitam pagar as passagens e não exclua a concessão de outros meios de assistência material e moral aos estudantes.

O sistema bolsas-passagens não se confina apenas às relações escolares entre a Metrópole e o Ultramar, pois aplica-se igualmente às províncias entre si.

Os Estudos Gerais universitários de Angola e Moçambique tinham 919 alunos em 1965, devendo acrescentar-se a este número 2133 alunos naturais das diversas províncias ultramarinas que no mesmo ano frequentavam as universidades e escolas superiores da metrópole.

Investigação científica

Sector do maior interesse, a investigação científica no Ultramar é fomentada, orientada e coordenada pela Junta de Investigações do Ultramar que mantém nas várias províncias portuguesas e na metrópole diversos centros e laboratórios especializados no estudo e investigação de problemas relativos àqueles territórios.

De entre esses centros podem referir-se os Institutos de Investigação Científica que funcionam, respectivamente, em Angola e Moçambique, o Centro de Estudos da Guiné Portuguesa e a Missão para o Estudo e Combate da Doença do Sono, também na Guiné.

Dos centros de investigação que funcionam na Metrópole, mas que se ocupam de problemas ultramarinos, citamos os seguintes: Centro de Estudos Políticos e Sociais, Centro de Estudos de Desenvolvimento Comunitário, Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Documentação Científica, Centro de Biologia Piscatória, Missão de Biologia Marítima, Missão de Estudos Agronómicos.

Quer na Metrópole quer no Ultramar os vários centros existentes têm dado valiosa contribuição para o estudo e resolução de problemas ligados ao fomento das províncias ultramarinas.

A EDUCAÇÃO FÍSICA E OS DESPORTOS

A ideia desportiva tem já fundas raízes em Portugal e pode afirmar-se que a sua interpretação prática se enquadrou perfeitamente nas características temperamentais do seu povo.

Pertence à Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, departamento específico do Ministério da Educação Nacional, a superintendência sobre todas as actividades desportivas civis portuguesas, directamente ou por intermédio das instituições públicas ou particulares criadas nesse propósito e junto das quais exerce missão orientadora, de fiscalização disciplinar e de auxílio material. Fora do seu âmbito de acção ficam as actividades escolares, dependentes da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa, as corporativas que são regidas pelo Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho e as das Forças Armadas.



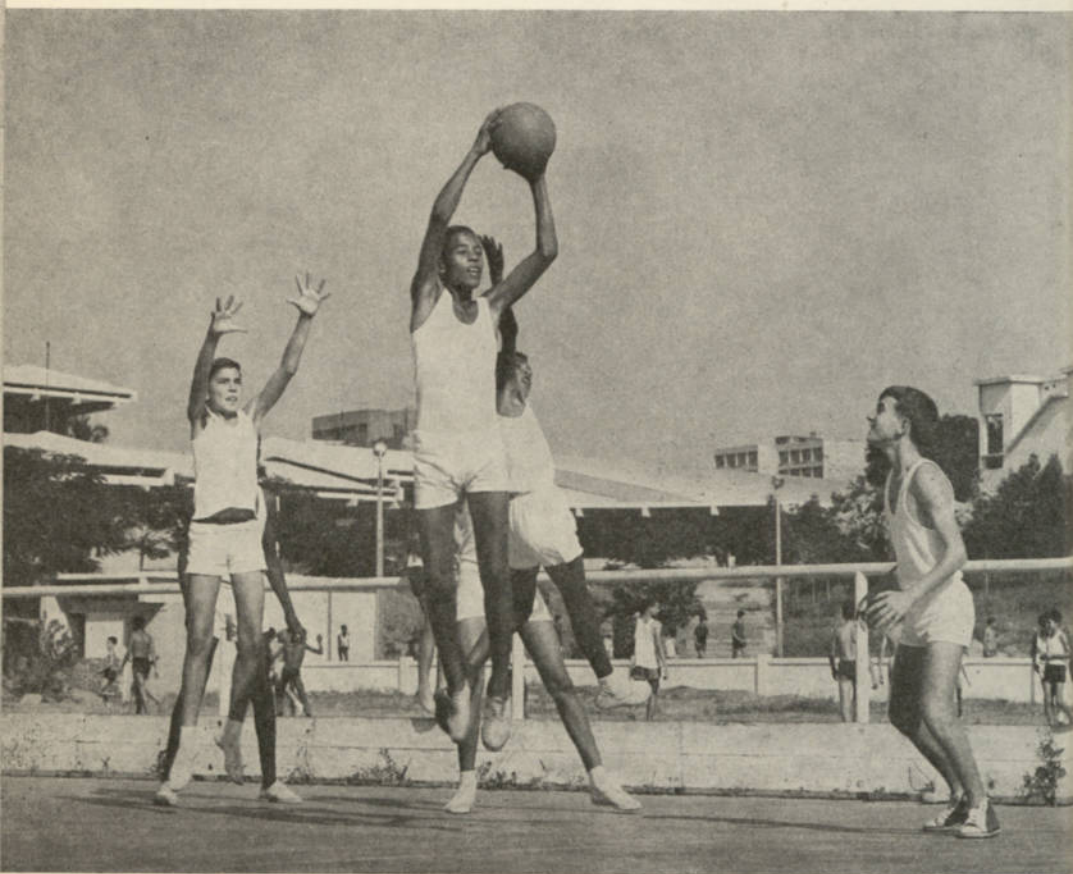
A Escola Nacional de Saúde Pública e Medicina Tropical é um meritório centro de especialização para os profissionais que vão exercer a sua actividade nas terras portuguesas do ultramar



A investigação é condição de progresso



A vela atrai muitos desportistas que têm conquistado para Portugal lugar cimeiro em competições internacionais



A prática desportiva nos estabelecimentos de ensino do ultramar está a ser fomentada mediante a criação de mais instalações e de maior número de instrutores

Por imposição legal, todas as colectividades desportivas devem possuir um serviço médico privativo e todas as inscrições de praticantes em qualquer federação precisam de ser acompanhadas por um boletim médico de aptidão física e fisiológica conforme modelo especialmente elaborado. A própria Direcção-Geral dos Desportos dispõe de médicos especializados que supervisionam, periódicamente, os ficheiros médicos dos organismos desportivos. Completando esta organização de assistência funcionam nas principais cidades do País Centros de Medicina Desportiva.

Estas breves indicações mostram o interesse posto pelas entidades oficiais na preparação física pré-desportiva e para-desportiva dos praticantes. Para a eficiente preparação dos professores de educação física, foi criado em 1940 o Instituto Nacional de Educação Física, estabelecimento de ensino instalado num moderno edifício especialmente construído em terrenos anexos ao Estádio Nacional, cujas instalações são facultadas aos seus alunos para treino.

O curso de professor de educação física compreende todas as disciplinas que asseguram a sua formação social e a preparação bio-pedagógica e técnica.

No que se refere ao equipamento desportivo pode afirmar-se que o País tem grandiosas instalações de que sobressaem o Estádio Nacional de Lisboa com capacidade para 80 000 espectadores, e os estádios de alguns clubes como: Sporting Clube de Portugal, Sport Lisboa e Benfica, Futebol Clube do Porto, além de belos estádios municipais existentes noutras cidades.

Nas províncias ultramarinas de Angola e Moçambique funciona um Conselho Provincial de Educação Física. Este organismo, que não interfere na autodirecção desportiva, é porém ouvido no que respeita à expansão e desenvolvimento das actividades gimnodesportivas, com vista ao progresso físico e moral da população e a uma melhor representação daquelas grandes províncias em competições desportivas.

No que respeita às outras províncias portuguesas do Ultramar elas dispõem também de organismos que orientam ou fomentam os sectores desportivos.

Os desportos mais populares em Portugal são o futebol e o hóquei patinado.

Os desportos náuticos — vela, remo e natação — atraem também grande massa da população juvenil (tendo Portugal alcançado em competições internacionais de vela um lugar honroso), assim como o basquetebol e o voleibol.

A equitação tem igualmente muitos adeptos, sendo os cavaleiros portugueses justamente afamados. A tauromaquia conta grande número de entusiastas, não sendo permitidas por lei corridas com touros de morte.

A pesca desportiva e a caça submarina têm vindo a conquistar muitos praticantes. As águas portuguesas, ricas em algumas espécies internacionalmente consideradas — o espadarte (em Sesimbra), o salmão e a truta (no rio Minho), o atum (no Algarve) — favorecem o interesse por esta modalidade de desporto.

Também os desportos de inverno atraem numerosos adeptos à serra da Estrela.

AS ARTES E AS LETRAS

A expressão mais característica das letras, como das artes portuguesas, foi desde sempre a sua força lírica, poderosa e transbordante.

Enquanto, nas letras, o lirismo se revela para além do próprio género poético que traz o seu nome, nimbando a poesia dramática e épica, a prosa de clássicos e modernos, nas artes, ele origina uma vinculada tendência plástica, em que a forma, a cor, a luz se combinam em harmonias de inefável sentido.

Os críticos antigos e modernos, nacionais e estrangeiros, têm referido inúmeras vezes esta constante da sensibilidade estética portuguesa. Mas têm também verificado que o lirismo português se não reduz a simples preferências temáticas, ou, como o vulgo por vezes o interpreta, a um sentimentalismo dominante, antes possui um cunho vincadamente formal, mais recôndito e profundo, razão por que pode adequar-se a géneros estéticos e a formas estilísticas diversas.

Jean Cassou referiu-se, a propósito de um dos nossos pintores mais característicos, ao sentido órfico da arte portuguesa. De facto, se quiséssemos classificar a nossa sensibilidade estética segundo a opinião apolíneo-dionisiaca de Nietzsche, necessariamente que tomaríamos partido pelo segundo termo.

A preferência pelas formas do estilo florido e flamejante, mais tarde pelo barroco, a exuberância decorativa do «manuelino» e das artes menores do século XVIII, o dramatismo escultórico, a vibração quente e luminosa da cor, na pintura, as expressões requintadas que atingiram a forma gongórica, o esteticismo de realistas e de simbolistas ou a força sentimental que domina o classicismo renascentista, por oposição à falta de autenticidade que se revela em todas as tentativas de criação dentro dos moldes puramente clássicos, são provas inúmeras dessa tendência órfica. Podemos ir mais longe e falar do pensamento filosófico que sempre revestiu uma forma ensaística, não discursiva, chegando a servir-se da própria poesia, de maior poder intuitivo, para abordar os problemas metafísicos.

Não se julgue que esta característica se desdobra em formas violentas, caóticas, avassaladoras, pelos menos na sua maioria. Há um equilíbrio sem contenção, uma suavidade espontânea, que mais confirmam o seu cunho lírico, e conferem à cultura portuguesa uma originalidade e diferenciação, dentro do panorama europeu.

AS ARTES

A arquitectura

Encontram-se no território português os mais recuados vestígios da arquitectura pré-histórica, desde os imponentes dólmenes, típicos de cultura megalítica da faixa atlântica peninsular, com alguns menhires e cromleches (raros) aos túmulos de falsa abóbada que, na época do ferro, se espalharão na zona algarvia, denunciando talvez remotas influências da cultura do Mediterrâneo Oriental.

No período imediatamente anterior à conquista do território, que é hoje Portugal, pelos romanos, os diversos povos que o habitavam viviam em aglomerados populacionais cujas casas, de planta redonda ou rectangular (esta predominando no Sul), de paredes de pedra solta, propõem numerosos e inquietantes problemas aos arqueólogos. Os «Castros», «Crastos», «Citânias», «Cidades» (Briteiros, Viana do Castelo, etc.) foram, muitas vezes, romanizados, e, possivelmente, desempenharam ainda papel de certo relevo na Baixa Idade Média. Vastos recintos fortificados, alguns com quilómetros de periferia, constituem, no Norte, outros tantos motivos de estudo (Montemuro, Mózinho, Baltar).

É, porém, do período da Romanização que datam os mais importantes monumentos anteriores à fundação da nacionalidade. Apesar da acção destruidora do tempo e dos homens, ainda hoje se erguem alguns magníficos exemplares da arquitectura civil e religiosa dos Romanos, tal o Templo, chamado de Diana, em Évora, as ruínas da cidade de Conímbriga, numerosas pontes, estradas, «vilas», etc.

A arte páleo-cristã está documentada em alguns vestígios de basílicas e baptistérios, cujo estudo se encontra hoje entregue a especialistas, abrindo novo capítulo na história da Arte em Portugal. S. Miguel de Odrinhas, junto de Sintra, Torres Novas e as importantes ruínas de Idanha-a-Velha constituem os núcleos mais importantes deste período.

Da arquitectura da época visigótica, se bem que tenha alcançado notável florescimento, pouco nos resta além da Igreja de Balsemão (século VII) e de alguns trechos da basílica latino-visigótica que subsistem na capela de Santo Amaro, em Beja, e bem assim de numerosos vestígios em Idanha-a-Velha, Santiago do Cacém (aqui sobrepostos a restos romanos), etc. No museu desta cidade alentejana guarda-se uma notável e abundante colecção — a maior do País — de restos de arquitecturas visigóticas.

Junto de Braga, a Igreja de S. Frutuoso de Montélios, enigmático espécime da arquitectura pré-românica portuguesa, fundada no século VII, combina elementos ravenatas, bizantinos e visigóticos, e é uma das mais belas e discutidas igrejas portuguesas.

Os Árabes ocuparam durante longo tempo o Sul de Portugal e, se bem que não nos deixassem obras de vulto — importa citar a actual igreja matriz de Mértola, antiga mesquita convertida em templo cristão —, imprimiram às construções um cunho característico que, muitos séculos depois da sua retirada, se fazia ainda sentir no traçado das casas, e em alguns motivos de decoração empregados dispersamente. Os próprios cristãos, sujeitos ao domínio muçulmano, erguem templos, segundo esse interessante estilo híbrido a que chamamos moçárabe, de que nos resta a Igreja de S. Pedro de Lourosa.

Mas é com a fundação da nacionalidade que Portugal se encaminhou para uma autêntica integração cultural no panorama europeu.

O românico reveste de pesada dignidade a Sé de Braga, a Sé do Porto, a Sé Velha de Coimbra, a Sé de Lisboa, a Sé de Évora, além de numerosíssimas pequenas igrejas disseminadas pelo Norte do País (século XII). Uma casa-cisterna, em Bragança, vulgarmente chamada «Domus Municipalis», constitui o único exemplar digno de menção da arquitectura civil deste período.

As grandes catedrais do Norte e Centro do País, de filiação franco-espanhola, pertencem a esta época.

Pela amplitude cronológica (séculos XIII a XVI), pela qualidade artística e até pelo enriquecimento original e caracteristicamente português que veio a receber na sua fase final, o gótico pode considerar-se um dos mais importantes estilos que floresceu em Portugal.

O Mosteiro de Alcobaça, pertencente à Ordem de Cister, representa ainda a primeira etapa da evolução do gótico entre nós, obedecendo o seu traçado, segundo a tradição, às directrizes do próprio S. Bernardo. De qualquer modo, a sua planta é a réplica exacta, embora invertida, da Abadia de Claraval.

Formas mais puras, de grande perpendicularidade e inundadas de luz, revela a bela jóia arquitectónica que é a Igreja da Graça em Santarém. Esta igreja, aliás, é o protótipo de numerosas outras que as ordens mendicantes — que foram as grandes difusoras da arquitectura gótica em Portugal — irão disseminar por todo o País.

Com o Mosteiro da Batalha, cuja criação data da primeira metade do século XV, atingiu-se brilhantemente o esplendor e a harmonia do gótico florido, pelo que ele é justamente considerado como o mais belo monumento gótico de Portugal.

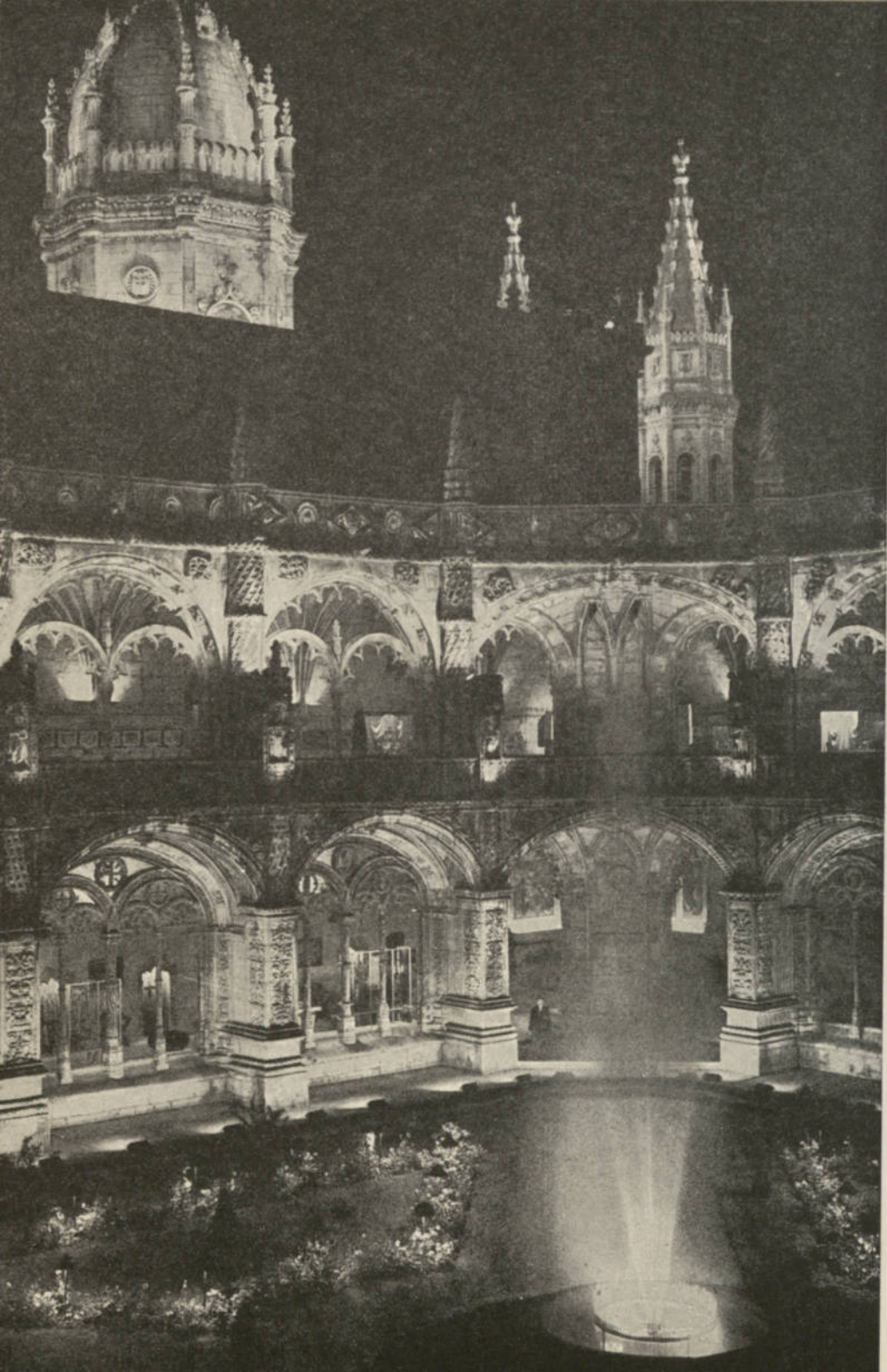
De resto, o chamado estilo «manuelino», que se estende pelo século XVI, na própria época do Renascimento, continua a assentar sobre estruturas góticas, paralelas do flamejante. A sua originalidade advém não só de algumas soluções estruturais, como principalmente da decoração luxuriante que preenche quase por completo o espaço. Tem-se visto justamente neste período a expressão mais perfeita da Época dos Descobrimentos: na ornamentação abundam cordas,



Sé Velha de Coimbra (séc. XII). Uma das mais sugestivas construções românicas de Portugal







bóias, redes, conchas, esferas armilares, motivos florais exóticos num ritmo que lembra a ondulação dos mares, numa exuberância que evoca os ambientes tropicais. São exemplos do «manuelino» a nave do Convento de Tomar e a sua famosa janela, o Mosteiro dos Jerónimos, as Capelas imperfeitas da Batalha, a Torre de Belém, a Igreja de Jesus em Setúbal, etc.

Do ponto de vista espacial, vamos encontrar, sobretudo no Sul, um tipo de igrejas-salão (as «hallenkirchen» alemãs), que irão influenciar notavelmente toda a arquitectura religiosa portuguesa do século seguinte. A Igreja dos Jerónimos, com as suas três naves da mesma altura e cobertas de uma única abóboda, é o mais belo exemplo deste tipo de igreja.

Tal era a pujança do manuelino no século XVI que o estilo renascentista dificilmente se impôs em Portugal, enquanto, no domínio das letras e do pensamento, aqui surgia uma plêiade de nomes universalmente célebres. O classicismo artístico parecia não se casar com a sensibilidade portuguesa e é prova disso o facto de, por oposição aos nomes de Afonso Domingues, dos Arrudas, de Boitaca só encontrarmos agora arquitectos estrangeiros à frente das novas construções. A Igreja da Conceição, de Tomar, a Igreja do Bom Jesus, de Valverde, nos arredores de Évora, e o antigo mercado de Beja são os exemplos mais puros — e ao mesmo tempo mais enigmáticos — da arquitectura renascentista em Portugal.

Entrando no País tardiamente, em breve a estética maneirista se revela com uma enorme pujança e força, desde a Igreja da Graça, em Évora (que faz lembrar o gigantismo michelangesco), às Sés de Portalegre e de Leiria, à Sé Nova de Coimbra e à Igreja do Colégio, de Santarém, aos Grilos e a S. João Novo, do Porto, a S. Domingos, de Viana do Castelo, passando por S. Vicente de Fora, em Lisboa.

Nas ilhas atlânticas e no Ultramar assistimos, por esta época, a todo um enorme surto de construções, em que às formas do último gótico, empregadas sobretudo no Norte de África e na Madeira (Sé do Funchal), se vão suceder algumas das mais belas igrejas maneiristas de Portugal. Bastará recordar a série de igrejas edificadas no Estado da Índia, com especial referência à Sé de Goa, a mais vasta de todas as igrejas portuguesas.

Mas, no século XVIII, o ouro e os diamantes do Brasil trazem de novo a abundância e Portugal recobre-se de belos e luxuosos monumentos. O dinamismo, a livre fantasia do barroco encontraram eco na sensibilidade portuguesa, apesar da sua importação estrangeira e da origem também estrangeira dos arquitectos. Ele irradia pelo Norte, adequando-se às formas tradicionais portuguesas, como sucede na Igreja dos Clérigos, no Porto, e no Solar de Mateus, em Vila Real. No Sul, encontra-se especialmente representado pelo grandioso Convento de Mafra da autoria de Ludovice e pela Igreja de St.^a Engrácia, em Lisboa, embora esta date, ainda, do século anterior. Além disso, recobre de sinuosos e ricos temas decorativos as paredes dos templos, os tectos, os pórticos, as capelas e altares, originando um dos mais notáveis surtos da escultura e das artes menores relacionadas com a arquitectura.

Desde os fins do século XVIII e prolongando-se pelo século XIX o neo-classicismo, de inspiração francesa e italiana, penetra em Portugal, quer sob a forma de simples influência em edifícios barrocos (Basilica da Estrela), quer em novas construções (Palácio da Ajuda), sem que todavia deixe marcas profundas no gosto português.

No Norte do País, o neo-classicismo recebe influência da arquitectura inglesa da época, especialmente forte na cidade do Porto (Hospital da Misericórdia, de John Carr, de York).

O Romantismo introduz o gosto pelos estilos medievais que se traduz, sobretudo, na revivência do manuelino (Estação do Rossio, em Lisboa; Palácio da Pena, em Sintra; Palácio-Hotel do Buçaco, etc.), e da arte muçulmana principalmente no que respeita a decoração (Palácio da Pena e Palácio de Monserrate, em Sintra; salão árabe da Bolsa do Porto).

Enfim, temos que aguardar o século XX e o renascimento arquitectónico provocado pelo aparecimento do cimento armado para vermos surgir de novo um estilo original, entre cujos representantes citamos Pardal Monteiro e Cotinelli Telmo.

De entre os architectos que actualmente contribuem para o grande surto de renovação da nossa arquitectura, citam-se os profs. Carlos Ramos, Cristino da Silva, Octávio Filgueiras e João Andresen e ainda Veloso Reis, Keil do Amaral, Jorge Segurado, Januário Godinho, Arménio Losa, Viana de Lima, Rui Atouguia, Fernando Távora, Carlos Loureiro, Pádua Ramos, Luís Cunha, Formosinho Sanchez, Teotónio Pereira, P.^o João de Almeida, Alberto Pessoa, Carlos Manuel Ramos, Frederico George, Nuno Portas, etc.

A escultura

A evolução da escultura em Portugal decorre paralelamente à da arquitectura e muitas vezes subsidiária desta.

Obras dignas de apreço só as vemos surgir depois da fundação da nacionalidade. O românico revestiu de figuras sempre plenas de simbolismo — e esculpidas com uma rudeza que só as valoriza em densidade — portais, tímpanos, capitéis e cachorros, nas grandes catedrais e nas pequenas igrejas de Bravães, Serpins e Travanca, entre muitas outras disseminadas pelas províncias do Norte.

O período gótico é sobretudo notável pelas belas e numerosas estátuas jacentes que nos legou e que culminam nas obras-primas dos túmulos de D. Pedro e D. Inês no Mosteiro de Alcobaça. Ainda dentro deste período, mas já no século XV, são de citar os túmulos e as estátuas do pórtico do Mosteiro da Batalha, donde irradia uma corrente escultórica, contrabalançada por outra, saída de Coimbra, mais arreigada às tradições nacionais. Jacentes como os de Fernão Gomes (Oliveira do Conde) e do Conde de Ourém são acompanhados por enorme florescimento de estatuária religiosa, no vale do Mondego.



Baixo relevo de grande beleza decorativa dos Túmulos de D. Pedro e D. Inês de Castro no Mosteiro de Alcobça, justamente considerado dos mais belos exemplares da arquitectura tumular do séc. XIV



NS. DOROSARIO.

Soares dos Reis
(1847-1889)
«O Desterrado»,
um dos mais ex-
pressivos exem-
plares da estatu-
ária portuguesa.
Museu Soares
dos Reis — Porto





A força de expressão da arte indígena angolana irrompe deste guerreiro quívoo — Museu da Lunda — Angola





◀ Jorge Vieira (1922) — A figura típica da Varina de Lisboa, interpretada pelo escultor

Jorge Barradas (1894) — Cerâmica policromada de doce expressão e suave colorido

Distinguem-se, nesta corrente, os nomes de João Afonso, Diogo Pires-o-Velho e o chamado «Mestre das Alhadas».

Dos séculos XIV e XV, os apostolados, respectivamente, da Sé de Évora e do Mosteiro da Batalha, a que se deve juntar o da matriz de Viana do Castelo.

Em toda a escultura gótica portuguesa se mantém uma grande sobriedade e dignidade de estilo, que traduz a constante lírica nacional.

No período da arte manuelina, sobressai o nome de Diogo Pires-o-Moço, cuja actividade conhecida se situa entre 1491 até cerca de 1530. De entre várias obras espalhadas pelo País ou guardadas no Museu Machado de Castro (Coimbra), salienta-se o jacente de Diogo de Azambuja, em Montemor-o-Velho, notável obra em que se sente a junção do realismo gótico e do humanismo renascentista.

O Renascimento entra em Portugal pela mão de escultores franceses, flamengos e espanhóis. Toda uma vasta produção escultórica, primeiro ainda ligada às arquitecturas manuelinas, se encontra em Lisboa, em Tomar e em Coimbra. Os flamengos e os biscainhos trazem certo sabor gótico — plateresco ou isabelino, no caso dos espanhóis — que se revela sobretudo na escultura em madeira (retábulo da Sé Velha e catedral de Santa Cruz, em Coimbra, etc.). Coimbra e posteriormente Évora tornam-se os principais centros da escultura do Renascimento em Portugal. João de Ruão, Chanterenne e Hodart deixaram numerosas obras (Museus de Coimbra e de Évora) e, sobretudo na região coimbrã, alguns discípulos de valor entre os quais se distingue Tomé Velho. Os arredores de Coimbra são particularmente ricos de escultura desta época, assim como, no Norte, se encontram numerosas peças que sentem a vizinhança da Galiza.

O século XVII é dominado pela enorme figura de Manuel Pereira, cuja obra se encontra quase toda em Espanha (Burgos, Madrid). Em Portugal, abandona-se progressivamente o formulário renascentista, bem como a pedra — calcário brando de Ançã e o mármore do Alentejo — em favor da escultura em madeira estofada e policromada. É um período de singular produtividade artística, embora ainda mal estudado, salvo no que diz respeito à obra dos mestres barristas de Alcobaça.

É também no século XVII que a talha dourada, essa tão característica arte portuguesa dos retábulos, atinge um nível de riqueza decorativa que irá manter-se durante um século. Começando, ainda no século XVI, por constituir simples emoldurados de pinturas, numa composição plana e de tipo renascentista, que se vai progressivamente complicando, introduzindo-se-lhe o baixo-relevo e a estatuária, em substituição da pintura, até que no último quartel do século XVII, com a adopção da coluna salomónica e do camarim, se irá desenvolver um novo esquema, em que a talha emoldura o camarim como se fosse um pórtico românico. É a fase chamada de «estilo nacional», a que se seguirá, já no século XVIII, o triunfo das composições barrocas, de influência italiana, logo suplantadas, pelos meados do século, pela exuberância do rococó, de inspiração francesa e alemã. Finalmente, no fim do século, a corrente neo-clássica há-de utilizar, cada vez em menor escala, a talha dourada.

No século XVIII, a vinda para Portugal de escultores italianos e franceses trará novos rumos à escultura portuguesa, no que se refere à estatuária, que irá adoptar resolutamente o barroquismo italiano. No Norte, sob a influência de Laprade, as estátuas de granito movimentam-se magnificas e decorativas, nos «escadórios» de Lamego e de Braga. No Sul, o ensinamento do italiano Giusti, aliado à influência de José de Almeida, que estudava em Roma, produzem uma numerosa série de escultores, cujas obras se situam já na segunda metade do século.

O nome de Machado de Castro domina inteiramente este último período. A ele se ficou devendo a estátua equestre de D. José erguida no Terreiro do Paço, sem dúvida a mais bela do seu género que se encontra no nosso país, bem como os magníficos conjuntos que decoram o Convento de Mafra e grande número de figuras de Presépio em barro cozido e policromado.

Superando os seus mestres italianos chamados a Portugal por D. João V, Machado de Castro e os seus discípulos transpuseram para estes magníficos Presépios todo o sabor popular tradicional aliado à maestria dos grandes artistas barrocos. E assim criaram as mais belas e mais portuguesas figuras da nossa estatuária — porque nela se agita a própria vida do povo e a doce religiosidade que o anima.

Depois do fugaz período neo-clássico, a escultura reencontra, com o naturalismo do século XIX, um representante de nível insuperável. É certo que Soares dos Reis atinge esse raro expoente, fugindo precisamente aos cânones rígidos do naturalismo, que enriquece com a intensidade expressiva e o requinte de formas de que careciam as obras dos seus contemporâneos. Grande parte da sua produção encontra-se no Museu Soares dos Reis, no Porto, e dela podemos destacar a estátua do Conde de Ferreira, o busto «Flor Agreste», o busto da «Inglesa» e a estátua de «O Desterrado».

Nos nossos tempos a escultura segue outros rumos, desviando-se progressivamente do naturalismo. Francisco Franco, autor da vigorosa estátua equestre de D. João IV, situada em Vila Viçosa, foi o Mestre dessa nova plêiade de artistas que procuram na monumentalidade, na harmonia de massas e volumes, de luz e de sombra, a expressão do seu ideal estético.

Citamos, entre os contemporâneos, Álvaro de Brée, António Duarte, Barata Feyo, Canto da Maya, Charters de Almeida, Diogo de Macedo, Gustavo Basto, João Fragoso, Joaquim Correia, Jorge Barradas, Jorge Vieira, José Rodrigues, Lagoa Henriques, Leopoldo de Almeida, Martins Correia, João Cutileiro, Irene Vilar, etc.

A pintura

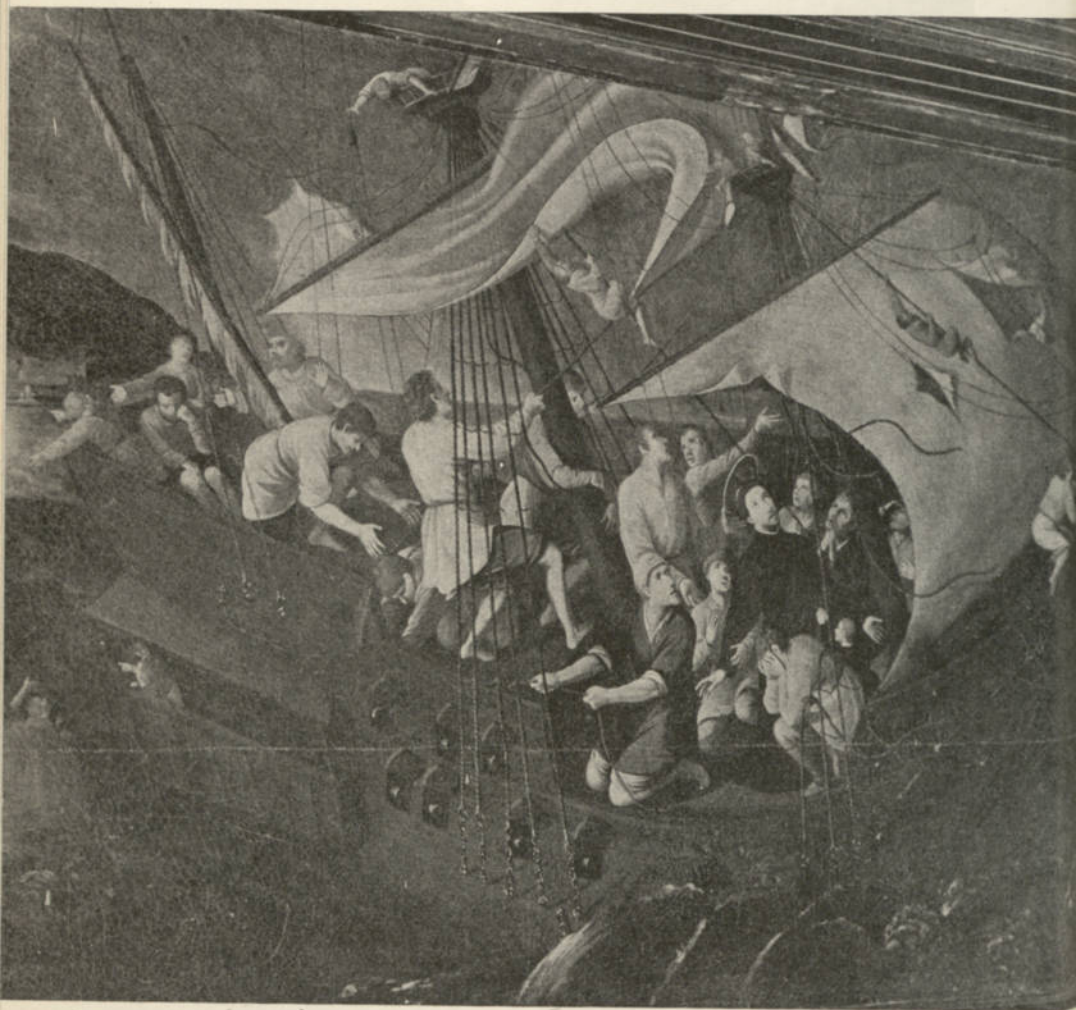
Datam do século XV as primeiras grandes obras, que conhecemos, da pintura portuguesa. De facto, se exceptuarmos algumas belas iluminuras medievais (códices de Lorrão p. ex.), o fresco da Senhora da Rosa, na Igreja de S. Francisco, no Porto, que a tradição atribui a um pintor italiano, e alguns ténues



ESPOUSAIS
MARIAM

«Esposais da virgem» (séc. XVI). — A frescura das tonalidades, o tratamento do ambiente, a força lírica da expressão conferem à obra do «Mestre do Paraíso» lugar de relevo na pintura nacional





André Reinoso (séc. XVII) — «Milagre de S. Francisco Xavier» — Igreja de S. Roque — Lisboa

vestígios de frescos românicos ou fragmentos de vitrais góticos, é preciso chegarmos à assombrosa composição conhecida pelo «Políptico de S. Vicente de Fora» para encontrarmos a marca bem patente do génio, embora a sua autoria, significado e destino continuem a ser incógnita, apesar da sua corrente atribuição a Nuno Gonçalves, pintor da corte de D. Afonso V.

O Políptico, de que apenas chegaram até nós duas tábuas centrais e quatro laterais, (hoje no Museu Nacional de Arte Antiga), é uma obra impressionante pelo equilíbrio da composição, a riqueza de cor, a luminosidade irradiante, a qualidade da matéria. Mas, além destas características puramente picturais, em que não é difícil descobrir afinidades com a pintura dos mestres flamengos contemporâneos, desprende-se dos painéis e da vasta galeria de figuras que os povoam um sentido recôndito onde artistas e historiadores buscam as mais várias interpretações. Seja qual for a sua misteriosa intenção, o certo é que — e nisto todos se acordam — ele constitui o retrato fiel da alma do povo e do profundo misticismo que o animava no alvorecer da epopeia de Quinhentos. Também de autores anónimos, fiéis à tradição pictórica em que se integra Nuno Gonçalves, são o «Ecce Homo» e o «Martírio de S. Vicente», cujo dramatismo lhe confere um lugar à parte entre os primitivos portugueses.

No século XVI, mercê das estreitas relações comerciais e culturais existentes entre Portugal e a Flandres, a influência da pintura flamenga faz-se sentir com grande força, verificando-se não só a importação de numerosas pinturas flamengas (de citar, os núcleos de Évora, Lisboa e Funchal) que constituem importantíssimos testemunhos daquela Escola, mas também que estiveram a trabalhar em Portugal alguns pintores flamengos (Frei Carlos, Francisco Henriques). A pintura portuguesa do ciclo manuelino, conservando certo sabor flamengo, mantém, contudo, forte individualidade nacional, sobretudo vinculada no centro de Viseu, em que se distinguem Vasco Fernandes (o **Grão Vasco** da lenda), Gaspar Vaz e o mestre do retábulo da Catedral. Na escola de Lisboa, apontam-se os nomes de Jorge Afonso, Gregório Lopes, Cristóvão de Figueiredo, Garcia Fernandes — e citam-se os anónimos Mestre de Santa Auta, Mestre de São Tiago, Mestre de S. Bento, entre outros. À parte, com um sentido mais arcaizante mas cheia de frescura e ingenuidade, a obra do Mestre do Sardoal.

O retrato, que desde o século XV se revela com forte presença na pintura portuguesa, constitui o mais notável testemunho dos pintores de Portugal nos fins do século XVI e no século XVII — já que os temas e as fórmulas do Renascimento italiano e do Maneirismo não logram inspirar obras ao nível do século anterior. Sanches Coelho, Cristóvão Lopes, Cristóvão de Moraes, ainda no século XVI, e Domingos Vieira no século XVIII — este, um notabilíssimo retratista que anuncia Goya — são os principais representantes da pintura portuguesa desta época. Acrescente-se Josefa de Óbidos, sevilhana de nascimento, cujas naturezas mortas e pinturas religiosas possuem um encanto e graça bem femininos.

Já integrados na corrente barroca, que impõe o gosto pelas grandes composições, o monumento, a riqueza cromática, destacam-se no século XVIII

Vieira Lusitano, Pedro Alexandrino e Vieira Portuense. Domingos Sequeira, no fim do século, revelou-se como um desenhador e retratista admirável, cuja originalidade o liberta do convencionalismo neo-clássico e faz dele um precursor do romantismo.

A renovação romântica surge tardiamente em Portugal e é já na segunda metade do século XIX que a vemos representada por Anunciação, Visconde de Meneses e Miguel Lúpi, entre muitos.

O século XIX é, contudo, o período mais rico da nossa pintura desde a época dos «primitivos».

Ligados ao realismo naturalista, mas sob muitos aspectos precursores do impressionismo, destacam-se Silva Porto e Henrique Pousão. O primeiro legou-nos uma vasta colecção de paisagens, banhadas numa atmosfera húmida, vibrátil, como a das regiões nortenhas. Pousão — cuja morte prematura impossibilitou talvez a realização de um grande pintor internacional — buscou lá fora, por terras de França e Itália, o apuramento técnico e serviu-se de modelos estranhos; todavia ele permanece, pela delicada sensibilidade, pela luz branca, irradiante que espelha sobre os muros caiados da maior parte das suas telas, o mais português dos nossos paisagistas. Contemporâneos são ainda José Malhoa, que se inspira com frequência em temas populares, e João Vaz, pintor de marinhas.

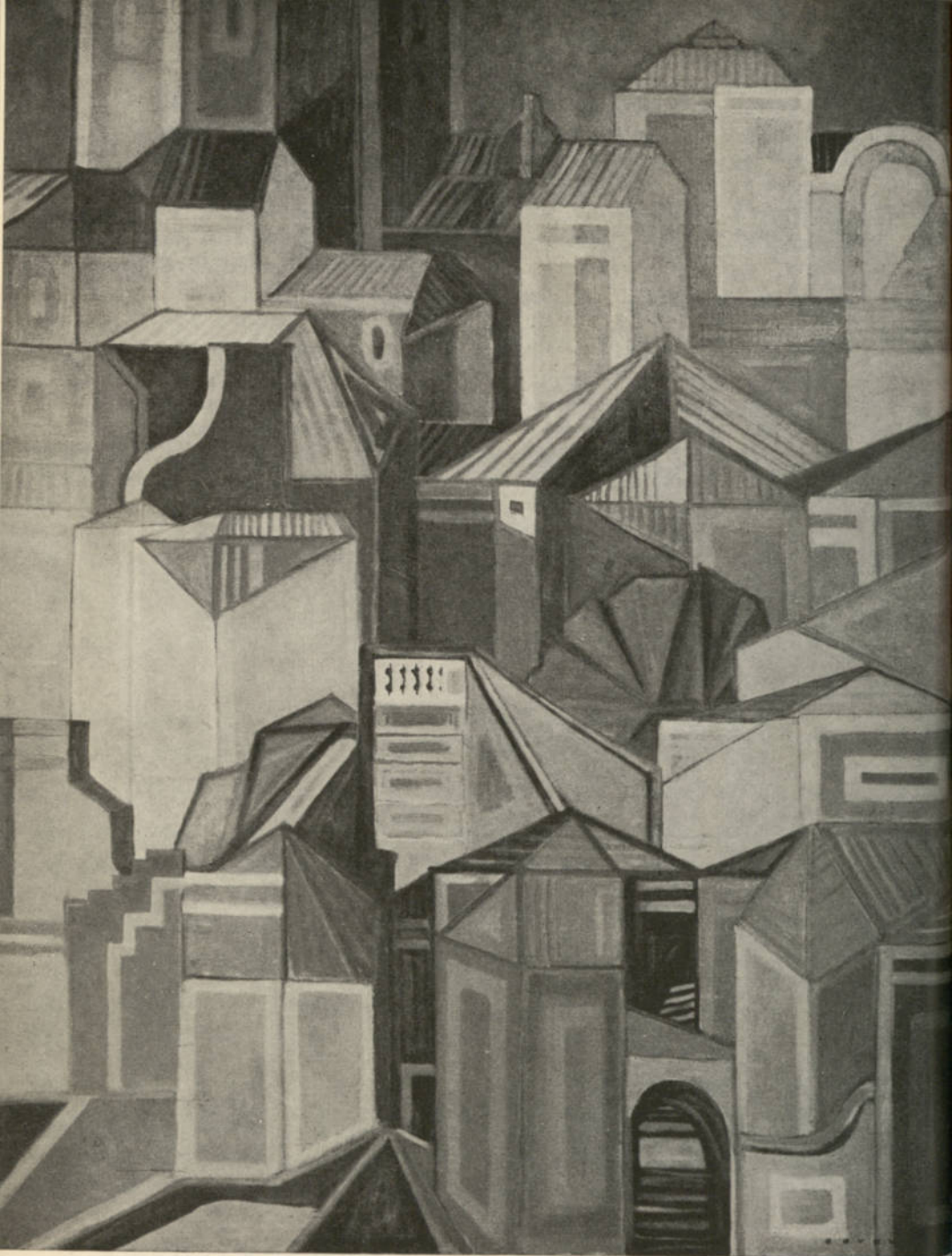
Não se deve deixar de citar o rei D. Carlos, com as suas belas paisagens alentejanas e vibrantes marinhas, dignas de emparceirar com o que de melhor então se produzia em Portugal.

Finalmente, no período de transição ergue-se uma personalidade poderosa — Columbano. O grande mestre dos contrastes de luz e sombra, das densas harmonias conseguidas dentro de uma estrita economia cromática, tão próximas das tradições da pintura espanhola, preenche a sua época sem que a sua originalidade permitisse a formação de uma escola.

O século XX assiste a uma surpreendente renovação: Amadeu de Sousa Cardoso, cubista e precursor do abstraccionismo, enfileira na Escola de Paris como um dos seus mais altos representantes, sem perder todavia o cunho nacional. Na obra expressionista de Mário Eloy, uma imaginação poderosa dá livre curso à originalidade dos temas e dos processos pictóricos. Almada Negreiros, de uma sensibilidade e de uma fantasia gráfica invulgares, de um lirismo profundo, ultrapassa-se a cada passo em formas de extraordinária pureza, em qualquer dos vários géneros que cultivava: mural, tela, vitral, etc. Eduardo Viana, Abel Manta, Dordio Gomes, Carlos Botelho, Francisco Smith e António Soares continuaram nos nossos dias a desempenhar o papel de mestres perante as novas gerações, onde avultam talentos bem definidos, entre os quais salientamos Amândio Silva, António Lino, António Quadros, Armando Alves, Artur Bual, d'Assumpção, Fernando Lanhas, Joaquim Rodrigo, Jorge Pinheiro, Júlio Pomar, Júlio Resende, Fernando Azevedo, José Júlio, Luís Demée, Nadir Afonso, Nuno Siqueira, Vespeira, etc.



José Malhoa (1855-1933) — «Festejando o dia de S. Martinho», quadro de impressionante realismo em que a luz é elemento fundamental — Museu de Arte Contemporânea — Lisboa



Carlos Botelho (1899) — A Lisboa antiga, alcandorada nas colinas ou debruçada sobre o Tejo, vibra genuína e bela na paleta inconfundível do pintor



Amadeo
de Souza
Cardoso

Amadeu de Sousa Cardoso (1887-1918) — A obra revolucionária deste pintor, que participou do grupo de Modigliani, influenciou decisivamente a renovação da arte portuguesa moderna

Artes decorativas — O azulejo

O azulejo, que representa para Portugal o mesmo que a tapeçaria para a França ou o fresco para a Itália, ocupa uma posição particularmente importante no sector das artes decorativas portuguesas pelo extraordinário nível artístico que alcançou e pelas características que imprimiu na arquitectura dos séculos XVI a XVIII ao decorá-la ou revesti-la com belos painéis de delicada composição e suave colorido.

Na verdade Portugal possui uma diversidade enorme de azulejos de todas as qualidades, e em parte alguma da Europa se encontra tão grande variedade de temas decorativos nem exemplos mais expressivos — a não ser na Pérsia — de uma interligação tão perfeita entre a arquitectura e a cerâmica.

A história do azulejo em Portugal remonta ao século XV, dado que da antiga presença árabe não ficaram testemunhos desta arte que lhe era tão querida.

Os mais antigos azulejos decorativos que se encontram em construções civis ou religiosas são de origem espanhola e apresentam, geralmente, desenhos geométricos de inspiração árabe havendo porém outros, feitos por encomenda, que têm motivos de decoração diferentes, como é o caso dos azulejos com esfera armilar que existem no Pátio das Carrancas, do Paço de Sintra.

Que o gosto pelo azulejo se radicou e difundiu em Portugal prova-o o aparecimento, no último quartel do século XV, das primeiras fábricas nacionais que se dedicavam à sua produção, embora em pequena escala, delineando-se desde então o interesse pela composição de azulejos formando quadros, o que virá a tornar-se um motivo de decoração característico da arte portuguesa.

No século XVI, em consequência do período de prosperidade que Portugal atravessava ser propício ao florescimento das artes, deu-se um surto na construção de palácios, casas senhoriais e igrejas, o que originou uma maior importação quer de azulejos vidrados andaluzes, que possuíam grande riqueza cromática, quer de azulejos de outros países europeus que se dedicavam à arte da cerâmica. São deste período os magníficos azulejos da Igreja de S. Roque, em Lisboa, assinados por Francisco Matos, os quais constituem os primeiros exemplares datados (1584) pertencentes a uma decoração mural completa integrada na arquitectura. Ilustram igualmente esta fase os famosos azulejos do Palácio Ducal de Vila Viçosa, importados da Holanda; os da Quinta das Torres, em Azeitão, provenientes da Itália e que representam cenas de «A Eneida»; os da Quinta da Bacalhoa, também em Azeitão, que reproduzem em suaves coloridos vários assuntos, entre os quais o «Rapto de Hippodemia», e cuja técnica evidencia o estilo flamengo. Se bem que Portugal tivesse importado de Sevilha, até ao fim do século XVI, azulejos lisos com motivos renascentistas, o tipo de azulejo que dominou durante este século foi o azulejo de tapete, nos seus diversos padrões em tons de azul, amarelo, verde e por vezes também laranja e tom de vinho escuro, tudo sobre fundo branco.

A partir da primeira década do século XVII acentuou-se o uso do azulejo de fabrico nacional cuja produção acusara, no fim da era quinhentista, um nítido acréscimo. Se bem que a qualidade não fosse da melhor, os painéis deste período constituem porém um dos mais interessantes exemplos de azulejos pintados.

Apossando-se da arquitectura, o azulejo português revestiu então, com grandes composições que lembram tapeçarias suspensas e reproduzem cenas da vida quotidiana — tais como festas, caçadas, jogos de crianças, etc. — paredes interiores e exteriores de palácios, muros de jardins e, em larga escala, decorou igrejas, sendo elucidativo exemplo da integração do azulejo num conjunto arquitectónico a Capela de St.º Amaro, em Lisboa, e os painéis do Palácio do Marquês de Fronteira, construído cerca de 1667.

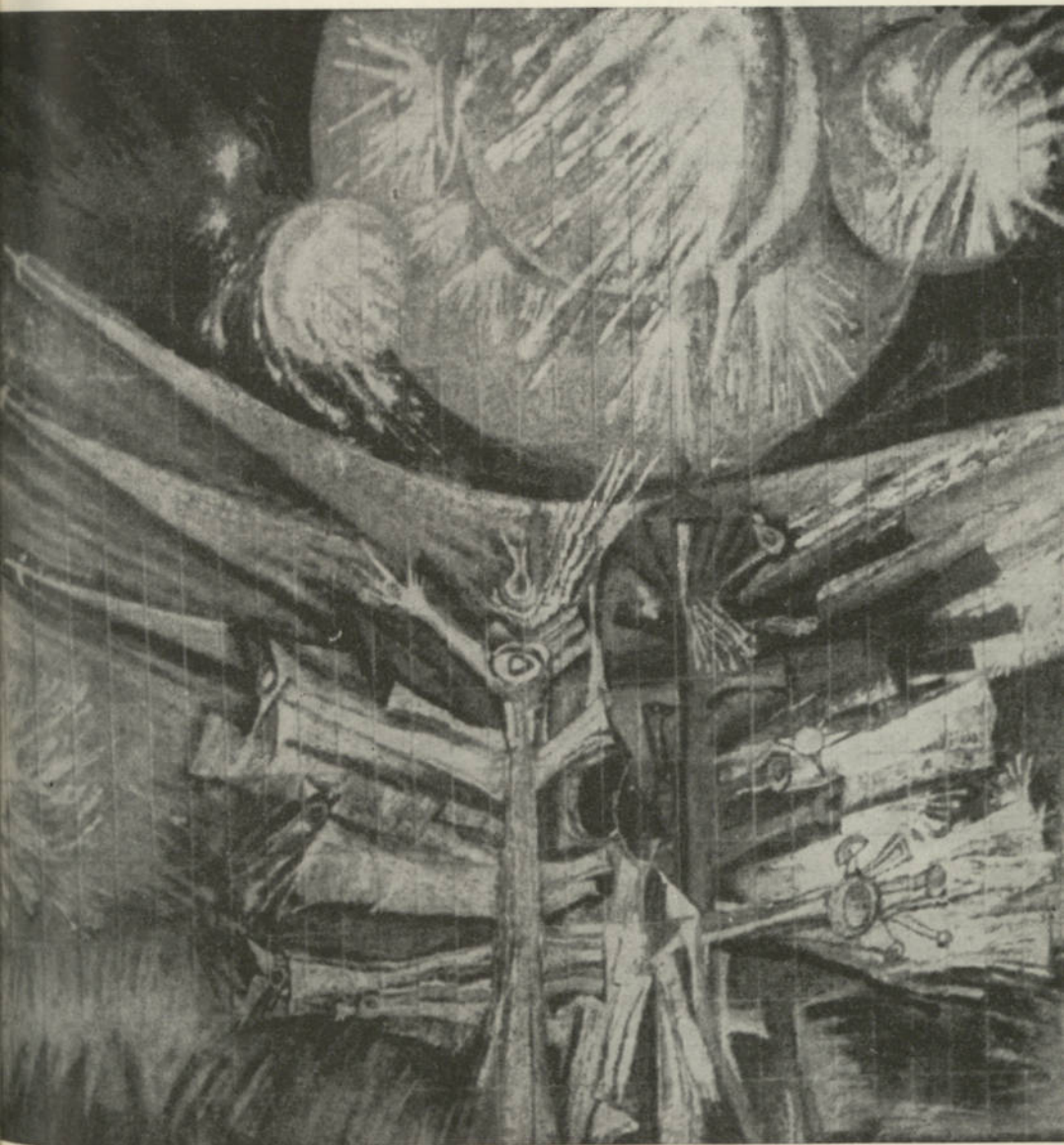
Ao aproximar-se o fim do século XVII a importação de azulejos começou de novo, de forma maciça, sendo a Holanda o principal fornecedor de um tipo de azulejos com grandes composições figuradas, diferentes do fabrico nacional. Belos documentos desta fase são os magníficos painéis dos Palácios de Fronteira e de Saldanha e os da maravilhosa Igreja da Madre de Deus, em Lisboa.

Foi no século XVIII que se desenvolveu em Portugal uma arte típica do azulejo. Caracterizando-se pelas dimensões dos quadros cerâmicos, pelos tons de azuis sobre fundo branco, cheios de cor na sua monocromia, pelo suave lirismo que os impregna, o azulejo desta época adquiriu uma qualidade que o eleva a plano superior de beleza. Para esta renovação do azulejo nacional contribuiu, decisivamente, um grande pintor de azulejos — António de Oliveira Bernardes, falecido em 1732, que além da sua obra valiosa criou uma escola de artistas cerâmicos que mantiveram, quase até final do século XVIII, o alto nível desta arte menor. Nela sobressaem também os nomes de Policarpo Bernardes, filho do grande mestre, Bartolomeu Antunes e Nicolau Freitas — plêiade de artistas que imprimiram à arte do azulejo as características monumentais que o tornaram famoso.

O azulejo, então em plena pujança, reproduziu cenas de batalhas, caçadas, paisagens, concertos, motivos didácticos, como os da valiosa colecção existente no edifício da antiga Universidade de Évora, enchendo assim de louçania a arquitectura portuguesa.

O estilo monumental da azulejaria portuguesa do século XVIII pode apreciar-se em algumas das habitações e igrejas que escaparam à destruição provocada pelo Terramoto de 1755, constituindo bons exemplares a decoração da capela da Peninha, em Sintra, da igreja paroquial de Alcácer do Sal, da Igreja de Almansil, perto de Faro, que é da autoria de Policarpo, do Castelo de S. Filipe, em Setúbal.

Depois do Terramoto de 1755, a febril reconstrução que se seguiu marcou uma época importante na arquitectura portuguesa e nela o azulejo surgiu ainda largamente integrado mas, em muitos casos, a produção tomou uma feição semi-industrial em que as cercaduras e mesmo os motivos de gravura eram frequentemente repetidos, e a cor amarela e azul reapareceu, trazendo ao azulejo



Querubim Lapa (1926) criou este sugestivo painel de cerâmica policromada para um edifício de Luanda



Conímbriga — Mosaico romano do século VI, notável pelo desenho e riqueza do colorido

a renovação da policromia que se vai manter até ao fim do século, reproduzindo uma decoração requintada no estilo neo-clássico.

Durante o século XIX a arte da azulejaria atravessou um período de declínio; contudo, nos fins do século, e a exemplo do que se fazia no Brasil, o azulejo, sobretudo no Porto e no Minho, volta a conhecer novo período de esplendor, cobrindo as fachadas dos prédios com azulejos de produção industrial, embora normalmente de fraco nível artístico.

Foi a partir de meados do século XX que se deu uma profunda renovação na arte do azulejo, graças à actividade de artistas pintores de mérito como Jorge Barradas, Almada Negreiros, Maria Keil, Querubim Lapa, Júlio Resende, etc. que criaram o azulejo moderno português fazendo assim renascer o interesse da arquitectura por esta arte decorativa que tem brilhantes tradições em Portugal.

Museus

Numerosos museus guardam as mais preciosas e representativas colecções da Arte Portuguesa:

LISBOA — Museu Nacional de Arte Antiga: possui as mais notáveis colecções de pintura portuguesa (século XVI ao século XIX), ourivesaria portuguesa (do século XII ao século XVIII) e estrangeira (pratas francesas da oficina Germain), cerâmica, paramentos, escultura, pintura flamenga (núcleo muito importante), holandesa (com um Bosch) e espanhola, tapeçaria (notável colecção de tapetes persas), etc. e no seu anexo, na Madre de Deus, o museu do azulejo; **Museu Nacional dos Coches,** com a maior colecção do mundo de viaturas e arreios, do século XVII ao século XIX; **Museu de Arte Contemporânea:** colecções de pintura e escultura a partir de meados do século XIX; **Museu Etnológico Leite de Vasconcelos:** colecções de arqueologia pré-histórica, lusitano-romana, muçulmana e visigótica; **Museu de Arte Popular:** colecção de arte e utensilagem do povo português; **Museu-Biblioteca dos Condes de Castro Guimarães** (em Cascais): pintura, mobiliário; **Museu de S. Roque** (arte sacra do século XVIII); **Museu da Fundação Ricardo Espírito Santo:** artes decorativas; **Museu da Cidade:** história de Lisboa; **Museu Gulbenkian:** arte islâmica, pintura, ourivesaria, porcelanas.

PORTO — Museu Nacional de Soares dos Reis: colecções de escultura e pintura (notáveis as do século XIX), ourivesaria e cerâmica; **Museu de Etnografia e História do Douro Litoral:** colecções de utensilagem e vestuário do povo da província do Douro Litoral; arqueologia distrital; **Casa-Museu de Guerra Junqueiro:** colecções de mobiliário, cerâmica, marfim, etc.; e **Museu do Seminário** (Seminário dos Grilos): pequena mas preciosa colecção de escultura sacra, da Idade Média ao século XVIII.

COIMBRA — Museu Nacional de Machado de Castro: grandes colecções de escultura e ourivesaria; **Museu Monográfico de Conimbriga:** espólio romano

do «opidum» de Conímbriga; **Museu do Caramulo**: variadas colecções de pintura, escultura e artes decorativas; **Museu Municipal da Figueira da Foz**: arqueologia, cerâmica e azulejos.

VISEU — Museu Regional de Grão Vasco: notável colecção de pintura portuguesa do século XVI, colecções de escultura, mobiliário.

ÉVORA — Museu Regional de Évora: grande colecção de escultura medieval e renascentista; pintura flamenga e portuguesa.

CALDAS DA RAINHA — Museu José Malhoa: pintura, escultura, notável colecção de cerâmica das Caldas.

GUIMARÃES — Museu Regional de Alberto Sampaio: colecções de escultura, pintura, ourivesaria, tecidos; **Museu da Sociedade Martins Sarmento**: arqueologia lusitano-romana e medieval.

LAMEGO — Museu de Lamego: pintura, mobiliário, tapeçaria.

AVEIRO — Museu Regional de Aveiro: mobiliário, escultura, pintura (um dos mais notáveis conjuntos de arte barroca portuguesa); **Vista Alegre**: Museu de Porcelanas da Fábrica de Vista Alegre.

BEJA — Museu Regional: a mais bela e numerosa representação da arte muçulmana e visigótica dos museus portugueses.

VIANA DO CASTELO — Museu Municipal: notável colecção de faianças.

FUNCHAL — Museu de Arte Sacra: notabilíssima colecção de pintura flamenga. Espécimes notáveis de escultura flamenga (madeira) e ourivesaria; **Museu da Quinta das Cruzes**: notável colecção de mobiliário e cerâmica e de prataria inglesa.

Dos museus do Ultramar merece especial referência o **Museu do Dundo**, em Angola: importantíssima documentação etnográfica, além das de folclore local, de fauna e flora africanas.

AS LETRAS

Escreveu, muito acertadamente, o Professor Álvaro Júlio da Costa Pimpão na sua «História da Literatura Portuguesa»: «**A literatura portuguesa ocupa, no quadro das literaturas europeias, uma posição digna, embora, considerada no seu todo, e não separadamente, no destacado relevo de algumas personalidades ...**». Claro está que não podemos separar essa literatura da língua novilatina que a serviu, até pelo facto de ser a língua portuguesa, entre todas as línguas românicas, a que apresenta maior homogeneidade e onde as modalidades regionais, se exceptuarmos o crioulo de algumas regiões ultramarinas, mal podem chamar-se dialectos. De qualquer forma, não podemos definir, rigorosamente, quando a língua portuguesa começou a ser falada como o idioma que

Florida.

Tropico de Sancto.

Terra firme.

Rio das Amazonas.

Linha equinoctial

Brasil.

P E R U

Mundo
noto.

Santo
Petroli.

Rio
paraguay

CHI
LI

BR
SIL

PAR
AGUAY

Arco



Chilade



Agny se comeca aqponca
 naql som scptae todoloe
 fentez notauice q se pussa
 po na conquista de Guinee
 per mandado do muy alto
 e muyto honrado pna pe
 e muyto veruoso senhor
 e offfante doml denfig duq
 de viscu e senhor de couilha
 regedor e gouernador da
 cauallaria da ordem de
 ihu xpo ¶ Qual epouca
 fo ajuntada em este vellu
 me p mandado do muyto
 e muyto excellento pna pe
 e muyto poteroso senhor
 elrey doml alfonsso oqnto
 de portugal. Dap p m q
 he o mollega no ql o autor
 mosta q a sua entencam

que todo bem fizet quez agna
 deruicero. E posto qo lo fentez
 onõ cobnce pollo seu tenco te
 seiar pollo pececeoz nom fiaz
 vna ofamete de estado tonte e
 otador colzon vruosa londaice
 . utany spenal ajuntamento
 ree estez toue autoz couem
 assaber outoigui e agnadece
 queo pmeio pte offegundo
 per obrigaco. Esse elle no pu
 peesse couisa impossuel fua
 co agnadecameto seer fto no
 mundo. Expe sam Tomae
 que ante os doutores theol
 logos se omare claro insina
 dor dy em offegudo luy p da
 segunda parte de theollogu
 em acensima oitava questo
 q toda obra se torna natural
 merte aacoufa de q pmeiam
 procede. Expe pte qo outoz
 gator he causa pnapal do be
 fizet qourem pecece te q se se
 per natural atenaca que lo
 q se aelle se torne y couilha
 nel agnadecameto. Expe este
 retornameto potemae etenar

Ce
 palm
 somae
 ensy
 natez
 da es
 picna



hoje conhecemos. Durante um longo período da Idade Média, houve três línguas paralelas no Ocidente peninsular: o **baixo latim** (na literatura e escolas superiores), o **latim bárbaro** (nos documentos oficiais) e o **romance** (no falar de todos os dias). O **latim bárbaro** só deixou de ser língua oficial no reinado de D. Dinis, embora no final do seu uso estivesse reduzido às formas tabeliônicas.

Nos fins do século XIII, como se afirmou, o idioma a que hoje chamamos **português** surgiu como língua oficial. No entanto, na cantiga atribuída ao rei D. Sancho I, não há palavras que hoje não usemos. A crítica mais rigorosa pode afirmar que, talvez a partir dos meados do século VIII, a língua falada nas margens do Rio Minho — o **galaico-português** — possuía características que a distinguíam do resto do latim vulgar. Eis por que têm especial importância o **Auto de partilhas** de 1192 e a chamada **Notícia de torto**, ambos documentos do cartório das Monjas de Vairão. Sua ortografia é sem dúvida bárbara, e pelo meio há numerosas palavras latinas: mas encontram-se efectivamente redigidos em língua portuguesa.

É certo que a evolução da língua não foi paralela no Norte e Sul do Portugal medieval, predominando no Sul os termos e as palavras de origem árabe. No entanto, substancialmente era a mesma a linguagem, até pelo facto de as populações moçárabes não se sujeitarem a falar a língua do invasor muçulmano. Da evolução da língua que servirá à literatura portuguesa, inferir-se-á a sua natural divisão: **português arcaico** (desde o aparecimento dos mais velhos textos do século XII até ao século XVI) e o **português moderno** (do século XVI até aos nossos dias). O investigador português Sá Nogueira considera um outro período: o **proto-histórico** (que iria desde o momento em que nos documentos latino-barbáricos surgem as primeiras palavras e expressões portuguesas até ao século XII).

Época medieval

A época medieval portuguesa abrange os documentos literários que vão do último quartel do século XII, data da nossa mais antiga poesia, até 1527, ano em que Sá de Miranda regressou da Itália. Essa época divide-se em dois períodos distintos. No primeiro período — o **trovadoresco** — a língua não-oficial foi instrumento de uma pujante literatura de origem popular, embora com manifestas influências da poesia provençal que teve o mérito de fazer ressurgir o nosso trovar primitivo. Esta poesia atingiu o seu ponto mais alto no reinado de D. Afonso III, que morreu em 1271: É o **ciclo afonsino** da época trovadoresca, ao qual se seguiria o **ciclo dionísico**, dado que foi o rei D. Dinis (fundador da Universidade Portuguesa) o mais representativo dos trovadores. Neste ciclo começa a verificar-se o declínio desta poesia, pois as trovas de amor seriam em breve substituídas pela voga dos romances épico-líricos e os **lais** da Bretanha que, na sua natural evolução, originariam novelas ao gosto do **Amadis de Gaula**. Por seu turno, a prosa atinge forte poder expressional e pintresco, como pode verificar-se nos textos dos hagiógrafos de Alcobça,

nos Livros de Linhagens e nos Crônicas. A poesia deste ciclo pode ser estudada nos **Cancioneiros** (cadernos de recolha que aumentavam de volume conforme novas composições iam sendo inseridas pelo coleccionador) dos quais citaremos: o da Ajuda, o da Vaticana e o da Biblioteca Nacional de Lisboa ou Colocci-Brancuti.

No segundo período da época medieval a língua portuguesa separa-se do galego, ao passo que se avoluma uma forte presença do castelhano, presença que tem influência nos escritores portugueses. Essa influência está patente no Cancioneiro Geral de Garcia de Resende. Na corte do primeiro rei da Dinastia de Avis e por comunicação da austeridade da rainha, vinda de Inglaterra, a linguagem passou a ser mais polida e os costumes a diferenciarem-se dos da Idade Média. Estes evoluíram mais no reinado seguinte, iniciando-se os folguedos palacianos que deixariam traços bem fundos nas obras poéticas da época. Traduz-se do latim, surge a historiografia nacional, a expansão ultramarina começa a reflectir-se na vida intelectual da comunidade, a imprensa e o humanismo estão em Portugal. A poesia perdeu a sua feição popular, mas em compensação há uma grande riqueza de metros e uma variedade grande de inspiração; a tristeza, o saudosismo, o platonismo amoroso são características definidoras. É uma época em que os príncipes se distinguem pela sua cultura: o rei D. João é autor de três livros, um dos quais chegou até nós: o **Livro da Montaria**; seu filho D. Duarte escreve o **Livro da Ensinança do bem Cavalgar toda Sela** e o **Leal Conselheiro**; o Infante D. Pedro é autor do **Tratado da Virtuosa Benfeitoria**; D. Afonso V escreve duas obras que se perderam, mas dele ficou a carta a Gomes Eanes de Azurara para aquilataros do seu culto pelas letras. No século XV nasce a historiografia portuguesa com a figura gigantesca de Fernão Lopes (autor das crônicas de D. Pedro I, D. Fernando e D. João I, primeira e segunda partes), ao qual se seguem Azurara (autor da terceira parte da Crônica de D. João I e da **Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné**), Rui de Pina e Garcia de Resende (**Vida e Feitos de D. João II**). Estes, os mais importantes. A poesia deste período teve como seu grande recolector Garcia de Resende que, no seu **Cancioneiro Geral**, dedicado ao futuro rei D. João III, diz das razões da compilação. As suas características foram já, anteriormente, mencionadas.

Época quinhentista

Embora a tradição greco-latina em Portugal não coincida com as linhas gerais de que irá surgir o Renascimento, a verdade é que essa tradição existia e com nomes tão importantes para a cultura portuguesa como: Paulo Orósio (companheiro de Santo Agostinho), Idácio — Bispo de Aquae Flaviae (Chaves), S. Martinho de Dume, Aprígio — Bispo de Beja, o Abade João Valclarensense, Isidoro Pacense — Bispo de Beja, Santo António de Lisboa, Pedro Hispano, D. Dinis, D. Pedro — Conde de Barcelos, D. Duarte, etc. Simplesmente, enquanto estes escritores iam à cultura greco-latina buscar elementos para uma séria

interpretação das Escrituras, o Renascimento aparece com uma característica absolutamente diversa: o ressurgir, na Idade Moderna, da civilização, cultura e arte greco-latinas. Paralelamente ao movimento renovador de cultura greco-latina, surge o Humanismo, de que foram cultores os portugueses Aires Barbosa, André de Gouveia, António de Gouveia, Pedro Nunes, André de Resende, Francisco de Holanda e Francisco Sanches. Lado a lado com os movimentos renascentista e humanista forma-se, como consequência deles, o classicismo que vai aristocratizar a literatura portuguesa, afastando-a da sua radicação popular. A origem desta revolução literária estava na Itália e é de Itália que Sá de Miranda traz o novo estilo clássico, logo divulgado junto das elites portuguesas, pelo facto de a corte se encontrar em Coimbra, onde Sá de Miranda então residia — encontro que se deve à peste que então grassava em Lisboa. Gil Vicente — o criador do teatro português, genial dramaturgo e genial poeta — parecia bárbaro ao gosto italianizado de Sá de Miranda. Aos autos de Mestre Gil opõe Sá de Miranda a comédia em prosa **Estrangeiros**, imitação de Plauto, Terêncio e Ariosto. A Gil Vicente, por estar longe dos modelos clássicos, definia-o como a quem faltava o **bom saber!**... Sá de Miranda é o grande mestre do classicismo. Mas Gil Vicente foi e será sempre o genial criador do **teatro português**, para o qual escreveu 16 autos em língua portuguesa, 11 em língua castelhana e 18 bilíngues (português e castelhano). Deste autor disse Aubrey F. G. Bell: «Deixou à sua pátria um legado mais durável que o bronze, mais precioso que todo o ouro da Índia, herança ainda animada por um sopro daquele verdadeiro Portugal, simples e alegre, cujo desaparecimento o poeta deplora. Nunca mais a literatura portuguesa voltou a ser tão nacional». A arte de Mestre Gil deixou discípulos. Não que igualassem o genial criador, mas, mesmo assim, de merecimento: António Ribeiro Chiado, Afonso Álvares (que era mestiço), Diogo Machado, o madeirense Baltasar Dias, António Prestes e o próprio Camões do **Filodemo** (que lembra a **Comédia do Viúvo**), do **El-Rei Seleuco** e dos **Enfatições**, este já inspirado em Plauto.

Ao lado do teatro de inspiração e tradição portuguesa, surgia o teatro clássico.

A obra de Séneca faz menção Azurara na **Crónica da Guiné**. De Sá de Miranda sabe-se que escreveu uma tragédia, **Cleópatra**, da qual restam doze versos, por certo retirados de um «coro». Henrique Aires Vitória com a sua **Vingança de Agamenão** outra coisa não faz que não seja a adaptação a língua portuguesa da **Electra**, de Sófocles, traduzida para castelhano por Fernando Peres Oliva. São estes, em boa razão, os precursores do teatro clássico cujo grande representante é António Ferreira, o celebrado autor da **Castro**. António Ferreira escreveu sempre em língua portuguesa. Foi autor de sonetos, odes, epístolas, elegias e éclogas. A sua poesia está publicada no volume, que se deve a seu filho, **Poemas Lusitanos**. Mas a sua obra imorre-doiira é a **Castro** que teve influência na literatura clássica da Península, sendo decalcada por Jerónimo Bermudez, em língua castelhana. Ao lado de António Ferreira surge um nome de menor importância, mas ainda relevante dentro

do teatro clássico: Jorge Ferreira de Vasconcelos, o autor da comédia **Eufrosina** que teve influências de Fernando Rojas, autor da **Celestina**.

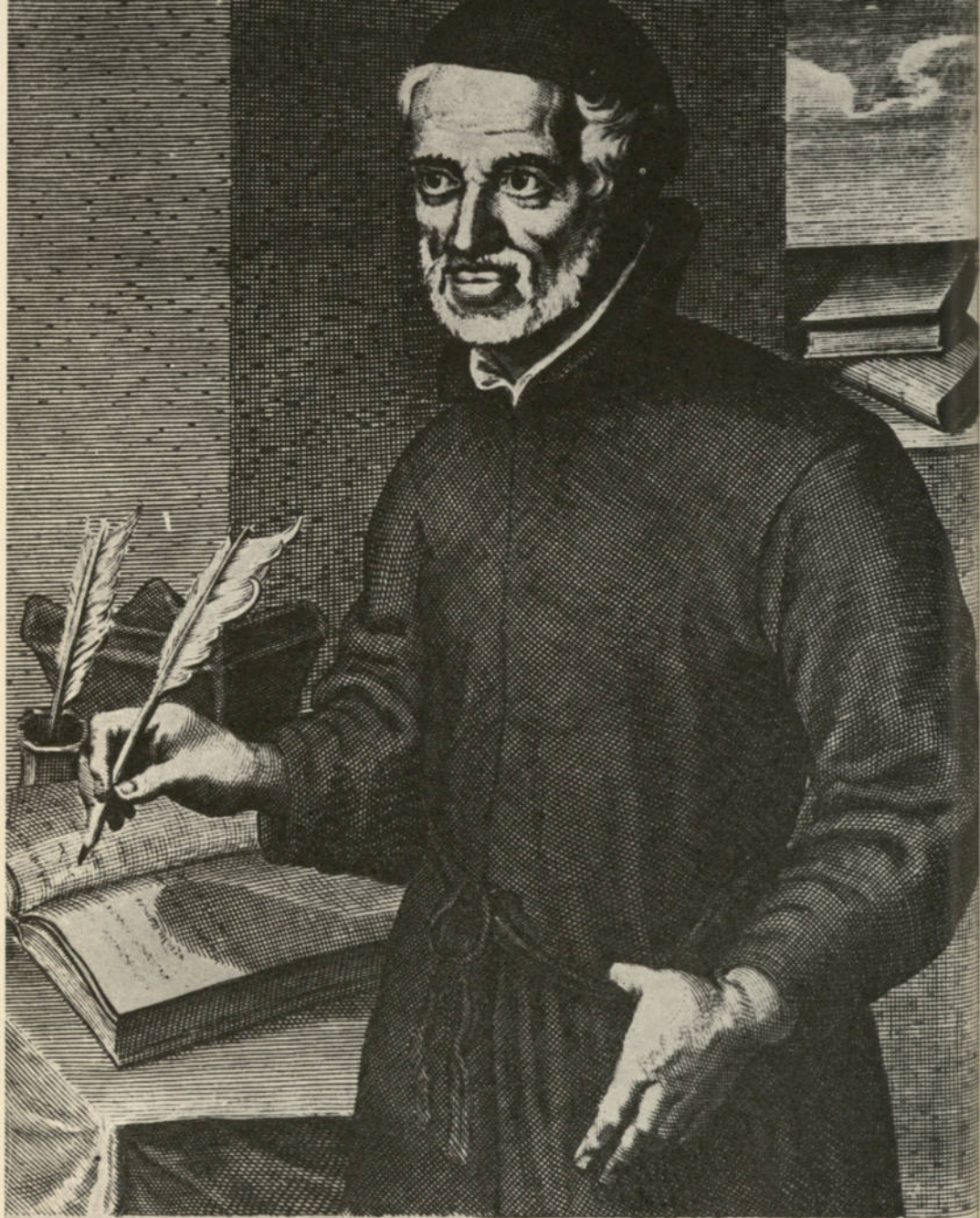
A época quinhentista pode ser apontada como o século de ouro da literatura portuguesa. Um século revolucionário e criador — sem dúvida — e pletórico de novos estilos, testemunhados nas muitas personalidades literárias. Assim, o bucolismo tem em Bernardim Ribeiro o seu mais forte representante, e não apenas na poesia, mas sobretudo, como o afirma Arlindo Ribeiro da Cunha, na **Menina e Moça**, em que se torna «o poeta da saudade lusitana, da melancolia amorosa». Ele foi o introdutor da poesia bucólica na literatura portuguesa. E foi-o com autêntica originalidade. Ainda dentro destes moldes bucólicos apontaremos os nomes de Cristóvão Falcão, Diogo Bernardes, Agostinho da Cruz e Pêro Andrade Caminha. A seu modo, são continuadores e sérios representantes deste género literário.

É ainda neste século que temos de situar Luís Vaz de Camões — de quem falámos como autor de teatro, mas que foi grande como poeta lírico, como sonetista e como autor de um dos maiores poemas épicos da história da humanidade — **Os Lusíadas**. A sua fama e reputação literária excedem tudo o que até hoje algum escritor português pôde alcançar. Tasso chamou-lhe «**dotto e buon Luigi**»; Montesquieu considerava haver no poema «alguma coisa da fascinação da **Odisseia** e da magnificência da **Eneida**»; Voltaire, depois de condenar o seu maravilhoso absurdo, dizia: «**Mais la poésie du style et l'imagination dans l'expression l'ont soutenu, de même que les beautés de l'exécution ont placé Paul Veronèse parmi les grands peintres**»; Lope de Vega colocava **Os Lusíadas** acima da **Eneida** e da **Iliada**; Humboldt (nem sempre justo para com os Portugueses) chamou-lhe «o grande pintor do Oceano»; e Aubrey Bell afirma, como em síntese: «Embora esteja constantemente presente, o Gama não é, todavia, a personagem principal ... Toma para tema toda uma nação e daqui resulta que, como o **Lost Paradise**, de Milton, o seu poema não tem um herói». Na realidade Camões, no seu poema, canta todo um povo. Por isso Schlegel disse que esse poema «valia uma literatura inteira». Mas a épica portuguesa não se confina a Camões. Da mesma época, embora com menor representação, devemos apontar Jerónimo Corte Real (autor do **Segundo Cerco de Diu** e do **Naufrágio de Sepúlveda**), Luís Pereira Brandão (autor da **Elegiada** sobre o tema do desastre de Alcácer-Quibir) e Francisco de Andrada (autor de **O Primeiro Cerco de Dio**).

Como já afirmámos — o quinhentismo é o século de ouro da literatura portuguesa clássica. Não admira que as grandes personalidades do teatro, da poesia e da épica sejam seguidas de perto pelas grandes personalidades da prosa. Na historiografia, as descobertas por portugueses originaram o aparecimento de textos valiosíssimos que vieram afirmar outras tantas individualidades. Destas destaca-se logo Damião de Góis — um representante típico do humanismo, que esteve na Flandres, na Inglaterra, na Dinamarca, Alemanha, Polónia, Lituânia, Suíça, Itália, convivendo com a autêntica aristocracia da inteligência europeia da época. Escutou Lutero, privou com Melancton, foi



MVSIS ET POSTERITATI S.
LVDOVICO DE CAMOËS. *lyuti Iuglans Rexe caeterum*
Musarum decussu Gratulari in Mumno Humanarum litera-
rum Encyclopedica. Nec non armata Palude tygris sedi-
tari. In quo felicissimum Ingenium et aduersa fortuna
Incensit. CASPAR SEVERINVS de Ferra. 1708. Inam pias
Tabula in eorum 171. qui orbem in summa occupant provincia
adornet S S C



VERA EFFIGIES CELEBERRIMI

P. ANTONII VIEYRA

è Societ. Jesu, Lusitanicorum Regum Concionatoris, et Concionatorum Principis, quem dedit Lusitania mundo Olyssipo Lusitaniae, Societati Brasilia Obijt Bahia Prope nonagenarius Die 18 July Ann. 1697. Quiescit in regio Collegij Bahiensis templo, ubi sepultus frequentissimo urbis concursu, aeterno orbis desiderio ~

amigo de Erasmo e conheceu Santo Inácio de Loyola. O seu melhor contributo para a historiografia foi a **Crónica de D. Manuel** e a **Crónica do Príncipe Dom João**. Deixou outras obras, mas escritas em latim. Outro grande historiador é João de Barros, o autor celebrado de **Ásia** (cujas décadas 4 a 12 seriam escritas por outro historiador da época — Diogo de Couto, também autor de um livro importante — **Soldado Prático**). Outros historiadores de conhecimento necessário para este especial momento histórico são Fernão Lopes de Castanheda (autor da **História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses**); Afonso de Albuquerque (filho do «Albuquerque terrível», como lhe chamou Camões) que escreveu, imitando Júlio César, os **Comentários de Albuquerque**; António Galvão, a quem o almirante Béthume chamou o **fundador da geografia histórica**», por causa do seu **Tractado ... de todos os Descobrimentos Antigos e Modernos**, volume em que aparece pela primeira vez a ideia de se rasgar o Canal do Panamá (!); Gaspar Correia, o autor de **Lendas da Índia** e D. Jerónimo Osório, reconhecido humanista português. Acrescentemos a esta documentação histórica uma outra literatura de não menor valor: os livros de viagens. À frente de todos **A Peregrinação**, de Fernão Mendes Pinto que, como ele próprio escreveu, foi cativo treze vezes e dezassete vendido na Índia, Etiópia, Arábia, China, Tartária, Macassar, Samatra e outros locais; Francisco Álvares, autor da **Verdadeira Informação das Terras do Preste João**; Gaspar da Cruz que escreveu sobre a sua vivência na China; Pantaleão de Aveiro com o seu **Itinerário da Terra Santa**, e um outro padre, João de Lucena, que escreveu sobre São Francisco Xavier e sobre o que na Índia fizeram os padres da Companhia de Jesus. Como rasto das navegações portuguesas e consequentes desastres a elas inerentes, surge a **História Trágico-Marítima**, redigida sobre testemunhos que motivaram as monografias de nove naufrágios e a descrição de batalhas de um galeão e uma nau.

Desenvolve-se neste século a novelística com características próprias. Se tivermos como precursoras as obras de Bernardim Ribeiro (**Menina e Moça**), de Jorge Ferreira de Vasconcelos (**Memorial das Proezas da Segunda Távola Redonda**) e de João de Barros (**Crónica do Imperador Clarimundo**) — a verdade é que a novela atinge, em Portugal, o seu ápice através do **Palmeirim de Inglaterra**, de Francisco de Morais.

É ainda a época quinhentista abundante na literatura mística, na qual se destacam os nomes de Heitor Pinto (autor da **Imagem da Vida Cristã**), Tomé de Jesus (autor dos **Trabalhos de Jesus**), Amador Arrais (autor dos **Diálogos**) e o hebreu Samuel Usque que escreveu um livro importantíssimo: **Consolação às Tribulações de Israel**.

Época seiscentista

O século XVII não está integrado naquele espírito revolucionário de mundos descobertos a que João de Castro Osório chamou de «a revolução da Experiência». Por certo que não lhe apontaremos nomes e obras como a de Garcia

de Orta (**Colóquio dos Simples e Drogas**), a de Duarte Pacheco Pereira (**Esmeraldo de Situ Orbis**), ou os **Roteiros** de D. João de Castro. Não. A cultura do século XVII tem outro carácter. E tão diferente que chegou a ser mal julgada, sendo necessário o ensaio de Manuel Múrias (**O Seiscentismo em Portugal**) para que essa cultura ocupasse na história da literatura portuguesa o lugar a que tinha jus.

Na poesia evidenciam-se as «Academias», numerosíssimas na Metrópole e no Ultramar. Pequenas vilas de província ou cidades do novo mundo, como a Baía e Rio de Janeiro, tiveram a sua aglomeração académica. E, no entanto, foi um século de fraca inspiração poética, afectada, como disse o Prof. Hernâni Cidade, pelo «vício da forma, o luxo e pompa da dicção». Era a herança de Gôngora que redundou no cultismo mais exagerado. A colectânea mais notável da poesia seiscentista encontrar-se-á na **Fénix Renascida** e, de menor valia, no **Postilhão de Apolo**.

Teve cultores a poesia épica, e merecem maior destaque Gabriel Pereira de Castro, o autor de **Ulisseia ou Lisboa Edificada**; Vasco Mouzinho de Quevedo, que escreveu **Afonso Africano**; Francisco de Sá Meneses, autor de **Malaca Conquistada**; e Brás Garcia de Mascarenhas, que escreveu **Viriato Trágico**.

Entre as figuras mais destacadas na literatura seiscentista, conta-se o poeta Francisco Rodrigues Lobo que, em prosa, se notabilizaria com a sua **Corte na Aldeia** e a novela ou romance pastoril **Primavera**.

O teatro seiscentista é pobre e a obra mais representativa é o **Fidalgo Aprendiz** de D. Francisco Manuel de Melo (ainda recentemente traduzido e prefaciado para italiano por Enzo Di Poppa Vulture). Outro autor teatral de certo mérito é Simão Machado que escreveu **Comédia de Dio** e **Pastora Alfea**.

A historiografia do século XVII distingue-se pela ampla dimensão — nem sempre científica — das suas ambições: escrever toda a história da nação portuguesa. Nisso se distinguiram os monges de Alcobaça, que assim queriam fazer frente a uma lacuna verificada durante a ocupação espanhola. Isto os redimirá dos erros e exageros que estão patentes na **Monarquia Lusitana**, de que foi iniciador Frei Bernardo de Brito, a que se seguiria Frei António Brandão. Outros historiadores deste século são o já citado D. Francisco Manuel de Melo, Frei Luís de Sousa, Manuel de Faria e Sousa, Padre Baltasar Teles, autor da **História Geral da Etiópia a Alta**, Padre Manuel Barradas que escreveu também uma **Descrição da Etiópia** além de outros volumes sobre a mesma Etiópia, Adem, etc. Mas a grande figura intelectual desta época — no polimorfismo da sua obra — é D. Francisco Manuel de Melo: foi poeta, autor teatral, historiador, filósofo. Destaquemos, além da sua obra já apontada no teatro, os **Apólogos Dialogais** (verdadeiro cogitar filosófico), a **Carta de Guia de Casados**, as **Epanáforas de Vária História Portuguesa**. Tudo isto elaborado no meio de uma vida aventureira em que houve prisão e exílio!

Outro género largamente cultivado neste século é o da oratória. Nele sobressai a figura gigantesca do Padre António Vieira, cujos sermões requin-

tadamente escritos são justamente célebres; a do Padre Manuel Bernardes, também pregador, mas cujo livro mais atraente é a **Nova Floresta**; e Frei António das Chagas, cuja obra mais representativa é patente ao leitor de **Cartas Espirituais**.

Nesta época a literatura e a estética que tiveram maior influência foram castelhanas, através do gongorismo e do conceitismo, como já se afirmou. Foi neste século que surgiu o primeiro poeta de Angola: António Dias de Macedo.

Século XVIII

No século dezoito as condições pedagógicas do País vão verificar um poderoso esforço de renovação e adaptação à ciência moderna, esforço esse que tem na base a figura do pedagogo Luís António Verney, autor da célebre obra **Verdadeiro Método de Estudar**. Não podemos dizer que as élites portuguesas ignorassem o que de melhor se processava na Europa culta, mas é certo que o ensino se encontrava atrasado. Entre os que aceitaram as ideias novas anti-escolásticas, não só na filosofia mas ainda na política e na literatura, e no agitar dessas ideias, devemos mencionar outros nomes além do de Verney: o Cavaleiro de Oliveira, Alexandre de Gusmão, Correia da Serra, Avelar Brotero. Filinto Elísio e António Ribeiro Sanches.

Definido o espírito do século, urgia dar ao corpo espiritual da nação o remédio ou remédios de que este carecia. Assim surgem a criação da Academia Real da História, a reforma dos estudos menores, a reforma da Universidade e a fundação da Academia Real das Ciências. Aparecem, depois, duas Arcádias (a Lusitana e a Nova Arcádia) que definirão o modo geral da estética deste século. Entre os historiadores da Academia são de apontar os nomes de D. António Caetano de Sousa, autor da **História Genealógica da Casa Real Portuguesa**; Diogo Barbosa Machado, que inicia em Portugal os estudos bibliográficos com a publicação da **Biblioteca Lusitana**; e Sebastião da Rocha Pita, que escreveu a **História da América Portuguesa**; e ainda Rafael Bluteau, nascido em Londres mas de pais franceses, a que se deve o **Vocabulário Português e Latino**.

Não podemos relegar para segundo plano a importância da Reforma da Universidade e o papel que nela desempenharam os padres Oratorianos, rivais dos Jesuítas e que a estes disputavam o primado do ensino. Estabelecidos entre nós, eles ensinavam dentro da corrente da ciência moderna, o **iluminismo**, usando do método experimental. No entanto — como o afirma António Alberto de Andrade — os Jesuítas não estavam desactualizados nesse mesmo campo, embora o método de ensino fosse diferente. De qualquer forma, importa apontar os nomes mais importantes para a criação do espírito de reforma que expulsaria os Jesuítas do monopólio da instrução. São eles: o padre António Pereira de Figueiredo — autor do **Novo Método da Gramática Latina** que colocou na

sombra o método congênere do jesuíta Manuel Álvares; padre Teodoro de Almeida — autor da **Recreação Filosófica**, em 10 volumes, nos quais estabelece comparação entre a filosofia moderna dos Oratorianos e o aristotelismo dos Jesuítas; e o padre Manuel Álvares — homónimo do jesuíta — que escreveu **Instrução sobre a Lógica ou Diálogos sobre Filosofia Racional**. O conjunto desta revolução no pensamento português determinou a criação da **Junta de Provi-dência Literária**. Era a reforma da Universidade.

Entretanto, interessa dar uma visão rápida do labor dos membros da Aca-demia Real das Ciências. Além do **Dicionário** — obra de Pedro José da Fonseca auxiliado por José Joaquim da Costa Macedo — devem-se a Frei Manuel do Cená-culo as **Memórias Históricas do Ministério do Púlpito**, além de ser arqueólogo distinto; António Ribeiro dos Santos, que escreveu as **Memórias Acerca da Literatura Sagrada dos Judeus Portugueses**; António Caetano do Amaral, autor de **A Vida de S. Martinho Bracarense e Vida de S. Frutuoso**; e João Pedro Ribeiro, autor das muito nomeadas **Dissertações Cronológicas e Criticas sobre História e Jurisprudência Eclesiástica e Civil de Portugal**. Estes os principais académicos.

A poesia deste século não é famosa se exceptuarmos o caso singular de Bocage. Aubrey Bell pôde escrever: «O século dezoito não matou a literatura em Portugal, como a não matou em outros países, mas a poesia perdeu o seu lirismo».

Ligados às «Arcádias», como membros participantes ou como dissidentes, podemos apontar escritores e obras como António Dinis da Cruz e Silva, autor do poema herói-cómico **O Hissope** (a primeira sátira heróica da literatura portu-guesa), inspirado nos moldes de **Lutrin** de Boileau; Correia Garção que, influen-ciado pela poesia de Horácio, escreveu em linguagem rica a ocultar a falta de sentimento. Deve-se-lhe, no teatro, a comédia **Teatro Novo**, cujo interesse reside na crítica e exposição para criar um teatro destinado à cena portuguesa, e **Assembleia ou Partida**, comédia de costumes, onde se insere a célebre **Cantata de Dido**; Reis Quita que, entre uma obra variável de poeta e de dramaturgo, é autor da **Inês de Castro**, vertida para inglês por Benjamim Thompson. Entre outros vultos do século XVIII, citaremos José Anastácio da Cunha, autor dos **Princípios da Matemática** e tradutor de Gessner, Racine e Voltaire, além de bom poeta; figura de polemista, o Padre José Agostinho de Macedo que foi também homem de grande cultura e inimigo irreductível do génio de Camões; Filinto Elísio, que se refugiou em França, de onde nunca mais regressou, por motivos de perseguição religiosa. Como humanista foi um probo tradutor e a sua poesia tenta ir buscar raízes e inspiração às tradições popu-lares. Uma grande poetisa deste século é a Marquesa de Alorna que foi também tradutora de Pope, de Thompson e do pseudo Ossian. A sua casa era frequen-tada pelo escol dos escritores da época. Nicolau Tolentino é outro poeta desta época que, com uma obra variável, se destaca pelas suas sátiras, às vezes um pouco contundentes. E, finalmente, o maior poeta do século XVIII — Manuel Maria Barbosa du Bocage, espírito irrequieto de boémio e que morreu relativamente

jovem. Isso não o impediu de, como guarda-marinha, ter percorrido o Oriente, além do Rio de Janeiro. É um dos mais famosos sonetistas portugueses, senão o maior de todos, e Teófilo Braga pôde dizer da sua estranha personalidade: «é depois de Camões o único poeta de quem o povo se lembra, dando-lhe vida em situações lendárias como parasita vagabundo, repentista gracioso, e em volta da sua personalidade agrupou todas as velhas anedotas picarescas da sociedade do século XVIII.»

Foi grande o contributo ultramarino (Brasil) neste século para as letras portuguesas. Entre vários nomes destacaremos António José da Silva — um dos grandes do teatro português, que, com as suas óperas ou teatro de bonifrates, marcou posição de relevo na cena portuguesa. Dele ficaram oito peças, sendo algumas repostas, como sucedeu às **Guerras do Alecrim e da Manjerona**, com plena aceitação das plateias de hoje. Outro escritor oriundo do Brasil é Cláudio Manuel da Costa, autor de um romance heróico, do belo poema heróico **Vila Rica** (sobre o descobrimento e exploração das minas de ouro) e das célebres **Cartas Chilenas**. Outro escritor de nomeada é Santa Rita Durão, autor do poema heróico **Caramuru** sobre o descobrimento da Baía por Diogo Álvares Correia; também autor de um poema heróico é José Basílio da Gama que escreveu **Uruguay**. Ele é um precursor do indianismo romântico. Alvarenga Peixoto é outro poeta do Brasil que encontrou a morte no exílio de Angola, por causa da revolta de Minas. Escreveu uma tragédia — **Mélope**, e um drama em verso — **Eneas no Lácio**. Os seus poemas estão reunidos nas **Obras Poéticas**. Autor de um poema heróico-cómico é Manuel Inácio da Silva Alvarenga — **O Deserto das Letras** — onde era satirizado o ensino antes da reforma pombalina. Nasceu no Brasil o «poeta mais talentoso em assuntos religiosos», como define a obra de Sousa Caldas, o cônego Arlindo Ribeiro da Cunha. Também ligado ao Brasil pelo lado paterno e, mais tarde lá residente, surge-nos Tomás António Gonzaga, autor do célebre volume de líricas **Marília de Dirceu**. Fazendo parte da Revolução da Inconfidência, Tomás António Gonzaga foi exilado para Moçambique, onde morreu. Merece ainda referência o nome de Elias Alexandre da Silva Correia, autor de uma **História de Angola**, natural do Brasil e que residiu e combateu em Angola.

Época moderna — Século XIX

A literatura clássica foi, progressivamente, separando a criação artística das suas raízes assentes na vida. E a do presente estádio do classicismo era um afastamento ainda mais profundo da realidade que cercava o homem e a sociedade. Às primeiras reacções a este modo de ser podem ligar-se os nomes de Bocage, de Filinto Elisio, de Anastácio da Cunha e da Marquesa de Alorna — no seu labor de tradutores; o do Duque de Lafões, regressando dos centros cultos europeus, após a queda da ditadura pombalina, e os exotismos dos poetas brasileiros, então ultramarinos para Portugal. A este quadro podem adicionar-se os

exilados liberais que contactaram com novas formas de expressão estética. Estava inaugurada a renovação e a revolução do Romantismo. É, pois, no exílio, que um escritor nascido clássico — Almeida Garrett — escreve o seu poema **Camões** — dizendo sobre ele: «A índole deste poema é absolutamente nova». Ainda no exílio aparece novo poema do mesmo autor — **D. Branca**, a que se seguiria **Adosinda**, o primeiro documento para o futuro **Romanceiro**. Entrega-se a seguir o escritor ao trabalho de recriar o teatro português. Como indicativo para o caminho novo a seguir na arte dramática escreve para os actores **Um Auto de Gil Vicente**, com o fim declarado de «ressuscitar Gil Vicente a ver se ressuscitava o teatro». Escreve, em seguida, **D. Filipa de Vilhena**, **O Alfageme de Santarém** e, finalmente, essa obra-prima que se chama **Frei Luis de Sousa**. Mas a obra de Garrett não se confina apenas ao já descrito. Ele é, ainda, o poeta lírico das **Folhas Caidas**, o romancista de **O Arco de Sant'Ana** e o narrador primoroso de **Viagens na Minha Terra**. Na esteira de Garrett — escritor dramático — virão Mendes Leal que, com **Os Dois Renegados**, introduzirá o dramalhão no teatro português; D. João da Câmara, notável sobretudo pelo teatro regionalista — **Os Velhos** — além de outras peças em prosa e em verso, e Marcelino Mesquita, com largo talento e também uma obra variada, de que destacaremos **Peraltas e Sécias** e **Envelhecer**.

Outra grande figura do Romantismo — e companheiro de exílio de Garrett — é Alexandre Herculano que, tendo começado como poeta, haveria de ser o grande historiador que coligiria os trabalhos da **Portugalia Monumenta Historica** e escreveria a **História de Portugal** até ao fim do reinado de D. Afonso III. Esta história documentada e em novos moldes científicos suscitou larga controvérsia. É também Alexandre Herculano o criador do nosso romance histórico: depois da experiência das novelas que mais tarde dariam os dois volumes de **Lendas e Narrativas**, Herculano publica o romance **Eurico — o Presbítero** e, seguidamente, **O Monge de Cister**, que levantaram grande celeuma. Eram romances de tese e pretendiam atingir o celibato religioso. Nos seus **Opúsculos** encontrar-se-ão os documentos que a sua obra suscitou na polémica do tempo. O romance histórico motivou o aparecimento de alguns escritores de real interesse. Entre eles mencionaremos Rebelo da Silva — o autor de **Ódio Velho Não Cansa** e de **A Mocidade de D. João V**; António Coelho Lousada — autor de **A Rua Escura**; Arnaldo Gama — autor de **O Sargento-Mor de Vilar**, **O Balio de Leça**, **O Segredo do Abade** e de **Um Motim Há Cem Anos**; e Rodrigo Paganino que escreveu um volume verdadeiramente fora do comum, **Os Contos do Tio Joaquim**. Também na História apareceram cultores na esteira de Herculano. Apontemo-los: Luz Soriano — autor da **História do Cerco do Porto**, **História da Guerra Civil** e **História do Reinado de D. José e da Administração do Marquês de Pombal**, obras de inexcitável e serena imparcialidade; Latino Coelho, autor da **História Política e Militar de Portugal desde os Fins do Século XVII** e Pinheiro Chagas, o autor da **História de Portugal** (em oito volumes) e da **História Alegre de Portugal**, além de se dedicar também ao romance histórico.

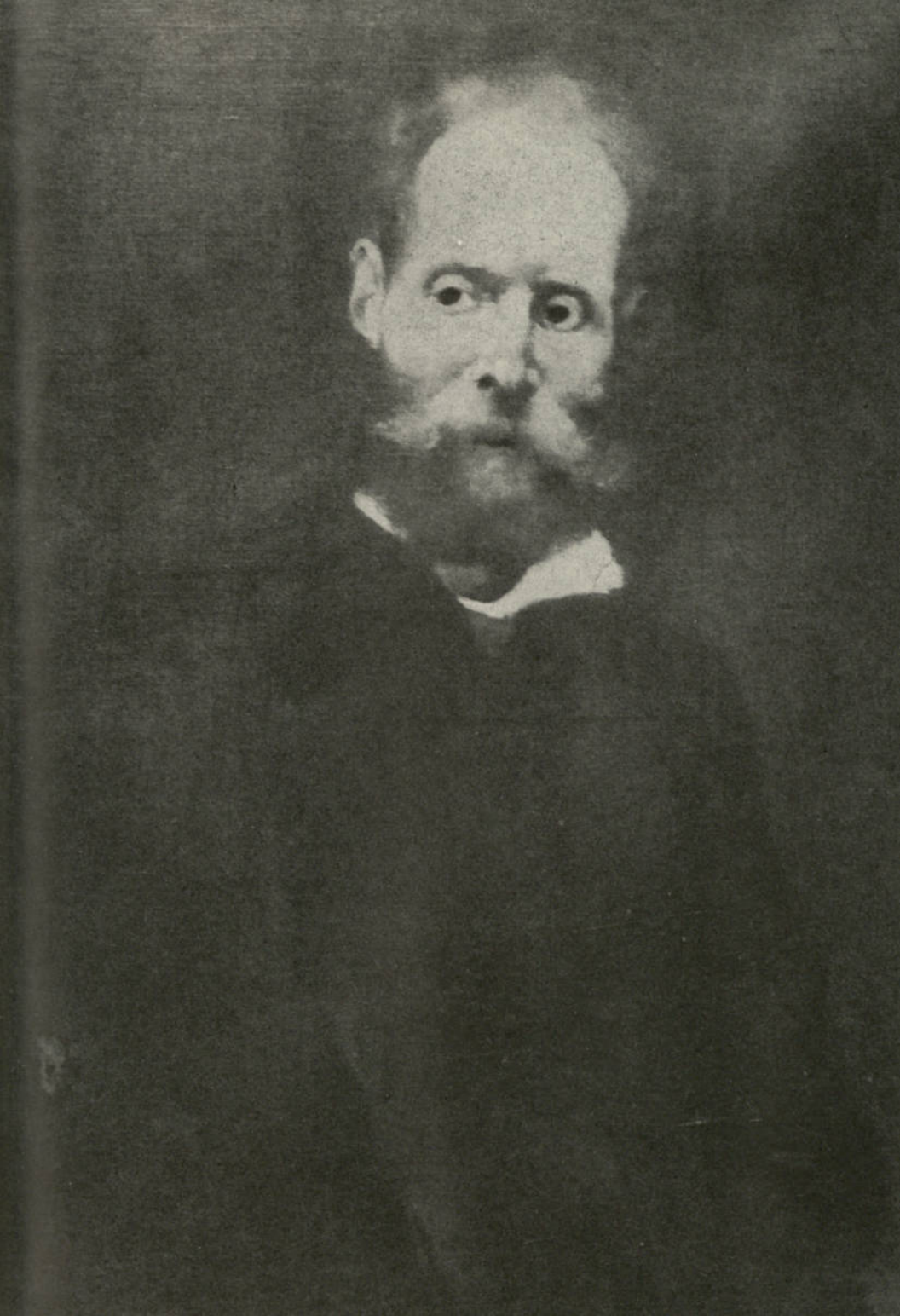
Já alguém chamou à terceira figura do romantismo português — um árcade póstumo. E isso tem foros de verdade. Cego desde tenra idade, António Feliciano de Castilho escreveu ao sabor romântico o poema naturalista **A Primavera** e as **Cartas de Echo a Narciso** que acabaram por o consagrar. Publicará mais tarde as **Liras de Anacreonte** e **O Outono**. Cultor da forma e prosador bastante enfadonho, Castilho foi tradutor de mérito. Da sua posição perante as correntes renovadoras da literatura sairá a polémica em que se envolveu com Antero do Quental, o mais preparado escritor das novas ideias estéticas, renovadoras dos extremismos do Romantismo.

E entre os poetas que se seguiram a Castilho e o tomaram como patrono encontram-se aqueles que se reuniram no jornal **O Trovador**, dos quais o mais representativo será João de Lemos, cuja obra se encontra reunida nos volumes de **Cancioneiro**. Um poema então muito apreciado, de João de Lemos, é **A Lua de Londres**. Os outros poetas agrupados nas folhas de **O Trovador** têm obra de relativo interesse. Dois grandes poetas desta época são Soares de Passos e João de Deus. O primeiro de uma inspiração doentia, como se pode verificar no poema **Noivado do Sepulcro**, e o segundo, além de pedagogo notável através da sua **Cartilha Maternal**, um poeta lírico em que o amor-adoração aflora sinceramente nos seus poemas. Estão estes reunidos no livro **Campo de Flores**. Ainda na esteira da escolaridade poética de Castilho se encontra o poeta Tomás Ribeiro, autor do poema **D. Jaime**, e Bulhão Pato, cujo livro **Paqueta** foi elogiado por Herculano e Rebelo da Silva. Eram os últimos nomes da escola romântica. No entanto, esta geração teve influência no Ultramar Português, pois são românticos da última fase do Romantismo os poetas Urbano de Castro, Cordeiro da Mata, autor de **Delírios**, como ultra-romântico é o estilo de Ernesto Marecos, autor do poema «**Juca, a Matumbola**». A poesia destes três escritores de temática angolana revela naturais curiosidades, sobretudo no aproveitamento do elemento africano, para humanizar o tema. O mesmo se dirá do poeta santomense Costa Alegre, cuja obra se encontra reunida no volume **Versos**. Pode dizer-se que o tema da **negritude** começou na África Portuguesa com o ultra-romantismo e quase cem anos antes do manifesto de Senghor e de Césaire. Tema que foi aproveitado tanto por filhos do País, como por alguns lá radicados. Ainda de temática africana — Angola — é o romance de Pedro Machado **Scenas d'África**, importante para o estudo da sociedade angolana e para o estudo da evolução literária em Angola.

Entre duas escolas — a romântica que se esgotava e a renovação realista que ainda não programara a sua doutrina estética — encontram-se as figuras de Júlio Dinis e de Camilo, aquele o grande romancista do povo, como lhe chamou Jorge Amado a propósito das personagens de **As Pupilas do Senhor Reitor**, seu romance mais conseguido; e este, Camilo, um criador genial que, ao lado de Eça de Queirós, será o grande representante do romance português. Na sua obra há de tudo, desde o ultra-romantismo ao realismo mais vanguardista, desde a crítica de costumes ao picaresco mais universal. É uma obra esgotante em que

há romance, novela, conto, poesia, teatro, investigação histórica, polémica, etc. Sem dúvida, é uma das grandes figuras da criação literária portuguesa.

Mas a reacção realista estava à porta e é Antero do Quental que levanta a luva contra Castilho, no folheto célebre **Bom Senso e Bom Gosto**. Era a juventude de Coimbra, esclarecida e progressiva, que se rebelava contra a escolaridade de Castilho e de seus epígonos. Um novo caminho começava para a literatura portuguesa, estiolada nos últimos acordes de um romantismo vazio de sentido. A polémica com Castilho havia de seguir-se a agitação das **Conferências do Casino**. O novo estilo literário impunha-se, e as proibições oficiais de nada valiam contra esta arremetida. No movimento que se anunciava estavam alguns dos grandes escritores portugueses deste século. Um romancista como Eça de Queirós — que nas **Conferências do Casino** dissertara sobre **O Realismo Como Nova Expressão Literária** — imporia o novo estilo numa novelística, muitas vezes polémica, em que se destacam obras como **O Crime do Padre Amaro** e **Primo Basílio**, **A Relíquia** e **Os Maias**. É a sua fase de crítica social, antecedida pela colaboração dada a Ramalho Ortigão na publicação **As Farpas**, colaboração que está patente no seu volume **Uma Campanha Alegre**. Mas Eça de Queirós daria a sua colaboração construtiva, dentro de um panorama de renovação nacional de que não estivera ausente e para o qual contribuira com a sua fina ironia — em volumes como **Correspondência de Fradique Mendes** e nos romances **A Cidade e as Serras** e **A Ilustre Casa de Ramires**. Foi também autor das pequenas histórias que podem ler-se nos **Contos** e de outros volumes de correspondência ou de colaboração avulsa, distribuída sobretudo pela sua visão do mundo, que percorria como diplomata. A seu lado, como grande poeta e filósofo, a figura mestra desta geração: Antero do Quental. Foi ele o organizador das **Conferências do Casino** e, aí, dissertou sobre as **Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos**. Ainda como pensador, entre outros trabalhos, citaremos as **Tendências Gerais da Filosofia na Segunda Metade do Século XIX**. Como poeta, além do renovador revolucionário das **Odes Modernas**, é autor do volume **Sonetos Completos** que Oliveira Martins prefaciou em 1886. Como poetas da mesma época citaremos Teófilo Braga — o filósofo do positivismo — que como poeta escreveu **Visão dos Tempos** e **Tempestades Sonoras**, prejudicados ambos os depoimentos poéticos pela orientação positivista que tornou os livros bastante prosaicos e enfadonhos no recurso ao cientifismo. Foi um investigador pertinente da nossa literatura medieval. À mesma geração estão ligados os nomes de Guerra Junqueiro e Gomes Leal — aquele e este influenciados pela lírica tonitroante de Vitor Hugo, mas ambos originais na sua maneira de ser, já nos volumes **A Velhice do Padre Eterno**, **A Morte de D. João e Pátria** que ele havia de rever na sua finalidade demagógica (Junqueiro) e **Anti-Cristo**, **Fim de Um Mundo**, **A Revolução em Espanha** e **os Fuzilamentos**, e, depois da conversão, **A História de Jesus** (Gomes Leal). Ao lado de poetas como os que acabam de ser apontados, há a obra de historiadores e economistas, como Oliveira Martins, e de ensaístas e jornalistas, como Rama-





Retrato de Fernando Pessoa, vendo-se em primeiro plano um número da revista «Orfeu» em que colaboraram o poeta e Almada Negreiros, o autor do quadro

Iho Ortigão. A esta geração pertence o goês Moniz Barreto, criador da crítica literária em moldes modernos. Tudo apareceu como reacção ou por acréscimo à questão suscitada pela posição estética de Castilho. Triunfante, o Realismo chamou a si novos valores como Fialho de Almeida, o grande narrador alentejano, Abel Botelho (de temática naturalista), Teixeira de Queirós, Pedro Ivo e Trindade Coelho, um dos maiores contistas portugueses, que se notabilizou com **Os Meus Amores**. Quase lado a lado com o Realismo surge, através das páginas do jornal literário **A Folha**, o movimento parnasiano, cujo principal poeta é João Penha. Junto dele podem colocar-se, ainda como parnasianos, José Simões Dias e Gonçalves Crespo. Poeta do tédio quotidiano, mas de uma sensibilidade aguda, é Cesário Verde, cuja atitude mental entroncará na leitura de Baudelaire. Ainda parnasianos são António Feijó, Cândido de Figueiredo, Guilherme Braga e José Duro — este, autor de um lirismo desesperado e mórbido, onde a morte e os dramas sociais fazem a originalidade.

Vicejam ainda, nesta época, dois nomes grandes da literatura portuguesa, Júlio Dantas e Augusto de Castro, numa obra de pautas diferentes e de géneros variados, onde o estilo marca pela sua beleza e pela sua maleabilidade.

Paralelamente à criação literária processa-se um trabalho de investigação sobre as origens do povo português, trabalho em que se empenharam investigadores notáveis que à arqueologia e à etnologia deram o melhor do seu saber. São eles Martins Sarmiento, Sousa Viterbo, Gama Barros, Júlio de Castilho, Fortunato de Almeida, Leite de Vasconcelos e o Abade de Baçal. Pode dizer-se que através da obra individual se processou uma verdadeira renovação da História portuguesa, desde os elementos arqueológicos ao estudo de documentação inédita, que alterou muitos juízos históricos tidos até então como válidos. E esta revisão era bem necessária.

Século XX

Pode dizer-se que os movimentos políticos saem muitas vezes da agitação literária. E, assim sendo, o novo regime político português — a República — teve a servi-la toda uma inspiração literária que vinha do passado século e que motivaria um cariz novo à literatura do século XX, através dos grupos que reagiram ao novo regime ou que o defenderam, renovando-o ou pretendendo renová-lo. Assim, o movimento da **Renascença Portuguesa**, com a revista **Águia**, a que estão ligados os nomes de Leonardo Coimbra e Teixeira de Pascoais (um, grande filósofo e outro, grande poeta) e onde colaborou Fernando Pessoa; o movimento do **Integralismo Lusitano**, com a revista **A Nação Portuguesa**, e onde colaboraram e doutrinaram António Sardinha, Luís de Almeida Braga, Hipólito Raposo, Caetano Beirão, Manuel Múrias, Alberto de Monsaraz, João Ameal, Rodrigues Cavalheiro, etc.; e o movimento da **Seara Nova** com Raul Proença, Jaime Cortesão, Armando Cortesão, Câmara Reis, António Sérgio, Raul Brandão, Duarte Leite, Joaquim de Carvalho, etc. A seu modo cada um dos

grupos tentou chamar a si uma renovação da inteligência e da cultura portuguesa. A seu modo cada um pretendeu explicar e dignificar o homem português.

De resto, este sentido de descoberta estava latente em poetas como António Nobre — autor do grande primeiro passo para a moderna poesia portuguesa, no volume **Só**. Esse «nacionalismo literário» (que nada tem a ver com o «nacionalismo político») fora iniciado pelo poeta Alberto de Oliveira, movimento a que o escritor chamou de **Neo-Garrettismo**. Alberto de Oliveira fora um dos grandes amigos do poeta do **Só**. Ainda dentro das linhas gerais desta atitude estética podemos colocar a obra do Conde de Monsaraz e de António Sardinha. A seu lado estava a obra simbolista de Eugénio de Castro — pela qual Gabriel D'Annunzio e Unamuno tinham a maior das admirações — e a não menos importante contribuição para o simbolismo dada por Camilo Pessanha na **Clepsidra**. Acrescentemos a estes nomes o de Manuel da Silva Gaio, cuja poesia entroncada no neo-garrettismo não deixou de sofrer influências da poesia simbolista; a de Afonso Lopes Vieira que vinha na esteira do «nacionalismo literário», e os dois grandes poetas de inspiração popular — Augusto Gil e António Correia de Oliveira. Ter-se-á, assim, uma visão de conjunto de uma certa estética e de uma certa atitude literária, completada com a obra de Mário Beirão.

É a ela que responderão os movimentos modernistas do **Orpheu** — com renovação de Fernando Pessoa e de Mário Sá-Carneiro, de Almada Negreiros, Santa Rita Pintor, Alfredo Guisado, Cortes-Rodrigues e António Ferro. A esta renovação havia de adicionar-se um conjunto de revistas que viriam posteriormente. Estes grupos modernistas chamam a si Ângelo de Lima (internado numa casa de loucos) e a sua poesia de trágico sabor experimental; Mário Saa e o seu anti-semitismo, António Botto e Raul Leal e ainda o simbolismo de Luís de Montalvor. Como grandes obras, ficarão do movimento modernista a poesia de Fernando Pessoa (o poeta do nacionalismo-místico de **Mensagem**), a de Mário de Sá-Carneiro e as novidades rítmicas de António Botto. Independente de grupos poderemos apontar, dentro desta época, António Patrício, contista de **Serão Inquieto**, autor das **Poesias** e de três poemas dramáticos, e que realiza a síntese do saudosismo e do simbolismo. Outro poeta a assinalar: Afonso Duarte, autor de **Os 7 Poemas Líricos**.

A renovação das letras portuguesas não se limitou à Poesia como atrás ficou exposto. No domínio da prosa de ficção podemos apontar nomes de relevância como Carlos Malheiro Dias, o romancista de **Os Teles de Albergaria** e de **Paixão de Maria do Céu**; Raul Brandão, o historiador de **El-Rei Junot** e de **A Conspiração de 1817**, o escritor impar de **Os Pescadores** e ainda o dramaturgo que as novas gerações vêm descobrindo e representando; Teixeira Gomes, o prosador helénico de **Inventário de Junho**, o romancista de **Maria Adelaide** e o dramaturgo de **Sabina Freire**; Campos Monteiro que, sintetizando dois estilos — a ironia de Eça e o estilo forte de Fialho — deu livros como **Ares da Minha Serra** (contos), **Miss Esfinge** e **Camilo Alcoforado** (romances); as evocações do Conde de Sabugosa — **Donas de Tempos Idos**, **Neves de Antanho** e **Gente d'Algo**; Ricardo Jorge que foi prosador notável e invulgar cultivador do

ensaio; os romances de Manuel Ribeiro, com sua inquietação social e religiosa expressas nos volumes **A Catedral**, **O Deserto**, **A Ressurreição** e **A Planície Heróica**; e Aquilino Ribeiro — uma das personalidades mais fortes da literatura portuguesa contemporânea que renovou formal e tematicamente através de obras como **Filhas da Babilónia**, **O Homem que Matou o Diabo**, **Lápides Partidas** e **A Casa Grande de Romarigães**. Romancista, contista, evocador do passado, Aquilino, em qualquer ângulo de que se analise a sua obra, desperta sempre o interesse do leitor.

Também neste surto dos primeiros 25 anos do novo século, a criação filosófica esteve actuante. Do século anterior herdara-se, na obra de Domingos Tarrozo — **Filosofia da Existência** — o sentido antipositivista do pensamento português mais actual, sentido que Sampaio Bruno continuaria e a que Leonardo Coimbra daria o fogo criador da sua personalidade, transmitido aos seus discípulos a partir da Faculdade de Letras do Porto: Guilherme de Castilho, José Marinho, Agostinho da Silva, Delfim Santos, etc. Ainda no plano do pensamento filosófico são de considerar as personalidades de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, Joaquim de Carvalho, Cabral Moncada (filosofia do direito), António de Oliveira Salazar (filosofia política), D. Manuel Trindade Salgueiro e Marcelo Caetano.

O segundo quarto deste século tem a marcá-lo mais um movimento renovador da expressão artística portuguesa — o movimento da **presença**, revista fundada por José Régio (poeta, romancista, dramaturgo, ensaísta, novelista), João Gaspar Simões (romancista, ensaísta e dramaturgo), Branquinho da Fonseca (poeta, romancista e novelista), Fausto José e António de Navarro (poetas), e de cuja direcção fizeram parte Miguel Torga (poeta, contista, romancista, dramaturgo) e Adolfo Casais Monteiro (poeta, ensaísta e romancista). A esta geração fica ligada a chamada para a literatura da «imaginação psicológica», filão que todos utilizaram nas suas obras. A **presença** teve como antecipadoras duas revistas coimbrãs, também: **Bizâncio** e **Triptico**. À **presença** se deve a divulgação da poesia de Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro, dado que os **presencistas** se afirmam como seus continuadores ou discípulos; também a **presença** afirmou a sua adesão à pintura moderna, desde Amadeo de Souza Cadoso até Almada Negreiros e Eloy, sendo um dos **presencistas**, pintor, desenhista, ilustrador e poeta de reconhecida valia «Júlio» — nas artes plásticas — e Saul Dias na poesia. Outros poetas e escritores estão ligados à geração da **presença** ou às revistas que as antecederam: Tomás de Figueiredo — grande romancista, dramaturgo e poeta —; Francisco Bugalho, Carlos Queirós, Alberto de Serpa — poetas. Independentemente de grupos podemos marcar a poesia de Cabral do Nascimento, de António de Sousa, de Pedro Homem de Melo; a obra — poesia, novela, romance, estudo — de Vitorino Nemésio; a investigação literária de Gonçalves Rodrigues, de Costa Pimpão, de Hernâni Cidade e de Carlos Eugénio da Silva (Paço d'Arcos) e a historiografia de Manuel Lopes de Almeida, Alfredo Pimenta,

Queirós Veloso, Damião Peres, Paulo Merêa, Virgínia Rau e o teatro de Alfredo Cortês e de Ramada Curto.

A esta época corresponde no Ultramar a aparição do grupo da **Claridade** — em Cabo Verde — com os nomes de poetas, novelistas e romancistas como Jorge Barbosa, Baltasar Lopes, Manuel Lopes, António Aurélio Gonçalves, Teixeira de Sousa. Antes da geração da **Claridade** outros nomes se podiam apontar como precursores: José Lopes, Pedro Corsino de Azevedo, Pedro Cardoso e Eugénio Tavares. Independente — António Pedro. Em Angola, é o momento da aparição do segundo romance de temática angolense, escrito por Assis Júnior, autor de **O Segredo da Morta**; surge também a poesia de Tomás Vieira da Cruz, cujo livro mais representativo é **Tatuagem**. Tomás Vieira da Cruz é o grande poeta do negro e da raça negra. Em Moçambique deve assinalar-se a presença do escritor Rodrigues Júnior, romancista — cujo melhor documento humano é **Muende** — e jornalista, com uma obra de assinalável valia, em problemas económicos e de ensaísmo literário. Também em Moçambique assinalaremos a presença de um grande lírico, Rui de Noronha, cuja obra foi recolhida num só volume, depois da sua morte. A Gulné serviu de tema à obra de Fausto Duarte — romance e conto.

De uma maneira geral, a literatura portuguesa vinha, por caminhos diferentes, a exigir uma renovação temática, essa que surgirá entre a guerra de Espanha e a segunda Grande Guerra. A obra romanesca de um Ferreira de Castro — autor de **A Selva**; a novelística de Julião Quintinha (veja-se a sua obra sobre África a que, mais tarde, se ligaria um outro grande nome, Ferreira da Costa, o autor de **Na Pista do Marfim e da Morte**), o romanesco de Albano Negrão, a literatura social de Manuel Ribeiro — já citada —; e certos aspectos da novelística de Rodrigues Miguéis encaminhavam as novas gerações para uma dimensão diferente do homem. Isto é: o homem e as condições sociais da sua vida, como tema renovador: era o **neo-realismo** que fazia a sua aparição.

Antes dele devemos mencionar o romanesco e a poesia de Francisco Costa, e os diversos aspectos de Joaquim Paço d'Arcos, de Noel Teles, de Manuel de Boaventura, de João de Araújo Correia, de Virgílio Godinho, de Campos de Figueiredo, Américo Durão, Florbela Espanca, Sousa Costa, Moreira das Neves e a historiografia de Miguel de Oliveira, que, na poesia ou na ficção em prosa, retrataram um tempo, uma inquietação interior, uma paisagem social, regionalista ou urbana. Posteriormente, e antecedendo o **neo-realismo**, o ensaísmo e crítica de Pedro de Moura e Sá, a obra de ficção e de crítica de Luís Forjaz Trigueiros, a investigação de José Sebastião da Silva Dias, o ensaio de Miguel de Sá e Mello e de Dário Martins de Almeida.

O **neo-realismo** pretendia ser mais profundo e, em alguns aspectos, conseguiu-o. Através de jornais ou revistas literárias como **Sol Nascente**, **O Diabo**, **Nova Luz** e **Vértice**, estava feita a programação que havia de motivar e radicar o **Novo Cancioneiro** e mais tarde a sua passagem à prosa de ficção.

Ao lado do neo-realismo e querendo tirar à arte qualquer compromisso, surgem os **cadernos de poesia** criados por Ruy Cinatti, Tomás Kim e José Blanc de Portugal. Neles colaboraram os melhores poetas do tempo e alguns ensaístas. O lema dos cadernos era — **A Poesia é só uma**. Respondendo ao materialismo implícito à estética neo-realista, surgiu outro movimento — **Poesia Nova** — de que fizeram parte Miguel Trigueiros e Duarte Montalegre (fundadores) e ainda os poetas Fernando de Paços, Amândio César, Azinhal Abelho, Maria Adelaide Couto Viana e Castro Gil. Mencionem-se dentro das mesmas coordenadas as obras poéticas de Dinis da Luz, Carlos Tinoco, António Manuel Couto Viana, Júlio Evangelista e Taborda de Vasconcelos, o primeiro e o último dos quais têm trabalhos críticos e ensaísticos de interesse, a que devem juntar-se os de Duarte de Montalegre. A esta época está ligada a obra romanesca de Agustina Bessa Luís, de Ester de Lemos e de Judite Navarro. Ela vinha na sequência da de outras escritoras como Virginia Vitorino, Fernanda de Castro, Maria Archer, Adelaide Félix, Raquel Bastos, Maria Lamas — que, na poesia, no teatro, no romance ou no conto, foram precursoras do surto de literatura feminina que se verificou nesta segunda metade dos primeiros cinquenta anos do século XX. À mesma época de Agustina Bessa Luís pertence a obra de Maria da Graça Freire (novela e romance), de Natércia Freire (poesia) e de Maria Manuela Couto Viana (poesia).

Acrescentaremos ainda ao interesse pela temática africana nos diversos géneros literários — a obra de José Osório de Oliveira (ensaio e antologia); Carlos Selvagem e António de Cértima (documento humano), António Pires, Reis Ventura, Castro Soromenho (romance, ensaio e divulgação histórico-sociológica), Artur Augusto da Silva (arte e etnologia).

Esta a síntese que se pode fazer até aos anos que coincidiram com o terminar da segunda Grande Guerra.

A MÚSICA

De uma rápida visão histórica da música em Portugal ressalta notável série de figuras que, em cada época, colocaram o País numa posição honrosa, relativamente aos centros artísticos europeus.

Decorrido o período conturbado das lutas da reconquista cristã encontra-se, no reinado de D. Dinis (1279-1329), uma acentuada preocupação com a arte musical. O rei trovador, em cujo reinado se fundou a Universidade Portuguesa (1290) deu àquela arte decidida protecção mandando incluir no programa universitário a disciplina da Música. Depois com D. João I, Mestre de Avis (1385-1433), assiste-se a maior difusão do gosto pela música entre as camadas socialmente superiores, mantendo o rei na corte uma verdadeira orquestra.

Das manifestações da música popular as «loas», as «xácaras» e as «desgarradas» constituem formas que se conservaram até aos nossos dias no folclore nacional.

O período das Descobertas vai fazer de Lisboa uma das capitais mais brilhantes do mundo civilizado. É num ambiente em que começava a intensificar-se a vida musical que surge, nos fins do século XVI, o Padre Manuel Rodrigues Coelho, Mestre de música de tecla, sendo a sua arte modelo de organistas e cravistas. A modalidade «à Capella», brilha entre nós com grandeza especial graças ao talento universal de Damião de Góis que lhe imprime um carácter nitidamente português.

Mas a grande música deste período é a religiosa e Duarte Lobo é considerado o seu adepto mais profundo. Entretanto as Escolas de Évora e de Coimbra atingem um nível realmente extraordinário.

No século XVII desenvolvia-se na capital do mundo português um vivo interesse musical: verificou-se um intenso intercâmbio de artistas estrangeiros; criaram-se centros musicais; fez-se a impressão de partituras e de tratados de teoria musical, etc.

O último dos grandes polifonistas portugueses foi Diogo Dias Malgás (1670-1700) que marca o fim do esplendor da Escola de Évora.

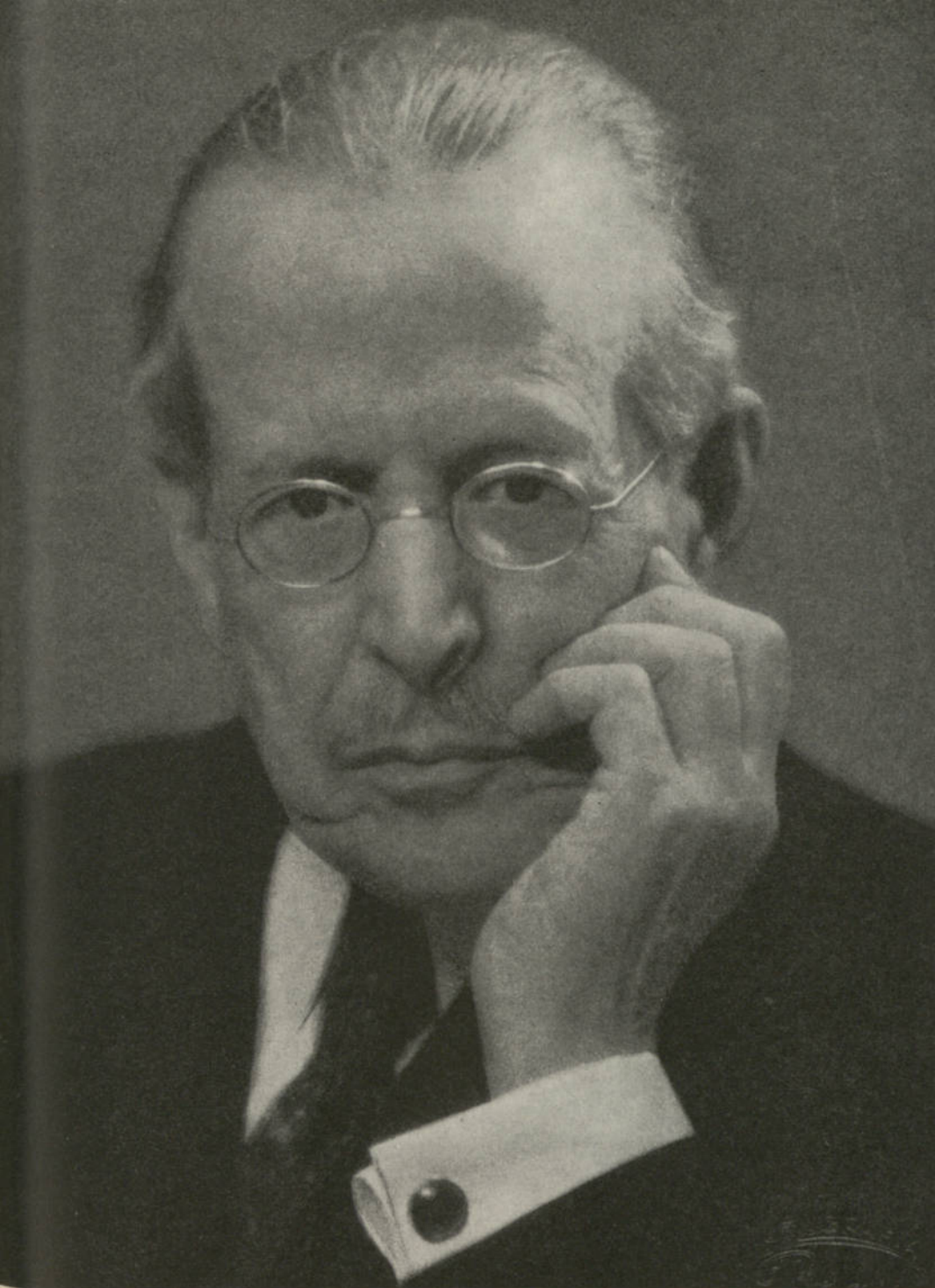
Com a transição para setecentos a música italiana instala-se em solo português, inspirando as belas páginas dos cravistas Carlos Seixas, Frei Jacinto e Sousa Carvalho. Simultaneamente a ópera chega e triunfa, como já fizera em todas as principais cidades europeias, e em breve será senhora absoluta. Os compositores portugueses que conseguem distinguir-se, de entre eles Marcos Portugal (1762-1830), fazem-no porém numa completa enfeudação ao estilo napolitano. É contra ela que se levantará uma oposição nova, informada, consciente da possibilidade de uma música portuguesa.

Uma das correntes inovadoras que despontam na viragem do século XIX para o XX trouxe a marca do nacionalismo, eco distante da insurreição comandada por Weber sob o estandarte romântico. Representaram-na Alfredo Keil (1850-1907) autor da «Serrana» e Mestre Viana da Mota (1868-1948), insigne pianista, discípulo de Liszt e de Von Bülow, e compositor notável.

Não foi porém o nacionalismo o único caminho seguido. Compositores de mérito como Augusto Machado (1845-1924) e João Arroyo (1861-1930) ensaiaram substituições do modelo italiano por exemplos franceses e alemães; no campo da ópera Óscar da Silva (1870-1958) cultivou uma arte romântica schumanniana; Rey Colaço (1854-1928) dentro de uma estética adjacente ao nacionalismo não exclusivamente portuguesa, fez das suas peças para piano aguarelas pitorescas de leve sabor popular.

Em Luís de Freitas Branco (1890-1955) encontram-se refundidas estas orientações diversas. A sua última evolução, no sentido de uma música essencialmente polifónica e modal, significa, além de uma atitude clássica um propósito entroncar na grande tradição da música portuguesa que tivera o seu ponto culminante nos polifonistas renascentistas.

Luís Costa (1879-1960) é um caminhar da senda schumanniana, tocada de impressionismo.



Viana da Mota (1868-1948) — Pianista, musicólogo, compositor. Da sua carreira internacional como solista pode dizer-se que foi um dos maiores artistas da sua geração; no panorama musical português brilha também como pedagogo e musicógrafo.

Carlos Seixas (1704-1742)
— Compositor de nível
internacional a quem se
devem algumas das mais
belas obras para cravo, foi
também organista e cravista
de grande mérito



Pedro de Freitas Branco (1890-1963) — Maestro dinâmico cujo
talento conquistou os mais exigentes auditórios estrangeiros,
regendo a Orquestra Sinfónica Nacional que fundara em 1934



Os compositores da actualidade integram-se no quadro musical da Europa contemporânea. Cláudio Carneiro (n. 1895), cuja personalidade se vinca nitidamente em peças de um lirismo arcaizante, compôs várias obras instrumentais de câmara, de música sinfónica para piano, solo e para coro.

Fernando Lopes Graça (n. 1906) imprime na sua obra um nacionalismo que não pode considerar-se descendente directo dos de Keil e Viana da Mota, porque têm implícita a mensagem fecunda de Bela Bartok. Lopes Graça é autor de peças para piano, para canto e piano, para coro sem acompanhamento, para orquestra sinfónica e para conjuntos de câmara.

Armando José Fernandes (n. 1906) com tendência neo-clássica temperada pelo amor dos motivos de inspiração folclórica. Notável na música de câmara (peças para piano—solo) e com obras também representativas no domínio sinfónico.

Jorge Croner de Vasconcelos (n. 1910) revela a procura de um reatamento de tradição, marcando um voltar para os cravistas barrocos e galantes dentro de uma concepção eminentemente palaciana (tocatas para piano), e o espírito da música vocal acompanhada do renascimento (canções sobre versos de Camões).

Frederico de Freitas (n. 1902) é porventura o mais ecléctico dos actuais compositores portugueses. A sua produção estende-se desde a música de bailado (a mais nacionalista que tem escrito, com saboroso travo popular) e música para filmes portugueses até ao domínio religioso onde criou obras de envergadura, como sejam as missas. Tem dado um valioso contributo para a literatura sinfónica e de câmara.

Ruy Coelho (n. 1892) aderente manifesto do nacionalismo romântico-impressionista, é o único entre os compositores portugueses vivos que além do género sinfónico e de câmara se tem dedicado à ópera.

Ivo Cruz (n. 1901) evidencia na sua obra um portuguesismo saudosista. Os seus «Lieder», concertos para piano e orquestra, integram-se nesta linha espiritual.

Joly Braga Santos faz parte das gerações mais novas em que se salientam nomes promissores que já produziram obras de merecimento.

O panorama musical português não poderia compreender-se apenas pela citação de compositores. O movimento verificado no domínio da criação teria sido inviável num meio sem concertos, recitais, conferências, publicações, sem sociedades de concerto, orquestras sinfónicas, etc. Um contributo decisivo foi dado com a vivificação do Teatro Nacional de São Carlos, onde se realizam anualmente épocas de ballet e ópera, e em que colaboram grandes companhias estrangeiras.

Graças à meritória actividade das sociedades de concerto, e em especial da Fundação Gulbenkian, o público tem podido travar conhecimento com muitos dos maiores compositores e intérpretes, devendo-se também aos progressos na indústria dos discos uma potável acção de divulgação e um progressivo aumento do auditório musical.

Deve também mencionar-se a realização dos Cursos Musicais Internacionais de Verão, efectuados em Cascais, e a atribuição pelo S.N.I. de Prémios de Música que constituem um estímulo apreciável neste sector artístico.

Ao nome dos compositores portugueses deve acrescentar-se o de executantes cuja reputação transcendeu o País. Além de Viana da Mota, considerado um dos maiores pianistas do seu tempo, da violoncelista Guilhermina Suggia, de valor internacional, do chefe de orquestra Pedro Freitas Branco, devem mencionar-se nas gerações do presente alguns artistas que marcam já posição relevante: pianistas — Helena Moreira de Sá e Costa, Sequeira Costa e Varela Cid; violinistas — Leonor de Sousa Prado e Vasco Barbosa.

Dado o seu enorme interesse não podem deixar de se referir as manifestações musicais espontâneas do povo. Portugal metropolitano tem um rico e variado folclore, desde as danças vivas do Minho, de Trás-os-Montes, do Ribatejo ou do Algarve aos descantes corais do Alentejo, cuja lentidão nostálgica traduz a vasta planície que domina a paisagem, e às preciosas canções modais que se entoam nas províncias da Beira. Pleno de interesse é o folclore das províncias portuguesas de África e Ásia onde se tem desenvolvido também uma actividade musical intensa.

INDICE

Prefácio	5
O ensino, a educação e a cultura	9
Ensino	10
<i>Na Metrópole</i>	10
Ensino pré-primário	12
Ensino primário	12
Ensino secundário	14
a) Ciclo preparatório do ensino secundário	15
a) Ensino liceal	16
c) Ensino técnico	16
Ensino médio	17
Ensino superior	18
Ensino normal	20
Investigação científica	21
Bibliotecas e arquivos	23
<i>No Ultramar</i>	23
Ensino primário	24
Ensino secundário	25
Ensino médio e normal	26
Ensino superior	26
Investigação científica	28
A educação física e os desportos	28
As Artes e as Letras	30
As Artes	31
A arquitectura	31

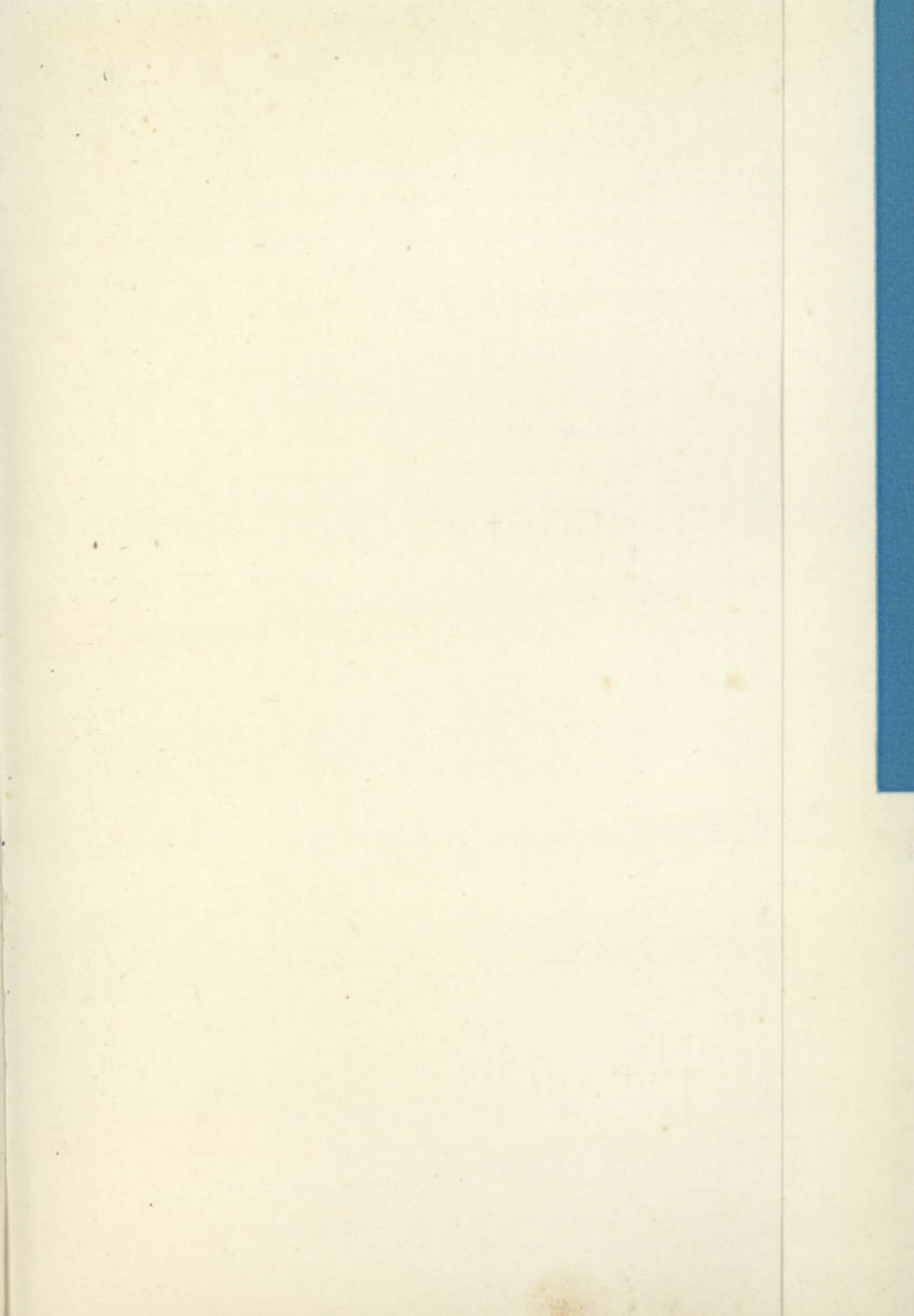
Deve também mencionar-se a realização dos Cursos Músicos e a criação da Verão, efectuadas em Coimbra, e a distribuição pelo S.N.I. de Portugal de Música que constituem um esforço apreciável para todos os efeitos.

As nome dos compositores portugueses devesse acrescentar-se o de Almeida que representa a primeira geração a partir de Almeida de Almeida, considerado um dos maiores pianistas do seu tempo, de quem se destacam Guiseppe Sinigaglia, de valor internacional, de onde se destaca Pedro Francisco Xavier, de quem se destacam nas gerações de present alguns outros que merecem a menção: Manuel Pinheiro — Filipe Madeira de Sá e Costa, Gregório Costa e Tomás Cal. ... — Leitor de Santa Prata e Vasco ...

A escultura	34
A pintura	36
Artes decorativas — O azulejo	39
Museus	41
As Letras	42
Época medieval	43
Época quinhentista	44
Época seiscentista	47
Século XVIII	49
Época moderna — Século XIX	51
Século XX	55
A Música	59



Frei Carlos (séc. XVI) — «Anunciação», inspirada obra
que reflecte a formação flamenga do autor



SNI



BN



EFG0000515004

S.N.